

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM MINAS GERAIS – SR-6

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM MINAS GERAIS – SR-6

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Superintendência está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº. 63/2010, da Decisão Normativa nº 127/2013, ambas do Tribunal de Contas da União, e das orientações do órgão de controle interno.

Ministro de Estado

Miguel Rossetto

Presidente

Carlos Mário Guedes de Guedes

Superintendente Regional

Danilo Daniel Prado Araujo

Chefe da Divisão de Administração

Marcelo Augusto Valério Pires

Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Sílvia Helena de Souza Ferrari

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Vladimir Antônio Silva

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Rosário Dehon César Mota

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	10
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.	10
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	10
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.	11
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.	11
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão.	13
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.	13
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações.	13
3.1.2 Cartografia.	21
3.1.3 Territórios Quilombolas.....	23
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor.....	27
3.1.5 Indicadores.....	27
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).	31
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente.	31
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados.	31
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.	31
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor.....	31
3.2.7 Indicadores.....	36
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.	36
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações.	36
3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura.	39
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações.....	40
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento.	65
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor.....	66
3.3.6 Indicadores.....	67
3.3.7 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul.	69
4. Prestação Direta de Serviços ao Público.	70
4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo.	70
4.2 Principais atividades de controle do Gestor.	77
5. Gestão de Pessoas.	77
5.1 Distribuição de servidores.	77
5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.	77
5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.	77
5.4 Recursos humanos da unidade.....	77
5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos.	78

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.	78
5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.	79
5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa	80
5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	81
5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício.	83
5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.....	83
5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.	85
5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores.	86
6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.	86
6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.	86
6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.	90
6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber.....	91
6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR.	91
7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.	92
7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.	92
7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.	96
7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações.	96
7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.....	96
7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.	98
8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.....	101
8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.	101
8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior.	101
9. Ouvidoria.....	107
9.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.....	107
10. Correição.	109
10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.	109

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB - Associação Crédito do Brasil
CDR - Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ - Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT - Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS - Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA - Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF - Ministério Público Federal
 MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI - Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB - Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC - Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB - Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC - Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT - Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

Esta Superintendência elaborou este relatório de gestão partindo das metas físicas e orçamentárias acordadas com a Presidência do Incra e se valendo das informações extraídas do Módulo de Monitoria e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR – e da 3ª versão do Plano de Ação que tratou dos critérios para revisão da distribuição de créditos orçamentários e das metas físicas conforme Portaria nº. 645, de 12 de novembro de 2013.

As ações e atividades planejadas, as metas propostas e pactuadas, bem como os recursos orçamentários necessários à realização das ações e ao alcance das metas acordadas alinharam-se aos objetivos estratégicos do Incra que, por sua vez, refletiram o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária.

Trataram-se dos seguintes itens:

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão.
4. Prestação Direta de Serviços ao Público.
5. Gestão de Pessoas.
6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.
7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.
8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.
9. Ouvidoria.
10. Correição.

Além dos quadros propostos pelo Incra, esta Superintendência acrescentou outros que entendeu serem necessários para maior esclarecimento das ações desenvolvidas ao longo do exercício de 2013.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Quadro 1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: SR-6			
Código SIORG: 4031		Código LOA: Não há	Código SIAFI: 373055
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em geral			Código CNAE: 8411-6-00
Telefones/Fax de contato:	(31) 32818671	(31) 322-7165	(31) 3281-8653 (FAX)
E-mail: não há			
http://www.Incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Afonso Pena, 3500, Cruzeiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP nº. 30.130-009			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 1.110, de 9 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do Incra			
- Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do Incra			
- Decreto Legislativo nº 2, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do Incra			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria nº 20, de 8/4/2009 – Regimento Interno do Incra			
- Decreto nº 6.812, de 3/4/2009 – Estrutura Regimental do Incra			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental			
- Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária			
- Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial			
- Manual de Operações do Pronera			
- Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais			
- Manual de Orientação sobre Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais			
- Manual de Cadastro Rural			
- Manual de Fiscalização Cadastral			

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.

A atuação desta Superintendência no exercício de 2013 pautou-se na Agenda de Gestão celebrada entre o Superintendente Regional e o Presidente do Incra.

Nela se previram os seguintes objetos:

1. Ações e atividades planejadas para o período de 2013 e 2014.
2. Metas propostas e pactuadas para 2013.
3. Recursos orçamentários necessários à realização das ações e ao alcance das metas.
4. Metas intermediárias de avaliação institucional da Superintendência.

As ações e atividades planejadas, as metas propostas e pactuadas, bem como os recursos orçamentários necessários à realização das ações e ao alcance das metas acordadas alinharam-se aos objetivos estratégicos do Incra que, por sua vez, refletiram o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária.

A atuação desta Superintendência teve as seguintes diretrizes estabelecidas pela Presidência do Incra:

1. Para o Desenvolvimento dos Assentamentos:

Promover a articulação e a integração das ações do Incra com outras políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento dos assentamentos e a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas:

Diretrizes do Incra 2013-2014

- Programa Minha Casa Minha Vida.
- Programa Água para Todos.
- Programa Luz para Todos.
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).
- Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
- PAC II (abertura e recuperação de estradas).
- Bolsa Verde.
- Programas estaduais e municipais.
- Outros.

Desenvolver as ações organizadas em “rotas” de articulação de políticas públicas: os assentamentos são “incluídos” nas rotas por algumas iniciativas e “puxam” outras:

– Rota Brasil Sem Miséria (BSM), para superar a pobreza nos assentamentos priorizados, garantindo renda, habitação, infraestrutura (estradas, água e luz), ATES e fomento (MDS);

–Rota Assentamentos Verdes, para promover a recuperação ambiental e combater o desmatamento, associado a geração sustentável de renda nos assentamentos, regularização fundiária e ambiental;

–Rota Estruturação Produtiva, para promover organização e agregação de valor na produção, estimulando a comercialização e a ampliação de renda produtiva.

2. Para a Obtenção de Terras e a Implantação de novos Projetos de Assentamento:

- Atender aos novos parâmetros de definição de regiões prioritárias para obtenção de terras (concentração de pobreza rural, concentração fundiária, demanda social fundamentada, disponibilidade de políticas públicas, etc).

- Garantir a implementação do novo rito de obtenção de terras, incorporando estudos de viabilidade, parâmetros de custos por família e uma rota de implantação do assentamento (articulada com a área de Desenvolvimento).

- Integrar a seleção de beneficiários ao cadastramento no CAD-Único, desde o acampamento, possibilitando o acesso a políticas de inclusão social e de cidadania.

3. Para a Melhoria da Governança Fundiária:

- Consolidar o marco normativo de ordenamento da estrutura fundiária no Incra.

- Qualificar e integrar a gestão de informações fundiárias.

- Aprofundar parcerias federativas e interinstitucionais (com órgãos federais, estaduais e cartórios).

- Ampliar a transparência de procedimentos e informações.

- Qualificar e agilizar produtos e serviços para a sociedade, investindo em tecnologia da informação.

- Definir parâmetros e estratégias para a fiscalização e a atualização cadastral.

- Qualificar a política de controle de aquisição de terras por estrangeiros.

- Aprimorar os processos de identificação, delimitação e titulação de comunidades remanescentes de quilombos.

4. Para a Gestão:

- Qualificar informações e promover integração de bases de dados;

- Monitorar e avaliar metas e marcos do plano de ação;

- Conferir transparência e dar publicidade a ações e resultados desenvolvidos pelo Incra;

- Ampliar a eficiência operacional na execução orçamentária e física;

- Melhorar os ambientes, valorizar a produção dos servidores e estabelecer processos eficientes de trabalho.

Atualmente, esta Superintendência está revisando o planejamento para este exercício e planejando para o próximo.

Nas oficinas de planejamento realizadas entre 17 e 21 de março de 2014, os servidores de toda esta Superintendência estão debatendo as inovações propostas pelo Incra, tarefas, diretrizes e ações imediatas para este exercício e para o próximo.

O planejamento desta Superintendência tratará das seguintes inovações propostas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e pelo Incra:

1. Desenvolvimento.

Aumentar a produção e produtividade das áreas reformadas.
Integração de políticas públicas para melhorar a vida das famílias assentadas.

2. Terra e Políticas Públicas.

100 novos decretos de desapropriação em 2013.
126 novos projetos de assentamento em 2013.
76 mil novas famílias desde 2011.

3. Governança Fundiária.

Adesão às diretrizes voluntárias da governança da terra da FAO.
Sigef: qualidade, agilidade, transparência e segurança jurídica.
Atenção a povos e comunidades tradicionais: quilombolas, indígenas e extrativistas.
Aperfeiçoamento do Sisnate (Estrangeiros).

Para o exercício de 2014, esta Superintendência buscará:

1. Consolidar as inovações propostas para 2013.

2. Aprofundar a integração Incra+MDA:

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural e III Plano Nacional de Reforma Agrária.
Planos Safra, Territórios da Cidadania, Plano Nacional de Agroecologia, Pronera + Pronatec.

3. Melhorar os serviços prestados: salas da cidadania.

4. Criar Projetos Estratégicos:

Novos avanços nas áreas finalísticas.
Novas medidas de gestão para aumentar eficiência da autarquia.

A execução das ações e atividades planejadas, as metas propostas e pactuadas, bem como os recursos orçamentários necessários à realização das ações e ao alcance das metas acordadas são monitorados por meio do Sistema de Informações Rurais – SIR – por delegação de competência pela Diretoria de Gestão Estratégica a quem cabe propor, quando necessário e conforme estabelecido na Resolução nº. 12, de 19 de junho de 2013, o ajuste dos quadros de metas físicas e créditos orçamentários.

3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão.

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações.

Ao longo do exercício, no âmbito dos 847 (oitocentos e quarenta e sete) municípios mineiros que jurisdiciona, a promoção do ordenamento fundiário focou-se principalmente:

- a) Na manutenção do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR – por meio do atendimento ao produtor rural e das diligências aos cartórios que lidam com imóveis rurais utilizando-se como principal ferramenta a atualização cadastral permitindo retratar a situação fundiária do campo mais próxima da realidade e em tempo real.
- b) Na retomada dos procedimentos administrativos de fiscalização cadastral, como uma forma de combater a grilagem de terra e o trabalho em condições análogas a escravo.
- c) Na contribuição para modernização no procedimento de certificação de imóveis rurais e na flexibilização das normas, sem perda de confiabilidade dos dados.
- d) No atendimento à demanda dos remanescentes de comunidades tradicionais quanto aos territórios pleiteados.

Como forma de mensurar a eficácia das ações da Divisão foram estabelecidos os parâmetros: i) Imóveis rurais gerenciados por meio de atualizações cadastrais no SNCR; ii) Posses regularizadas por meio de programa de regularização fundiária; iii) Imóveis georreferenciados e certificados; iv) Imóveis reconhecidos, delimitados e titulados como remanescentes de territórios quilombolas por meio de Portaria e v) Indenização aos detentores de imóveis rurais demarcados e titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos.

Considera-se satisfatório o desempenho desta Superintendência nas atividades de responsabilidade desta Divisão, conforme se vê no quadro 2. Entretanto, ressalta-se que existem outras ações de responsabilidade desta Superintendência, de suma importância e que demandam tempo e força de trabalho que acabam por reduzir a quantidade de servidores envolvidos nas atividades mensuradas na avaliação de desempenho.

Destaca-se, por exemplo, na ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural – é considerada somente a parte relacionada ao cadastro rural, ou seja, o acompanhamento, análise e processamento das atualizações cadastrais ocorridas em cada exercício. Os procedimentos relacionados à fiscalização cadastral dos grandes imóveis rurais não se constituem em metas para a avaliação do desempenho do Incra, porém há trabalhos importantes realizados nesse setor. É verdade que a fiscalização cadastral nesta Superintendência nos termos estabelecidos pelas Portarias Incra nº. 598/1998, 596/2001 e 12/2006 vinha sendo realizada por esta Divisão de forma muito precária, uma vez que esta não dispunha de servidores para a sua execução. Porém, em 2013, com a chegada de dois Fiscais de Cadastro e Tributação Rural a esta Divisão, deu-se início a reorganização desse setor. O primeiro passo foi a reanálise de 154 (cento e cinquenta e quatro) processos instaurados anteriormente a 2013 com o objetivo de verificar a situação de cada um. Desses, foram encerrados 111 processos totalizando uma área de 1.989.305 (hum milhão, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e cinco) hectares. Aos outros 43 processos, área total de 425.069,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e sessenta e nove) hectares, será dado andamento com novas notificações no exercício de 2014. Além disso, foram notificados em 2013 46 outros proprietários totalizando uma área de 298.795,00 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e cinco) hectares.

No tocante às ações de regularização fundiária, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária com a concordância desta Superintendência designou comissão por meio da

Ordem de Serviço nº. 6, de 25 de abril de 2013, cujo objetivo foi o levantamento e análise dos produtos gerados pelo convênio de regularização fundiária nº 1.000/2009, celebrado entre esta Superintendência e o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – Iter –, com a interveniência da Secretaria Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária no Estado de Minas Gerais – Seara –.

O referido convênio teve como objeto a regularização fundiária de agricultores familiares em imóveis rurais com até 100 hectares no Estado de Minas Gerais, com previsão para emissão de 25.243 títulos de legitimação de posses nos termos da legislação fundiária estadual vigente, findando-se em 22 de janeiro de 2014.

Do total de imóveis pactuados no convênio, foram entregues como produto pelo Iter a esta Superintendência apenas a regularização de 7.008 imóveis, o que corresponde a 27,76% do total pactuado no convênio.

A comissão concluiu que os produtos entregues (planta, memorial descritivo e demais peças técnicas) não preencheram os requisitos técnicos necessários, não podendo ser aceitos e, por conseguinte, não foi cumprido o objeto da avença, descumprindo-se a cláusula segunda, item II, letras “a” a “t” e cláusula sétima, parágrafo 1º, do instrumento do convênio.

A vigência do convênio expirou em 22 de janeiro de 2014, razão pela qual esta Superintendência solicitou em 23 de janeiro de 2014 o recolhimento do valor repassado ao Iter, atualizado pela taxa Selic, devendo ser corrigido pelo mesmo índice até a data do pagamento da GRU.

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	26.228	49.618	66.582,87	60.031,80	60.031,80	37.602,32
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	1.078	0	541.381,78	540.231,55	540.231,55	26.913,37
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	249,00	250,76	173.567,19	166.174,55	166.174,55	98.053,97
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	1.866,32	6.182,07	7.616.851,25	7.616.851,25	7.616.851,25	2.039.871,81

*Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	17.110,00	0,00	17.110,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	20.525,00	1.324,00	19.201,00	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0,00	71.620,00	15.002,97	56.617,13	0,00

210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	12.736.632,95	202,66	12.736.430,29	0,00
------	--	------------------------	---	---------------	--------	---------------	------

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

No exercício, destacam-se as **49.618** (quarenta e nove mil, seiscentos e dezoito) atualizações cadastrais que superaram em mais de 89% (oitenta e nove por cento) a meta física, tendo sido emitidos **386.930** (trezentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta) Certificados de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR –. Entretanto, percebem-se alguns problemas no SNCR, tais como o sobrecadastramento de área identificada em 286 (duzentos e oitenta e seis) municípios, conforme tabela abaixo:

MUNICIPIO	Índice de Cadastramento
Manhumirim	170%
Córrego Novo	164%
São Romão	164%
Carangola	160%
Bonfinópolis de Minas	151%
Alpercata	146%
Monte Azul	146%
Entre Folhas	139%
São Francisco	139%
Varzelândia	138%
Ouro Verde de Minas	138%
Marilac	137%
Rio do Prado	137%
São Sebastião da Vargem Alegre	136%
Pequeri	135%
Campos Altos	134%
Santo Antônio do Aventureiro	134%
Rio Novo	132%
Caiana	131%

MUNICIPIO	Índice de Cadastramento
Inconfidentes	112%
Conceição da Aparecida	112%
Guarará	112%
Presidente Olegário	112%
Vieiras	112%
Estrela Dalva	112%
Santo Antônio do Gramma	111%
Simão Pereira	111%
Lajinha	111%
Campos Gerais	111%
Santa Fé de Minas	111%
Luz	111%
Araxá	111%
Estrela do Indaiá	111%
Campestre	111%
Rio Casca	111%
São Tomás de Aquino	111%
Sacramento	111%
Vermelho Novo	111%

MUNICIPIO	Índice de Cadastramento
Itueta	106%
Patrocínio do Muriaé	106%
Dores do Indaiá	105%
Paineiras	105%
Miradouro	105%
Canápolis	105%
Manhuaçu	105%
Coqueiral	105%
São Sebastião do Paraíso	105%
Elói Mendes	104%
Abre Campo	104%
São João do Manteninha	104%
Conquista	104%
Careaçu	104%
Senador José Bento	104%
Virgínia	104%
Iguatama	104%
Divino	104%
São João da Mata	104%

Machacalis	130%
Alto Jequitibá	128%
Senador Cortes	128%
Águas Formosas	128%
Guaxupé	127%
Chácara	127%
Várzea da Palma	125%
Caparaó	124%
Coração de Jesus	124%
Guarda-Mor	124%
Ressaquinha	124%
Monte Sião	123%
Maripá de Minas	123%
Iturama	122%
Iraí de Minas	122%
Urucuia	122%
Cruzeiro da Fortaleza	121%
Olaria	121%
Juruiaia	121%
Arapuá	120%
Monte Carmelo	120%
Heliodora	120%
Pratápolis	120%
Bandeira do Sul	119%
Alpinópolis	119%
Engenheiro Caldas	119%
São Bento Abade	118%
Borda da Mata	118%
Estrela do Sul	118%
Matutina	118%
Oratórios	118%
Silvanópolis	118%
Matias Barbosa	118%
Mendes Pimentel	118%
Itapeva	118%

Planura	110%
Santana da Vargem	110%
Andradas	110%
Chapada Gaúcha	110%
Rio Paranaíba	110%
Jacinto	110%
Capinópolis	110%
Campo Florido	110%
Conceição das Alagoas	110%
Itamarati de Minas	110%
Cambuí	110%
Três Pontas	110%
Matipó	110%
Gonçalves	110%
Paraopeba	110%
São Francisco do Glória	110%
Espera Feliz	110%
Salinas	110%
Claraval	110%
Central de Minas	109%
Arcos	109%
Centralina	109%
Nova Resende	109%
Veríssimo	109%
Córrego Danta	109%
São Gonçalo do Sapucaí	109%
Guaranésia	109%
Montalvânia	109%
Pedra Azul	109%
Minduri	109%
Cássia	109%
Rio Preto	109%
Visconde do Rio Branco	109%
Fernandes Tourinho	108%
Gurinhata	108%

Carmo de Minas	104%
Serranos	104%
Ouro Fino	104%
Santana do Deserto	104%
Carlos Chagas	104%
Recreio	104%
São José do Divino	104%
Rio Pomba	104%
Caputira	104%
Pará de Minas	103%
Patrocínio	103%
Lagoa Formosa	103%
Capetinga	103%
Medina	103%
Comendador Gomes	103%
Patos de Minas	103%
Santa Vitória	103%
Guiricema	103%
Piraúba	103%
São José do Alegre	103%
Campanha	103%
Nanuque	103%
Santa Bárbara do Monte Verde	102%
Perdizes	102%
Itamogi	102%
Alterosa	102%
Cláudio	102%
Tapiraí	102%
Monsenhor Paulo	102%
Tombos	102%
São Francisco de Sales	102%
Virgem da Lapa	102%
São José da Varginha	102%
Tapira	102%
Santo Antônio do Amparo	102%

Caratinga	117%
Funilândia	117%
Porteirinha	117%
Ubaí	117%
Mirabela	117%
Jacutinga	116%
Brasília de Minas	116%
Ilicínea	116%
Cuparaque	116%
Lambari	116%
Silveirânia	115%
Miraí	115%
Turvolândia	115%
Serra do Salitre	115%
São José do Mantimento	115%
União de Minas	114%
Rodeiro	114%
Delta	114%
Frei Inocêncio	114%
Dona Eusébia	114%
Coronel Pacheco	114%
Ituiutaba	114%
Inhaúma	114%
Bom Jesus da Penha	114%
Buritzeiro	114%
Limeira do Oeste	114%
Nova Serrana	114%
Conceição de Ipanema	113%
Faria Lemos	113%
Pompéu	113%
Monte Alegre de Minas	113%
Natércia	113%
Galiléia	113%
Prata	113%
Abaeté	113%

Bambuí	108%
Lima Duarte	108%
Tabuleiro	108%
Muzambinho	108%
Frutal	108%
Papagaios	108%
Amparo do Serra	108%
Romaria	108%
Monte Santo de Minas	108%
Igaratinga	108%
Icaraí de Minas	108%
Candeias	108%
Pedralva	108%
Além Paraíba	107%
Doresópolis	107%
Abadia dos Dourados	107%
Governador Valadares	107%
Munhoz	107%
Itapagipe	107%
Conceição das Pedras	107%
Campo azul	107%
Campanário	107%
Naque	107%
Capim Branco	107%
São Francisco de Paula	107%
Pedro Teixeira	107%
Cabo Verde	107%
Coromandel	107%
Guarani	106%
Medeiros	106%
Santa Rita de Minas	106%
Eugenópolis	106%
Capitão Andrade	106%
Jacuí	106%
Dom Cavati	106%

Raposos	102%
Martins Soares	102%
Tiros	102%
Jesuânia	102%
Leopoldina	102%
Carmo do Paranaíba	102%
Frei Gaspar	102%
Nepomuceno	102%
Ewbank da Câmara	102%
Santo Antônio do Monte	102%
Poço Fundo	102%
Araújos	101%
Antônio Prado de Minas	101%
Mesquita	101%
Toledo	101%
Descoberto	101%
João Pinheiro	101%
Argirita	101%
Pirajuba	101%
Ponto Chique	101%
Lagoa da Prata	101%
Catuti	101%
Bertópolis	101%
Carvalhópolis	101%
Ibiá	101%
Onça de Pitangui	101%
Quartel Geral	101%
Boa Esperança	101%
Januária	101%
Mutum	101%
Mato Verde	101%
Passos	101%
Ponte Nova	101%
Astolfo Dutra	101%
Santo Hipólito	101%

Martinho Campos	113%
Bicas	113%
Leandro Ferreira	113%
Itanhomi	112%
Raul soares	112%
Camacho	112%
Campina verde	112%

Liberdade	106%
São Gotardo	106%
Piumhi	106%
Piau	106%
Pratinha	106%
Almenara	106%
-	-

Umburatiba	101%
Santa Margarida	101%
Janaúba	101%
Córrego Fundo	101%
Aimorés	101%
Ibituruna	101%
-	-

3.1.2 Cartografia.

A atividade prioritária desenvolvida pelo Serviço de Cartografia é a de Certificação de Imóveis Rurais. Dessa forma, em 2013, foram certificados 1.999 (um mil, novecentos e noventa e nove) imóveis, sendo que destes, 461 (quatrocentos e sessenta e um) deram entrada no próprio exercício de 2013 e 1.538 (um mil, quinhentos e trinta e oito) são originárias de exercícios anteriores. Ressalta-se que das solicitações protocoladas em 2013, 655 (seiscentas e cinquenta e cinco) foram analisadas, sendo 461 (quatrocentas e sessenta e uma) certificadas e 194 (cento e noventa e quatro) diligenciadas. As 312 (trezentos e doze) restantes deverão ser analisadas em 2014.

Destaca-se que foi analisado por este Serviço todo o passivo de processos anteriores a 2012. Restam, apenas, os processos que se encontram no CIGEx que estão sob controle da Coordenação Geral de Cartografia. Dessa forma, das 2.304 (duas mil, trezentas e quatro) solicitações originárias de exercícios anteriores que se encontravam pendentes, 1.538 (um mil, quinhentas e trinta e oito) foram certificadas e permanecem 766 (setecentos e sessenta e seis) em diligência. Ao todo, considerando-se solicitações de exercícios anteriores e de 2013 foram analisados 2.195 (dois mil, cento e noventa e cinco) processos.

A certificação dos serviços de georreferenciamento pressupõe o respeito aos requisitos técnicos estabelecidos pela Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais e a ausência de sobreposição entre o perímetro enviado ao banco de dados e outro já constante no cadastro.

Com a implementação do SIGEF – Sistema de Gestão Fundiária –, homologado pela Portaria Incra nº. 486, de 2 de setembro de 2013, a certificação passou a ser realizada de forma eletrônica, a partir do envio dos dados, através da internet, pelo profissional responsável pelo levantamento.

Para os requisitos necessários para certificação em imóveis objeto de demanda judicial, inclusive de ações de usucapião, há uma lacuna nas normas internas do Incra, já que elas nada mencionam a respeito dos processos judiciais que versem sobre imóveis rurais, conforme previsto no art. 225, § 3.º, da Lei nº. 6.015/1973, e no art. 2.º, I e II, do Decreto nº. 5.570/2005. Em virtude da omissão, o que tem sido feito é aguardar a conclusão do processo, com o trânsito em julgado da decisão, como requisito para a certificação.

Tal procedimento, contudo, contraria a *mens legis* dos citados dispositivos, uma vez que o objetivo da exigência é possibilitar que a decisão judicial esteja respaldada em dados precisos e que o próprio mandado de registro já se refira a um imóvel devidamente descrito na forma estabelecida pela Lei de Registros Públicos, após as alterações introduzidas pela Lei nº. 10.267/2001. Inclusive, dada a relevância desta questão, o Poder Executivo entendeu que a exigência de georreferenciamento para os imóveis objeto de ação judicial deve ser imediata, excluindo esta hipótese dos prazos estabelecidos pelo Art. 10 do Decreto nº. 4.449/2002, alterado pelos Decretos nº. 5.570/2005 e 7.620/2011 (Art. 2º, I, do Decreto nº. 5.570/2005).

Inegável, portanto, que imóveis rurais objeto de ação de usucapião, ajuizada após a publicação do Decreto 5.570/2005, devem ser identificados a partir de memorial descritivo assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART –, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional fixada pelo Incra. Em virtude de uma lacuna nas normas internas do Incra, fica em aberto a questão relativa ao momento da certificação

dos serviços de georreferenciamento: se deve ser expedida antes do ajuizamento da ação, sendo protocolada junto com a inicial; no curso do processo, mediante determinação do magistrado; ou após o trânsito em julgado.

Quanto à isenção de custos financeiros prevista no Art. 225, § 3º, *in fine*, da Lei nº. 6.015/1973, com a redação dada pela Lei nº. 10.267/2001, trata-se de norma de eficácia limitada, dependente de regulamentação posterior que lhe confira aplicabilidade. Tal regulamentação, que ainda não existe, estabelecerá os critérios técnicos e procedimentos para a execução da medição dos imóveis para fim de registro imobiliário (art. 8º, § 2º, do Decreto nº. 4.449/2002). O estabelecimento de tais critérios e procedimentos permitirá a inclusão dos custos na previsão orçamentária e norteará a atuação do Incra, inclusive com a colaboração de órgãos estaduais, a fim de proporcionar os meios necessários à identificação das pequenas propriedades. Mas enquanto a matéria permanecer carente de regulamentação, não será possível operacionalizar o direito.

A isenção de custos prevista na legislação, mas ainda não regulamentada para o georreferenciamento de imóveis rurais com até 4 (quatro) módulos fiscais de área sob a jurisdição desta Superintendência, alcançaria 422 (quatrocentos e vinte e dois) imóveis, com área total aproximada de 108 mil hectares, em 69 (sessenta e nove) municípios onde o módulo fiscal varia entre 65 e 70 módulos fiscais, conforme apurado no fim do exercício por meio do SNCR.

Os custos financeiros necessários para georreferenciar esses imóveis seriam de aproximadamente R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), considerando preço do levantamento topográfico praticado atualmente.

Abaixo a tabela com os município sob nossa jurisdição que possuem módulo fiscal igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) hectares e imóveis com 250 (duzentos e cinquenta) hectares e mais que estariam obrigados a serem georreferenciados:

MUNICÍPIO	MÓDULO FISCAL	OBRIGATÓRIO, PORÉM INSENTO DE CUSTO			
		CLASSE DE ÁREA		IMÓVEIS	ÁREA (há)
Águas Vermelhas	65,0	250,0000	a 260,0000	6	1.512,6300
Araçuaí	65,0	250,0000	a 260,0000	8	2.049,1765
Berizal	65,0	250,0000	a 260,0000	2	518,0000
Bonito de Minas	65,0	250,0000	a 260,0000	15	3.792,3000
Brasilândia de Minas	65,0	250,0000	a 260,0000	9	2.301,6100
Buritizero	70,0	250,0000	a 280,0000	28	7.326,7809
Cachoeira de Pajeú	65,0	250,0000	a 260,0000	2	500,3112
Caraí	65,0	250,0000	a 260,0000	8	2.058,5250
Catuti	65,0	250,0000	a 260,0000	1	250,0000
Chapada Gaúcha	65,0	250,0000	a 260,0000	10	2.524,7801
Comercinho	65,0	250,0000	a 260,0000	2	511,0000
Cônego Marinho	65,0	250,0000	a 260,0000	0	0,0000
Coronel Murta	65,0	250,0000	a 260,0000	3	760,2000
Curral de Dentro	65,0	250,0000	a 260,0000	2	505,8000
Divisa Alegre	65,0	250,0000	a 260,0000	0	0,0000
Espínosa	65,0	250,0000	a 260,0000	6	1.504,5000
Fruta de Leite	65,0	250,0000	a 260,0000	2	509,8200
Gameleiras	65,0	250,0000	a 260,0000	1	260,0000
Guarda-Mor	65,0	250,0000	a 260,0000	10	2.568,2148
Icaraí de Minas	65,0	250,0000	a 260,0000	2	508,5000

Indaiabira	65,0	250,0000	a	260,0000	2	500,0000
Itacarambi	65,0	250,0000	a	260,0000	1	254,4000
Itaobim	65,0	250,0000	a	260,0000	5	1.281,4212
Itinga	65,0	250,0000	a	260,0000	5	1.262,5000
Jaíba	65,0	250,0000	a	260,0000	1	250,0000
Januária	65,0	250,0000	a	260,0000	27	6.850,3675
João Pinheiro	65,0	250,0000	a	260,0000	38	9.655,2464
Juvenília	65,0	250,0000	a	260,0000	3	768,0000
Lagamar	65,0	250,0000	a	260,0000	11	2.796,3799
Lagoa Grande	65,0	250,0000	a	260,0000	2	508,6050
Mamonas	65,0	250,0000	a	260,0000	1	250,0000
Manga	65,0	250,0000	a	260,0000	6	1.540,3398
Matias Cardoso	65,0	250,0000	a	260,0000	3	769,5547
Mato Verde	65,0	250,0000	a	260,0000	1	253,7000
Medina	65,0	250,0000	a	260,0000	9	2.296,9020
Miravânia	65,0	250,0000	a	260,0000	1	253,2543
Montalvânia	65,0	250,0000	a	260,0000	12	3.052,7434
Monte Azul	65,0	250,0000	a	260,0000	3	754,5000
Montezuma	65,0	250,0000	a	260,0000	1	250,0000
Ninheira	65,0	250,0000	a	260,0000	2	520,0000
Nova Porteirinha	65,0	250,0000	a	260,0000	0	0,0000
Novo Cruzeiro	65,0	250,0000	a	260,0000	6	1.545,3190
Novorizonte	65,0	250,0000	a	260,0000	3	759,7600
Padre Paraíso	65,0	250,0000	a	260,0000	0	0,0000
Pai Pedro	65,0	250,0000	a	260,0000	1	253,4800
Pedra Azul	65,0	250,0000	a	260,0000	6	1.518,6000
Pedras de Maria da Cruz	65,0	250,0000	a	260,0000	1	256,4181
Pintópolis	65,0	250,0000	a	260,0000	5	1.267,9200
Pirapora	70,0	250,0000	a	280,0000	3	798,9046
Ponto dos Volantes	65,0	250,0000	a	260,0000	0	0,0000
Porteirinha	65,0	250,0000	a	260,0000	6	1.528,3400
Presidente Olegário	65,0	250,0000	a	260,0000	23	5.857,9928
Riachinho	70,0	250,0000	a	280,0000	11	2.939,0500
Riacho dos Machados	65,0	250,0000	a	260,0000	4	1.023,3729
Rio Pardo de Minas	65,0	250,0000	a	260,0000	1	250,0000
Rubelita	65,0	250,0000	a	260,0000	4	1.023,9800
Salinas	65,0	250,0000	a	260,0000	7	1.783,3284
Santa Cruz de Salinas	65,0	250,0000	a	260,0000	4	1.021,5000
Santa Fé de Minas	70,0	250,0000	a	280,0000	12	3.216,4100
Santo Antônio do Retiro	65,0	250,0000	a	260,0000	0	0,0000
São Francisco	65,0	250,0000	a	260,0000	18	4.555,7440
São João das Missões	65,0	250,0000	a	260,0000	1	257,2000
São João do Paraíso	65,0	250,0000	a	260,0000	3	756,1371
São Romão	70,0	250,0000	a	280,0000	10	2.665,3992
Serranópolis de Minas	65,0	250,0000	a	260,0000	5	1.273,2513
Taiobeiras	65,0	250,0000	a	260,0000	5	1.280,0653
Urucuia	65,0	250,0000	a	260,0000	28	7.046,6600
Vargem Grande do Rio Pardo	65,0	250,0000	a	260,0000	1	258,0000
Virgem da Lapa	65,0	250,0000	a	260,0000	3	773,6000
TOTAL					422	107.940,4954

3.1.3 Territórios Quilombolas.

Por meio da Agenda de Gestão de 2013, esta Superintendência planejou para o exercício de 2013 para a Ação 210Z - Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas:

a) Finalizar a elaboração de Relatórios Antropológicos de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-cultural para 21 comunidades quilombolas.

No exercício, foi finalizada a elaboração de Relatórios Antropológicos para 10 comunidades quilombolas, a seguir especificadas:

Comunidade	Município
Lapinha	Matias Cardoso
Marobá dos Teixeira	Almenara
Terra Dura	São João da Ponte
Sete Ladeiras	São João da Ponte
Espinho	Manga
Malhadinha	Manga
Vila Primavera	Manga
Bebedouro	Manga
Justa I	Manga
Justa II	Manga

Em cinco comunidades, os trabalhos de elaboração de Relatórios Antropológicos foram iniciados pelas empresas contratadas por meio do Pregão Eletrônico nº.15/2011. Entretanto, em reuniões com as comunidades, elas manifestaram pelo não prosseguimento dos trabalhos de regularização fundiária nos termos disciplinados pela Instrução Normativa Incra nº. 57/2009. São elas:

Comunidade	Município
Marinhos e Rodrigues	Brumadinho
Ribeirão	Brumadinho
Sapé	Brumadinho
Moça Santa	Minas Novas
Gravatá	Minas Novas

As outras seis comunidades, cujos Relatórios Antropológicos estavam previstos para serem concluídos em 2013, são:

Comunidade	Município
Ilha da Ingazeira	Manga
Puris Calindó	Manga
Cachoeira dos Forros	Passa Tempo
Mata dos Crioulos	Diamantina
Vargem do Inhaí	Diamantina
Pimentel	Pedro Leopoldo

Esses relatórios foram contratados por meio do Pregão Eletrônico nº.15/2011, cujos contratos deveriam ser finalizados até 31 de dezembro de 2013. Considerando que nem todas as empresas contratadas apresentaram produtos possíveis de serem aprovados até o final de dezembro/13 e, também, outras questões operacionais que impossibilitaram a conclusão dos trabalhos, a vigência dos contratos foi prorrogada para 31 de dezembro de 2014.

b) Iniciar a elaboração das demais peças técnicas que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID – para quatro comunidades quilombolas.

Essa meta foi cumprida, envolvendo as comunidades de Lapinha (Matias Cardoso/MG), Gurutuba (Pai Pedro, Jaíba, Gameleiras e Porteirinha/MG), Marobá dos Teixeira (Almenara/MG) e Lagoa Grande (Jenipapo de Minas/MG).

- c) Propor a publicação de dois RTID.

Essa meta foi cumprida com a publicação do RTID da comunidade de Marobá dos Teixeira, em 19 e de dezembro de 2013 e da comunidade de Gurutuba, em 24 e 26 de dezembro de 2013.

- d) Publicar portaria de reconhecimento de território de duas comunidades quilombolas.

Foi publicada a portaria de reconhecimento do território da comunidade de Marques, localizada no Município de Carlos Chagas, com área de 250,7647 hectares.

A outra portaria prevista na programação era a do território da comunidade de Mangueiras, localizada no Município de Belo Horizonte, com área de 19,300 hectares. O “Conjunto Portaria” foi encaminhado ao Incra em Brasília em 4 de dezembro de 2012, mas, por razões que desconhecemos, essa portaria não foi publicada até a presente data.

- e) Propor a decretação de territórios quilombolas

Em 6 de dezembro de 2013, foi publicado decreto presidencial declarando o território da comunidade de Marques, localizada no município de Carlos Chagas, como área de interesse social. A dimensão desse território é de 250,7647 hectares. Registre-se que essa publicação não constava das metas desta Superintendência para 2013.

- f) Inserir dados de sessenta e cinco comunidades no *software* I3Geo.

Essa meta foi cumprida para as comunidades a seguir relacionadas:

Comunidades	Coordenadas Geográficas (Sirgas 2.000)	
	Latitude (s)	Longitude (w)
Açude	19°21'14"	43°39'14"
Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão	17°40'36"	42°19'06"
Arturos	19°53'49"	44°05'02"
Bebedouro	14°35'55"	44°08'54"
Bebedouro	14°39'12"	44°00'27"
Boa Morte	20°25'58"	43°58'43"
Botafogo	21°23'38"	43°17'02"
Brejo de São Caetano	14°38'50"	44°02'14"
Brejo dos Crioulos	15°46'35"	43°48'56"
Brejo Grande	15°34'31"	42°06'16"
Buieí	20°42'41"	42°49'30"
Buraco do Paiol	20°50'39"	43°25'04"
Cachoeira dos Forros	20°32'01"	44°31'25"

Comunidades	Coordenadas Geográficas (Sirgas 2.000)	
Carrapatos da Tabatinga	19°44'35"	45°14'25"
Chacrinha dos Pretos	20°27'03"	44°01'07"
Córrego Cachoeira	18°48'18"	43°14'03"
Currálinho dos Paulas	20°48'14"	44°14'34"
Espinho	14°36'39"	43°56'07"
Estiva	20°28'10"	42°45'27"
Família dos Amaros	17°10'25"	46°50'01"
Família Teodoro de Oliveira	19°06'45"	46°40'27"
Feijoal	16°10'00"	40°32'35"
Gravatá	17°04'58"	42°33'43"
Gurutuba	15°26'03"	43°08'29"
Ilha da Ingazeira	14°26'34"	43°50'23"
Japoré	14°30'55"	43°57'04"
Justa I	14°38'59"	43°58'44"
Justa II	14°38'40"	43°59'18"
Lagoa Grande	17°14'07,"	42°05'11"
Lapinha	14°56'05"	43°57'06"
Luízes	19°56'24"	43°57'59"
Machadinho	17°12'41"	46°53'26"
Macuco	17°09'12"	42°34'42"
Malhadinha	14°38'00"	43°56'05"
Manga Velha	14°34'42"	43°54'16"
Mangueiras	19°49'30"	43°54'20"
Manzo Ngunzo Kaiango	19°55'35"	43°54'24"
Marinhos e Rodrigues	20°15'59"	44°05'18"
Marobá dos Teixeira	16°09'25"	40°32'13"
Marques	17°38'28"	41°03'34"
Mata dos Crioulos	18°18'44"	43°21'20"
Mato do Tição	19°30'46"	43°45'53"
Moreiras	20°50'25"	43°33'08"
Mumbuca	16°18'55"	40°56'48"
Paiol	16°42'00"	42°48'10"
Pega	16°51'35"	42°21'04"
Pimentel	19°38'18"	44°05'00"
Pontinha	19°23'04"	44°27'19"
Porto Corís (Titulada pela FCP / Reassentada pela CEMIG)	17°02'40"	42°44'16"
Puris/Calindó	14°35'15"	44°06'44"
Quilombo	17°32'53"	42°20'44"
Ribeirão	20°15'00"	44°03'45"
Rural Barreirinho	16°47'13"	41°10'00"

Comunidades	Coordenadas Geográficas (Sirgas 2.000)	
Saco Barreiro	19°21'33"	44°51'58"
Santana da Caatinga	17°08'53"	45°53'10"
Santo Antônio de Pinheiros Altos	20°34'02"	43°11'21"
Santo Antônio do Guiné	20°43'49"	43°17'16"
Santo Antônio do Morro Grande	21°06'49"	43°49'40"
São Domingos	17°12'02"	46°51'33"
São Gil I e São Gil II	18°05'23"	42°48'52"
São Pedro de Cima	20°29'22"	42°09'03"
São Sebastião da Boa Vista	21°30'44"	43°40'22"
Sapé	20°16'34"	44°04'29"
Sete Ladeiras	15°46'49"	43°39'08"
Tabatinga	17°55'13"	43°01'10"
Terra Dura	15°46'03"	43°37'38"
Três Barras, Buraco e Cubas	19°05'06"	43°29'41"
Vereda Viana	15°53'40"	43°42'10"
Vila Primavera	14°33'8"	43°55'42"
Vila Santa Efigênia e Adjacências (Engenho Queimado, Embaúbas e Castro)	20°22'34"	43°13'59"

g) Desintrusões no território da comunidade de Brejo dos Crioulos (São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia)

No ano de 2013, a ação realizada na comunidade de Brejo dos Crioulos foi o ajuizamento de ações de desapropriação dos grandes imóveis presentes no território. A área do território é de 17.302,61 hectares. Desse montante, foram vistoriados e avaliados 12.636,6137 hectares, 72,46% da área total, em um total de 14 imóveis rurais. Já foram ajuizadas 12 ações de desapropriação, abrangendo 9.270,9081 hectares, equivalentes a 53,58% da área do território.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor.

Em 2013 esta Superintendência firmou 177 termos de cooperação técnica com Municípios buscando a descentralização dos serviços de cadastro rural. Depois de indicados, pelas respectivas Prefeituras Municipais, os servidores municipais são capacitados e avaliados acerca de suas condições de atendimento ao público e acesso ao SNCR. Depois de aprovados, passam ainda por constantes eventos de capacitação de caráter obrigatório e periódico, além das supervisões *in loco* e auditoria de acessos ao SNCR. Algumas auditorias têm sido realizadas no sistema de informações com objetivo de sanear possíveis irregularidades. Em 2013 foram capacitados 528 servidores municipais.

3.1.5 Indicadores.

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	$\frac{51.154.930,25}{56.225.479,70} = 90,98\%$
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-Incra 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	$\frac{1.999}{967} = 206,72\%$
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	-

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento.

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações.

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos
------	--------------------	-------------------------------	-----------------------	-----------------	-------------------	-------------------	-------------------	---------------

211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	50.000,00	13.616,56	405.592,80	388.748,71	388.748,71	374.630,29
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	820	822	68.575,50	50.077,74	50.077,74	49.479,74
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0,00	6.719,47	415.742,21	415.742,21	415.742,21	414.647,20
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0,00	9.679,03	3.043.024,36	3.043.024,36	3.043.024,36	3.042.649,22
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	1	0	10.000,00	7.648,00	7.648,00	7.648,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	26	28	364.857,32	364.517,34	364.517,34	25.063,64

*Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	6.912,09	4.205,94	0,00	4.205,94	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	1.178.717,96	1.178.717,96	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	0	486.979,25	0,00	411.075,25	75.904,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados.

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor.

Em relação à obtenção de terras, vistorias e avaliações, o processo iniciado em dezembro de 2011, que perpassa o Memorando nº 21/2011 e Norma do Conselho Diretor nº. 5/2012, culminou com a publicação da Portaria MDA nº. 5, Portaria MDA nº. 6 e Portaria MDA nº. 7, todas de 31 de janeiro de 2013 e publicadas no Diário Oficial da União – DOU – em 1º de fevereiro de 2013.

Assim, atualmente, dentre as principais características para o prosseguimento do processo de desapropriação, é necessário à propriedade não cumprir a função social, verificada através do laudo agrônomo de fiscalização, bem como não possuir valor máximo que exceda o valor referência de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) por família beneficiária. Também foi incluída no processo de desapropriação a necessidade da elaboração de um Estudo de Capacidade Geração de Renda – ECGR –, que deverá conter, entre outros, o anteprojeto de parcelamento do futuro projeto a ser criado.

Desta forma, as ações planejadas em vistoria e obtenção de terras para o exercício 2013 seguiram os planos elaborados para o exercício anterior (2012), após as devidas adequações afetadas pelas portarias agora vigentes. Este planejamento ordena e prioriza os processos existentes em diferentes níveis, os quais são:

Prioridade 1: Imóveis decretados em fase de pagamento, mas que superavam o teto anteriormente estabelecido de R\$ 100.000,00 por família beneficiária, e o novo teto de R\$ 140.000,00 por família beneficiária, que foram restituídos a esta regional para apresentar complementação técnica que justificasse a desapropriação, uma vez que não possuía óbice judicial;

Prioridade 2: Imóveis decretados, mas que não se enquadram na prioridade anterior;

Prioridade 3: Imóveis não decretados, cujos processos foram restituídos pela sede em virtude dos procedimentos necessitarem ser adequados ao novo fluxo estabelecido;

Prioridade 4: Imóveis não decretados, ainda não enviados à sede, os quais o “conjunto Decreto” encontra-se em conclusão; e

Prioridade 5: As demais situações – Imóveis sem decreto, em fase de instrução processual; novos processos de vistoria e avaliação de imóveis rurais, e outras.

A equipe responsável para a execução destas ações supracitadas é composta por um fiscal de cadastro, um técnico agrícola e 14 engenheiros agrônomos que realizam os trabalhos de vistoria e avaliação de imóveis rurais, além de eventuais perícias judiciais. Esta equipe também

realiza acompanhamento de campo em vistorias conjuntas com técnicos do órgão ambiental do estado e outros trabalhos de campo em atividades correlatas de vistoria de imóveis rurais.

Necessita-se ressaltar que no exercício de 2013 houve um fato que implicou diretamente no cumprimento do planejado, seja este o movimento de campanha salarial dos engenheiros agrônomos que retardou os serviços destes profissionais por cerca de 10 meses.

No decorrer do ano 2013, considerado os fatos narrados acima, realizaram-se 29 vistorias, o que representam 23.581,85ha, agrupados da seguinte forma:

- Vistoria e Avaliação: 11 vistorias, num total de 10.844,22ha;
- Outras Vistorias: 13 vistorias, num total de 7.731,18ha;
- Perícias Judiciais: 05 vistorias, num total de 5.006,45ha.

Consideradas as prioridades feitas e os problemas apontados, planejou-se um total de 50.000,0000ha, contudo executaram-se 13.616,5600ha, o que representa 33% daquilo que foi planejado, em 19 imóveis.

Ressalta-se que este número de 13.616,5600ha diz respeito apenas àquelas vistorias que contabilizam a meta desta autarquia para este ponto: Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em conjunto – primeira fase –, e outras vistorias. Não contabilizam meta as perícias judiciais, e tampouco vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em conjunto na segunda fase. Por isso a diferença de 9.965,29ha (entre 23.581,85ha realizados e 13.616,5600ha executados na meta).

Em termos de execução orçamentária, a PO 2013 previa um montante de R\$ 415.857,80 para o custeio das ações, sendo que a provisão recebida foi de R\$ 405.592,80 (98% da previsão) com despesa empenhada, liquidada e paga virtualmente de R\$ 388.748,71, o que representa 96% do recebido. Estes recursos foram utilizados em despesas com diárias, passagens e suprimentos com o deslocamento das equipes nas diversas atividades de campo, notificação de proprietários, vistorias e avaliações, estudos, dentre outras atividades.

Em relação ao exercício 2012 observa-se um decréscimo de 77% em relação ao realizado por esta autarquia no exercício 2013.

Isto posto, é possível inferir que o decréscimo no ritmo de vistorias e avaliações no exercício 2013 e consequentemente de desapropriações de terras é também reflexo do movimento infligido pelos engenheiros agrônomos e pela qualificação dos procedimentos adotados, uma vez que estes demandam maior tempo de execução.

Em uma análise crítica em relação ao processo, poder-se-ia dizer que a meta foi superestimada ou ainda que os valores orçamentários atrelados a essa meta foram subestimados, causando assim o não cumprimento. Considerados os exercícios anteriores a primeira hipótese parece ser a mais provável, uma vez que já era conhecida a campanha salarial dos peritos quando esta foi proposta, apesar de que em um ano normal a meta teria sido cumprida a contento, haja vista o que foi estabelecido e cumprido em 2012. Vê-se ainda que, apesar dos trabalhos realizados e da quantidade de recursos humanos, financeiros e materiais empenhados, o resultado final não necessariamente representa projetos de assentamento criados em suas diversas modalidades. Isto se deve a diversos fatores, mas principalmente, à morosidade nos trâmites administrativos, as

adaptações necessários aos trabalhos em função dos novos fluxos técnicos. Contudo, há que se chamar atenção ao fato de que o processo está sendo qualificado e, apesar de menor quantidade de projetos de assentamento, os projetos criados possuem maior chance de sucesso na reforma da área.

Sobre os pagamentos de indenizações de fazendas adquiridas (Títulos da Dívida Agrária - TDA's), todas as propriedades previstas na meta foram indenizadas, sendo 7 imóveis relativos a 9.679,03ha e pagamentos de indenizações complementares nos processos de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária, e 7 imóveis relativos a 6.719,47ha e pagamentos de indenização inicial nas aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária.

Sobre os valores descontados no exercício 2013 referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas nos imóveis adquiridos para inclusão no PNRA, incluindo montante que deixou de ser pago e valores destinados à recomposição dessas parcelas, informa-se que é precário o controle destes dados nesta Superintendência, uma vez que estes recursos não são destinados a esta Superintendência para a recuperação, conservação e preservação de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente. Estes valores são descontados no valor do imóvel e não são repassadas para a efetiva recuperação dos passivos levantados.

Em relação ao Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária a meta foi superada em 0,0025%, uma vez que estavam planejadas 820 famílias e foram cadastradas, selecionadas e homologadas 822 famílias. Em relação aos custos foi previsto R\$ 96.750,00, recebidos R\$ 68.575,50 (70% do solicitado), e utilizados R\$ 49.479,74 (72% do recebido).

A equipe responsável para a execução destas ações é composta por um Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, um Técnico em contabilidade e cinco técnicos de nível médio e auxiliares, que realizam o trabalho de cadastro, inserção dos dados no sistema e análise do perfil do beneficiário.

As demandas para esta ação são espontâneas e estão, normalmente, ligadas as áreas vistoriadas e que poderão vir a ser projetos de assentamento. Também estão relacionadas ao assentamento de parcelas retomadas em ações de supervisão desta autarquia.

Em uma análise sobre os números pode-se inferir que a previsão orçamentária foi superestimada, uma vez que a meta original foi alcançada com apenas 70% do recurso estimado. É importante salientar ainda que, ao fim do exercício, 576 (70%) das famílias que compõem esta meta executada foram homologadas por determinação do Incra em Brasília, sem que houvesse o batimento previsto na norma de execução nº. 45, uma vez que o convênio existente entre o Incra e o INSS não estava vigente. Assim, estas famílias, mesmo que homologadas, futuramente podem ser consideradas não aptas ao assentamento, não representando de fato famílias assentadas.

No total, no exercício 2013 foram criados 4 projetos de assentamento, sendo 3 projetos na modalidade tradicional e 1 projeto na modalidade agroextrativista. Isto representa um total de 7.211,78ha (PA's = 2.305,12ha & PAE = 4.906,66ha), e o atendimento 173 famílias (PA's = 73 famílias & PAE = 100 famílias).

Para gestão ambiental em projetos de assentamento de reforma agrária solicitou-se R\$ 10.000,00, foi provisionado R\$ 10.000,00, empenhados e gastos R\$ 7.648,00. Este recurso foi gasto em equipamentos necessários à elaboração de memoriais descritivos de reserva legal.

Sobre o licenciamento ambiental a meta programada era de 26 licenças protocoladas e foram alcançados 110% da meta, com 28 licenças protocoladas. Foi feita uma previsão orçamentária de R\$ 531.656,00, foram provisionados R\$ 364.857,32, dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 364.517,34. Este recurso foi utilizado na contratação de serviços para a obtenção de outorgas de uso da água, condição *sine qua non* ao protocolo e obtenção de licenças ambientais.

Em licenciamento ambiental ainda estavam em restos a pagar R\$ 486.979,25 dos quais foram pagos R\$ 411.075,25 restando ainda R\$ 75.904,00. Estes são dados referem-se a contratações de outorgas em exercícios anteriores.

- Índice de gastos com Obtenção de Terras;

1.1. Este índice é de **1.477,47 R\$/ha**, que é o resultado de R\$ 9.927.841,32 “pagos” para um total de 6.719,47ha.

- Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento;

1.1. Este índice é de **127%**, que é o resultado de 28 licenças ambientais ou similares protocoladas, divididas por 22 licenças ambientais ou similares emitidas (21 novas licenças e 1 renovação), multiplicados por 100.

- Índice de Projetos de Assentamento com licença ambiental em vigor.

Este índice é de 33,5%, que é o resultado de 92 licenças ambientais ou similares em vigor, divididos pelo total de projetos de assentamento existentes, 274 projetos, multiplicados por 100.

A Principal atividade de controle para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação esta Superintendência na obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento é feita a partir da monitoria interna, afora esta ação não há outras formas de controle tais como auditorias, e outros.

Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); análise crítica do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, destacando os números obtidos e o planejamento para o próximo exercício; estratégia de obtenção por microrregião de jurisdição da SR, destacando a modalidade de obtenção mais adotada, os custos médios aplicados por hectare e as justificativas do gestor; análise crítica e orçamento projetado para providências de implantação e manutenção dos Projetos de Assentamento criados no exercício, incluindo serviços de topografia, elaboração de PDA/PRA, crédito e assistência técnica.

Demonstração da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas nas áreas adquiridas para inclusão no PNRA, incluindo montante que deixou de ser pago e valores destinados à recomposição dessas áreas.

Demonstração do cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de referência do relatório de gestão e nos anteriores para fins de registro, pela Contabilidade, em contas contábeis específicas, conforme determina o item 9.2.6 do Acórdão TCU nº 557/2004 – Plenário.

Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária, destacando número de pessoas inscritas no PNRA ainda não atendidas (passivo) na Jurisdição da Superintendência e os custos projetados para o assentamento deste contingente; principais resultados obtidos no assentamento de famílias contempladas no PNRA no exercício e planejamento para o próximo exercício; resultados obtidos na exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária e ainda atendidos pelo Programa; Resultado das ações empreendidas pela SR para dar publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, conforme determina o item 2.8 do Acórdão nº 753/2008 - Plenário.

Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atuação da SR na obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento a atuação na área, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da Superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.).

3.2.7 Indicadores.

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo Incra por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	1.477,47 R\$/ha
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	127%
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	33,5%

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações.

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	3.134	7.771	9.553.614,77	9.547.222,91	9.547.222,91	80.482,64

210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	85	13.500,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	1.458	0	4.034.172,79	4.029.235,87	4.029.235,87	26.820,08
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	200	0	255.637,17	255.176,07	255.176,07	5.254,90
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	3.375	164.200,00	161.534,75	161.534,75	151.464,75
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	750	1.214	79.589,40	77.273,04	77.273,04	67.905,67
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	1.900	0	219.827,90	219.612,86	219.612,86	57.794,62
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	260	565	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	17.923,80	16.946,48	16.946,48	16.946,48
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	260	110	4.550,00	4.010,47	4.010,47	4.010,47
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0	2.385,00	2.119,11	2.119,11	2.119,11

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar.*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	4.637	13.760.978,06	4.718.692,69	2.578.251,06	6.464.034,31

210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	74	1.063.747,03	0,00	1.063.747,03	0,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	0	971.300,00	0,00	971.300,00	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	25.890,00	35,20	25.854,80	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	602	490.295,36	57.710,73	392.479,36	40.105,27
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	110	1.570.000,00	1.570.000,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura.

Minas Gerais é um dos maiores estados brasileiros em extensão territorial, sendo um dos que apresentam o maior número de município no País. A divisão do território de Minas Gerais, adotada oficialmente pelo governo estadual, estabelece dez Regiões de Planejamento, as quais são mostradas a seguir, com o respectivo número de municípios de cada uma delas, quais sejam: Alto Paranaíba (31), Central (158), Centro-Oeste de Minas (56), Jequitinhonha/Mucuri (66), Mata (142), Noroeste de Minas (19), Norte de Minas (89), Rio Doce (102), Sul de Minas (155) e Triângulo (35). Segundo dados do Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária – Sipra –, Minas possui 310 projetos de Assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra, onde se encontram assentadas mais de 16 mil famílias espalhadas por todas as regiões do Estado.

Em relação ao déficit de infraestrutura básica nesses assentamentos, não se pode negar que praticamente em todas as regiões do estado existem projetos de assentamento recentes que ainda faltam investimentos, principalmente com relação ao fornecimento de água, implantação e melhoramento de estradas, demarcação topográfica e assistência técnica como outras políticas.

No entanto, em algumas regiões do Estado, a realização das ações para atendimento das famílias assentadas com infraestrutura básica, são mais urgentes, considerando a situação difícil que se encontram e/ou se enquadrarem nos critérios de prioridade de atendimento estabelecidos na Programação Operacional do Incra no corrente exercício devido a necessidade de integração a outras ações e políticas públicas, como por exemplo, os Programas Minha Casa Minha Vida Rural – PNHR –, Água Para Todos e outros. Isso sem deixar de levar em consideração a possibilidade da realização de parcerias no sentido de integrar e otimizar a força de trabalho nas execuções das ações inerentes ao Incra e a outros Programas de Estado e Governo, que podem beneficiar as famílias assentadas.

Dentro dessa ótica, considerando a capacidade operacional da equipe do Serviço de Infraestrutura desta Superintendência, em relação às propostas de obras de implantação e recuperação de estradas, em 2013 foi priorizada a oficialização de parcerias com Municípios e Fundação Estadual por meio de convênios visando o atendimento de aproximadamente 602 famílias assentadas em 13 projetos de assentamentos da Região do Norte de Minas.

Como estratégia adotada no exercício para enfrentar o déficit de infraestrutura, outras parcerias também foram provocadas com Prefeituras de várias outras regiões do Estado, no sentido de orientá-los e assisti-los na elaboração dos projetos básicos de engenharia e propostas necessárias à formalização da parceria com o Incra para implementação da infraestrutura viária em projetos de assentamento. É importante salientar que a grande maioria dos municípios provocados se interessou pela possibilidade e já iniciaram a mobilização de equipe técnica para elaboração dos projetos e propostas. Como exemplo, as Prefeituras Municipais de Uberlândia e Presidente Olegário/MG, que já estão com as propostas (de obras de implantação e recuperação de estradas em assentamentos) em fase de complementação.

Devido aos critérios estabelecidos no planejamento do Incra na efetivação da reforma agrária, esta Superintendência foi orientada a conciliar a execução das ações a outras políticas públicas disponíveis, no sentido de efetivar o atendimento do maior número de famílias assentadas possíveis. Assim, estão sendo priorizadas as parcerias para a implementação da infraestrutura viária e de abastecimento de água, com instituições e municípios em que os projetos de assentamento que estão em vias de serem atendidos pelo PNHR.

Com todas as dificuldades históricas na condução de convênios, para expandir a atuação desta Superintendência nas diversas regiões do Estado e atender maior número possível de famílias assentadas, instruir os Municípios para formalização de parcerias com o objetivo de implementar infraestrutura viária em projetos de assentamento foi a forma mais conveniente apontada pelo planejamento para a expansão da execução da ação em Minas Gerais a curto e médio prazo, já que esta Superintendência tem capacidade limitada para realizar a execução direta via licitações e contratos.

Em relação ao atendimento às famílias assentadas e à implantação de sistemas de abastecimento de água, com base nos critérios prioritários estabelecidos pela Direção Central em relação a disponibilidade orçamentária para execução de obras de infraestrutura em assentamentos, como também visando sanar e atender demandas represadas de abastecimento de água, objeto do contrato rescindido em 2013, foram priorizados 13 (treze) projetos de assentamentos incluídos em licitação para contratação de execução de obras, que vão contemplar cerca de 633 famílias assentadas em diversas regiões do Estado.

Ainda, em relação à implantação de sistemas de abastecimento de água, considerando o interesse recíproco do Incra e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – Codevasf –, foi formalizado termo de cooperação, no sentido de implementar a perfuração de 28 poços artesianos, bem como executar a equipagem, armazenamento e distribuição de água por chuveirões em 60 poços, distribuídos em 33 projetos de assentamento em municípios situados principalmente nas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, área de atuação da Codevasf.

Da mesma forma, também na busca de expandir a possibilidade de atendimento de mais famílias assentadas e a abrangência da ação de infraestrutura nos projetos de assentamento principalmente nas regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais, como é o caso do Norte, Noroeste, Jequitinhonha e Mucuri, considerando o interesse recíproco do Departamento Nacional de Obras Contraste as Secas – DNOCS –, outra parceria foi articulada para execução de sistemas de abastecimento de água em assentamentos, contudo, deixou de ser efetivada por questões de disponibilidade orçamentária no exercício de 2013, mas com perspectivas prudentes da efetivação em 2014, para atendimento de mais de 990 famílias assentadas em projetos de assentamento do semiárido mineiro e em outras regiões fora do semiárido, mas dentro da área de atuação do DNOCS em Minas Gerais.

As estratégias demonstram que os objetivos da ação terão reflexos nos exercícios seguintes, tendo em vista que várias propostas para abertura e/ou melhoramento de estradas vicinais em projetos de assentamento poderão ser formalizadas e executadas. Além disso, as cooperações para implantação de sistemas de abastecimento de água em assentamentos, onde as execuções se estenderão até o final de 2015, considerando a vigência do PPA 2012-2015.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações.

Ação 0427 – Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.

Quanto à execução física para 85 famílias, cumpre esclarecer que se trata de despesa empenhada em 14 de dezembro de 2011 através da Nota de Empenho 2011NE000468000, com pagamento efetuado em 29 de dezembro de 2012, através da Ordem Bancária 2012OB802286, referente a 85 Créditos Instalação, modalidade Recuperação de Materiais de Construção, no valor unitário de R\$8.000,00/família, totalizando R\$680.000,00, depositados para o PA 1º de Junho, Código SIPRA 0048000, na conta vinculada bloqueada da Associação dos Produtores Individuais da Fazenda Califórnia, CNPJ 02.257.827/0001-00. O pagamento efetuado em 2012, entretanto, foi estornado pelo Banco do Brasil devido à inconsistência na conta vinculada bloqueada da

Associação. Em 16 de janeiro de 2013, a conta foi reativada e em 5 de fevereiro de 2013 foi efetuado novamente o pagamento dos 85 Créditos Instalação, modalidade Recuperação Materiais de Construção, através da Ordem Bancária 2013OB800068.

Com a suspensão das operações de Crédito Instalação por força do determinado pela Presidência do Incra através do memorando nº. 7/P-Circular, de 13 de junho de 2013, e por força da Portaria nº. 352/13, de 19 de junho de 2013, e por não enquadramento nos critérios de restabelecimento definidos pela Portaria Incra nº. 352/2013, a concessão foi suspensa com recolhimento integral dos recursos e de seus rendimentos.

Com relação à provisão recebida de R\$13.500,00, trata-se de valor referente a 27 Créditos Instalação Complementação, modalidade Adicional Semi Árido, no valor unitário de R\$500,00/família, solicitada por esta Superintendência para complementar o recurso da modalidade que encontrava-se depositado para 27 famílias do PA Nova Serrana, código SIPRA MG0087000.

Como encontravam-se depositados para o PA Nova Serrana, desde 2007, 27 Créditos Adicional Semi Árido no valor unitário de R\$1.500,00/família, e com a perspectiva de aplicação do recurso, devido à contratação do serviço de ATEs para o PA, solicitou-se a complementação para o valor então vigente para a modalidade, ou seja R\$2.000,00/família. A provisão foi recebida em 13 de junho de 2013 através da Nota de Crédito 2013NC004522. Porém, devido à suspensão das operações de Crédito Instalação por força do determinado pela Presidência do Incra através do memorando nº. 7/P-Circular/2013, e por força da Portaria nº. 352/2013, não houve empenho do recurso. Em função de dados solicitados pela Diretoria de Desenvolvimento de Assentamentos para todas as operações da modalidade Adicional Semi Árido, esta Superintendência ficou na expectativa de restabelecimento das operações da referida modalidade, o que não ocorreu. Assim, em dezembro de 2013 a provisão de R\$13.500,00 foi recolhida.

Ainda com relação à Ação 0427, é importante destacar a acima citada suspensão das operações de Crédito Instalação por força do determinado pela Presidência do Incra através do memorando nº. 7/P-Circular/2013, e por força da Portaria nº. 352/2013, que em seu artigo 3º, item I, admitiu o restabelecimento das operações de Crédito Instalação que atendessem às seguintes condições:

“... a) a data do último débito em conta corrente seja posterior a 12/06/12;

b) exista nota fiscal ou recibo de prestação de serviço emitido até 13/06/13 e atestado no ano de 2013;

c) a assinatura do contrato referente ao Crédito Instalação seja informada no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, para cada beneficiário;

d) o plano de aplicação do crédito instalação esteja em conformidade com as diretrizes para o desenvolvimento de projetos de assentamento, prioritariamente nas rotas Brasil Sem Miséria, Assentamentos Verdes e Estruturação Produtiva”.

O memorando circular nº. 9/P/Incra, de 25 de junho de 2013 trouxe orientações sobre a Portaria nº. 352/2013, condicionando o restabelecimento das operações de Crédito Instalação ao cumprimento, de forma cumulativa, do estabelecido no seu Inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”.

Com base nas orientações trazidas pelos referidos expedientes, toda a equipe da Comissão de Créditos desta Superintendência concentrou-se então na análise processual, na organização de dados e na atualização do Sipra, visando verificar o enquadramento, nos critérios estabelecidos pela Portaria nº. 352/2103, das operações de Crédito Instalação em curso na Superintendência. Este conjunto de procedimentos resultou na composição de tabelas informativas que, apresentadas e analisadas pela Diretoria de Desenvolvimento, resultaram no restabelecimento

de 54 operações de crédito. Com isto foram descentralizados recursos financeiros que totalizam o montante de R\$ 5.927.510,31. Deste valor, foi liquidada a quantia de R\$ 4.777.845,98, restando então um saldo financeiros de R\$ 1.149.664,33.

Necessário esclarecer que este saldo financeiro é decorrente da própria dinâmica de aplicação dos recursos do Crédito Instalação, especialmente no caso da concessão do Crédito Instalação, modalidade Aquisição de Materiais de Construção, para o Projeto de Assentamento Reserva, referente a qual foi solicitado em 12 de dezembro de 2013, através do memorando nº. 227/2013-Incra/SR.06/GAB, o recolhimento da quantia de R\$ 1.100.999,28, do valor de R\$ 1.391.999,26 que foi restabelecido. Isto porque, após restabelecida a quantia de R\$ 1.391.999,26, inicialmente solicitada por esta Superintendência, 74 beneficiários do Projeto de Assentamento Reserva, em reunião nesta Superintendência, optaram por migrarem para o Programa Minha Casa Minha Vida, abrindo mão dos recursos do Crédito Aquisição de Materiais de Construção. Para o saldo financeiro restante, neste exercício estão sendo instruídos os processos referentes às concessões a ele correspondente.

Destaca-se, finalmente, que se aguarda ainda o restabelecimento de sete operações de Crédito Instalação, assunto que tramita junto à Diretoria de Desenvolvimento através do memorando nº. 231/2013-Incra/SR.06/Gab, de 10 de dezembro de 2013 e do memorando nº. 232/2013-Incra/SR.06/Gab, de 16 de dezembro 2013 e do processo 54170.007600/2013-07 . As oito operações totalizam a quantia de R\$ 385.554,61 a ser restabelecida.

Para as demais concessões de Crédito Instalação que foram suspensas e não foram objeto de restabelecimento estão sendo adotados os procedimentos de prestação de contas para o devido encerramento dos respectivos processos administrativos.

Ação 211A PO 01 – Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária.

As atividades de supervisão e fiscalização da concessão do Crédito Instalação incluídas nesta ação são aquelas previstas nos normativos que orientam a operacionalização do Crédito Instalação e vão desde a qualificação dos beneficiários aptos até a fiscalização da aplicação do recurso. Nos Projetos de Assentamento atendidos pelo serviço de Ates, as atividades incluídas nesta ação passam também pelo acompanhamento e apoio às equipes técnicas prestadoras do serviço, responsáveis nestes casos pela elaboração dos planos de aplicação e pela orientação às famílias beneficiárias nos trâmites operacionais da aplicação do Crédito Instalação.

No âmbito deste rol de atividades e considerando o grande passivo na aplicação do Crédito Instalação, tratado em relatórios anteriores, os esforços da equipe da Comissão de Créditos foram concentrados no primeiro semestre do exercício de 2013 nos Projetos de Assentamento que possuíam recursos do Crédito Instalação depositados nas respectivas contas bloqueadas vinculadas e que, ao mesmo tempo, eram objeto de contrato de prestação do serviço de Ates vigente até 2014. Esta estratégia tinha como fundamento a necessidade de autorizar as equipes de Ates o quanto antes a iniciar os procedimentos operacionais do Crédito Instalação, de forma que a aplicação do recurso ocorresse na vigência dos contratos com as prestadoras do serviço.

Assim, no primeiro semestre do exercício de 2013, os trabalhos de campo realizados na ação priorizaram as atividades de qualificação das famílias aptas ao recebimento dos recursos, conciliadas com as atividades de orientação às famílias beneficiárias e às equipes de Ates quanto aos procedimentos operacionais e aos normativos da aplicação do Crédito Instalação. Este esforço

resultou na autorização para elaboração de planos de aplicação referentes a 31 operações de Crédito Instalação, e voltados para a execução de recursos da ordem de R\$ 2.585.300,00.

Para outros tantos casos, a determinação de suspensão das operações do Créditos, recepcionada nesta Superintendência em 13 de junho de 2013, se deu ao mesmo tempo que, em campo, servidores Comissão de Créditos encontravam-se em novas atividades de qualificação de beneficiários e orientações para elaboração do plano de aplicação, atividades que foram, então, interceptadas.

Necessário destacar que, seguindo orientações da Oficina de Planejamento realizada pela Diretoria de Desenvolvimento na sede desta Superintendência, os Projetos de Assentamento contemplados nesta estratégia estão localizados, em sua grande maioria, em municípios abrangidos pelo Programa Brasil Sem Miséria. Entretanto, todo este processo ficou comprometido com a já acima abordada suspensão das operações do Crédito Instalação.

Sendo assim, o esforço de supervisão e fiscalização passou a se concentrar na fiscalização da aplicação do Crédito Instalação, especialmente da modalidade Aquisição de Materiais de Construção, por visar também a qualificação de beneficiários aptos a acessarem o Crédito Pronaf, em sua modalidade A/C Estruturação Inicial. O resultado deste esforço resultou no recebimento de 943 moradias construídas com recursos do Crédito Aquisição de Materiais de Construção, tendo sido também recebidas 71 moradias reformadas com recursos da modalidade Recuperação de Materiais de Construção.

A execução física deste conjunto de atividades totalizou 3.375 famílias. Os recursos orçamentários provisionados no exercício de 2013 para a execução da ação foram de R\$ 164.200,00. Deste valor, foi emitido o empenho do valor de R\$ 161.534,75, resultando em uma execução orçamentária de 98,38%, tendo sido liquidada a quantia de R\$ 151.464,75, resultando em uma execução financeira de 92,79% com relação ao valor provisionado. A quantia liquidada é referente ao pagamento de diárias de servidores, pagamento de combustível e manutenção de viaturas.

Ação 211A PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento.

Foi definida para esta ação a meta física de 750 parcelas vistoriadas/ supervisionadas, tendo sido vistoriadas/supervisionadas 1.163 parcelas, correspondendo a 155,07% da meta física.

Os recursos orçamentários provisionados no exercício de 2013 para a execução da ação foram de R\$ 79.589,40. Deste valor, foi emitido o empenho do valor de R\$ 77.273,04, resultando em uma execução orçamentária de 97,09%, tendo sido liquidada a quantia de R\$ 67.905,67, resultando em uma execução financeira de 85,32% com relação ao valor provisionado.

Basicamente, os recursos supra informados foram utilizados no custeio de diárias para deslocamento dos técnicos para realização das atividades de Supervisão da Situação Ocupacional em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, com identificação e levantamento de informações, nos termos da Instrução Normativa/Incra/Nº. 71/2012.

Necessário destacar que grande parte do número de parcelas vistoriadas/supervisionadas está relacionado a trabalhos de supervisão ocupacional realizados em Projetos de Assentamento objeto de ações que tramitam junto ao Ministério Público Federal.

Necessário destacar também a reestruturação da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento ocorrida em 2012, quando a a equipe técnica de servidores disponível para os trabalhos de supervisão ocupacional foi redistribuída, agregando mais servidores às ações voltadas diretamente ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, especialmente à ação de Crédito Instalação.

Sendo assim, no número de parcelas vistoriadas/supervisionadas estão incluídas também parcelas de Projetos de Assentamento nos quais os trabalhos de supervisão foram realizados no decurso de outras atividades e dela decorrentes. Nestes casos, os trabalhos de supervisão foram custeados com recursos de outras ações, especialmente os recursos da ação "supervisão e fiscalização da Concessão do Crédito Instalação".

Nesta atividade, feita parcela por parcela, principalmente para recebimento de moradias construídas/reformadas com recursos do Crédito Instalação, modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação de Materiais de Construção, verifica-se também a situação de regularidade ou irregularidade na ocupação da parcela, resultando na instrução processual dos casos identificados.

211A PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento.

Considerando as metas físicas, fora definido a meta de expedição de 260 documentos de titulação e tendo sido emitidos 565 documentos de titulação, correspondendo a um percentual de execução física da ordem de 217,31%.

Continua contribuindo para estes números o cadastramento e treinamento de vários servidores na operacionalização do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – Sipra –, o que tornou mais ágil a emissão de títulos.

Por outro lado, mantém-se como entrave ao processo de emissão de títulos, os longos prazos observados nos procedimentos administrativos entre o cadastramento da família identificada, submissão desta ao processo de seleção, homologação, emissão e publicação do documento de titulação.

Outra dificuldade que mantém inserida dentro deste processo refere-se à falta de interação entre os diversos setores onde são geradas peças técnicas e pareceres diversos para instrução dos processos, o que ocasiona atrasos na tramitação, retrabalhos, expiração do prazo de validade de documentos, perda de recursos financeiros para implantação de obras, desistência de pleitos e arquivamento de processos sem conclusão.

No entanto, observando o resultado obtido em 2013, tendo em vista a execução de 217,31% da meta física estipulada, avalia-se que o desempenho na ação foi positivo, ainda mais quando considerado este conjunto de adversidades e a já acima tratada redistribuição de servidores, positiva por tentar agregar força às ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, mas que impactou a realização dos trabalhos específicos de supervisão ocupacional, que, em última instância, redundam no número de documentos de titulação expedidos.

Ação 211A PO 08 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.

Os trabalhos dessa ação em projetos de assentamentos têm a finalidade de prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do

processo produtivo e do desenvolvimento sustentável. A priorização da ação se dá a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos projetos de assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas mínimas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Os trabalhos relativos ao desenvolvimento dessa ação no exercício de 2013 foi implementada por meio da contratação de entidades e empresas prestadoras de serviço especializado, bem como, a realização de parcerias com convênios e termos de cooperação com outras esferas governamentais e não governamentais.

As metas previstas para o exercício de 2013 para essa ação em projetos de Assentamentos, foi de beneficiar 1.458 famílias com obras concluídas. No entanto, nenhuma família foi de fato beneficiada com obras iniciadas e concluídas com recursos do orçamento de 2013, considerando que, quase sempre, se tratar de serviços que exigem maiores técnicas devido a natureza complexa, as obras iniciadas ultrapassam o exercício corrente. Nesse sentido, percebe-se no Relatório de Gestão 2012, que no exercício não houve nenhum contrato assinado, o que refletiu indubitavelmente de forma negativa na obtenção das metas pactuadas para 2013.

Por outro lado, as parcerias firmadas por esta Superintendência no exercício garantiram a formalização de convênios e de cooperação no sentido de atender 602 famílias assentadas em 13 Projetos de assentamentos com implantação e/ou recuperação da infraestrutura viária, como também beneficiar outras 2.203 famílias assentadas em 33 projetos de assentamentos distribuídos em municípios situados principalmente nas regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, com sistemas de abastecimento de água, respectivamente.

Em que pesem todas as tratativas para elaboração dos projetos e proposta terem sido feitas a nível regional entre esta Superintendência e a Codevasf em Montes Claros, é importante destacar que, por se tratar de termo de cooperação entre órgãos federais, o orçamento necessário à transferência de crédito para execução dos serviços previstos no objeto de cooperação foi originário do orçamento do Incra-Sede, portanto, não consta como na provisão recebida e despesa empenhada por esta Superintendência.

Outra ação emergencial iniciada em 2013 foi a contratação por dispensa de licitação da eletrificação de um poço tubular profundo no Projeto de Assentamento União, em Porteirinha, que vai beneficiar 49 famílias assentadas, quando do seu recebimento que ocorrerá no exercício de 2014. O custo da obra em comento foi de R\$ 9.600,00, conforme Nota de Empenho 2013NC005118 (Processo/Incra/SR(06)MG/Nº. 54170.002438/2013-22).

Em relação à execução dos recursos orçamentários provisionados no exercício de 2013, esta Superintendência recebeu a cifra de R\$ 4.034.172,79 para a execução desta ação. Deste valor, foram emitidos empenhos liquidados no montante de R\$ 4.029.235,87, equivalente a 99,8 % do valor provisionado.

Segue a relação de convênios que foram formalizados com o orçamento de 2013, para a realização de obras de infraestrutura viárias, com o objetivo de recuperação e complementação de estradas de acesso e vicinais internas aos projetos de assentamentos.

Nº Processo	Convênio	Conveniente	Projeto de Assentamentos	Objeto*	Fam. Benef.	Valor total da Proposta (R\$)	Valor Empenhado (R\$)
54170.00494 6/2013-45	794800/2013	Manga	PA 03 Rios, PA Japoré, PA Santa Lúcia e PA Novo	87,94 km	178	993.093,13	973.231,27 (2013NE801708)

			Plano				
54170.00494 7/2013-90	794803/2013	Montalvânia	PA Grotta do Espinho, PA Nova União, PA Paraíso Salobro e PA Vaca Preta	111,52 km	182	1.438.002,68	1.398.702,97 (2013NE801709)
54170.00494 8/2013-34	794805/2013	Juvenília	PA Grotta do Escuro, PA Ouro Verde, PA Divisa Taboleirinho e PA Trevo Porto Agrário,	94,98 km	211	1.269.870,78	1.244.473,36 (2013NE801743)
54170.00205 7/2013-43	794794/2013	Ruralminas	PA Estrela do Norte	5,83 km de estradas	31	396.219,15	376.408,19 (2013NE801707)
Totais				300,27 km	602	4.097.185,74	3.992.815,79

* Recuperação e complementação de estradas de acesso e vicinais internas aos Projetos de Assentamento.

Conforme orientações da Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação de Gestão – DEA –, extraídas do Manual de Conceitos do Módulo de Monitoramento e Avaliação, a meta ou a consideração dos valores da unidade monitorada, ou seja, família atendida, somente poderá ser lançada no sistema ou efetivamente iniciada, a partir da publicação do Termo de Convênio ou Cooperação/Contrato no Diário Oficial da União – DOU –. Assim, em que pese a mobilização dos recursos para as parcerias terem sido de 2013, as publicações somente ocorreram em 2014, exercício o qual será iniciada a execução e acompanhamento das metas programadas.

Ainda em relação à execução da ação, é importante considerar não apenas as obras iniciadas, aquelas cuja execução física já começou, mas também aquelas para a qual já tenha sido elaborado o projeto de engenharia ou realizado o levantamento da documentação necessária ao seu planejamento, dada a importância e complexidade de execução.

Nesse sentido, outros dois convênios com Municípios objetivando recuperação e implementação da infraestrutura viária em assentamentos, também tiveram seus processos formalizados e o projetos analisados em 2013 (Municípios de Uberlândia e Presidente Olegário), porém, devido à necessidade de implementação das propostas, não foi possível a oficialização das parcerias, que provavelmente se consolidará com o orçamento de 2014, conforme segue:

Nº Processo	Conveniente	Projeto de Assentamento	Objeto	Famílias beneficiadas	Valor previsto da Proposta (R\$)
54170.003935/2013-48	Uberlândia	PA Dom José Mauro	Recuperação e complementação de 40,03 km estradas de acesso e vicinais internas	198	770.927,75
54170.0037982013-41	Presidente Olegário	PA Santo Antônio	Recuperação e complementação de 19,52 km de estradas de acesso e vicinais	150	459.394,39

Em relação ao atendimento das famílias assentadas com a implantação de sistemas de abastecimento de água, ainda que os recursos mobilizados não foram originados do orçamento de 2013 desta Superintendência, a formalização do termo cooperação para descentralização de crédito nº. 6, de 30 de dezembro de 2013, firmado entre o Incra e Codevasf (processo/Incra/SR(06)/Nº 54170.005873/2013-17), tem por objetivo de perfurar 28 poços artesianos, bem como executar a equipagem, armazenamento e distribuição de água por chuveirão em 60 poços distribuídos em 33 projetos de assentamentos localizados nas regiões Norte e Noroeste

de Minas Gerais, e deverá ser acompanhado, fiscalizado e recebido por servidores desta Superintendência, conforme demonstrado a seguir.

Município	Projeto de Assentamento	Nº. Famílias a Atender	Poços a Perfurar	Poços a Equipar em 2014/2015	Custo de Perfuração (R\$ 25.000,00/poço)	Custos de Equipagem (R\$ 95.112,00/poço) em 2014
Buritizeiro	1º de maio	70		1		95.112,00
	Santa Helena	65		1		95.112,00
	São Francisco	29		1		95.112,00
	Limeira	43	1	1	25.000,00	95.112,00
João Pinheiro	Campo Grande	24		1		95.112,00
	Campo Grande de Cima	12		1		95.112,00
	Itatiaia	38		1		95.112,00
	Vista Alegre	60	2	2	50.000,00	190.224,00
Pirapora	Floresta Viveiros	60		2		190.224,00
	Paco - Paco	42	1	1	25.000,00	95.112,00
Riachinho	Lages	30	1	1	25.000,00	95.112,00
	Logradouro	120	2	2	50.000,00	190.224,00
Pompeu	26 de outubro	147	2	2	50.000,00	190.224,00
Dom Bosco	Novo Progresso	42	2	2	25.000,00	190.224,00
São Romão	Novilha Brava	25	3	3	75.000,00	285.336,00
	São João do Rodeio	46		2		190.224,00
Urucuia	Vereda da Cuia / Barreirinho	59		1		95.112,00
Várzea da Palma	Mãe D'Água	56		2		190.224,00
Gameleira	Agronorte	200	4	4	100.000,00	380.448,00
Janaúba	Jacaré Grande	200		2		190.224,00
Juvenília	Dividida Taboleirinho	42		3		285.336,00
	Grota do Escuro	80	2	3	50.000,00	285.336,00
	Trevo Porto Agrário	70	2	2	50.000,00	190.224,00
Nova Porteirinha	Dom Mauro	45		1	25.000,00	95.112,00
Paracatu	Batalha	85	2	3	50.000,00	285.336,00
	Jambeiro	195		1		95.112,00
	Esperança	75	2	2	50.000,00	190.224,00
Lagoa Grande	Participação	25		1		95.112,00
	Renovação	54		3		285.336,00
	Nosso Orgulho	49		3		285.336,00
São Francisco	São Francisco II	60	1	2	25.000,00	190.224,00
Coração de Jesus	Irmã Doroty II	30	1	1	25.000,00	95.112,00
Capitão Enéas	Darcy Ribeiro	25		2		190.224,00
Total		2.203	28	60	R\$ 700.000,00	R\$ 5.706.720,00

Total Geral	2.203 famílias atendidas	R\$ 6.406.720,00
--------------------	---------------------------------	-------------------------

Na mesma ótica, em relação a não mencionar apenas as obras iniciadas no exercício, mas também aquelas para a qual já tenha sido elaborado o projeto de engenharia ou realizado o levantamento da documentação necessária ao seu planejamento e contratação, dada a importância e complexidade de execução, com base nos critérios prioritários estabelecidos pelo Incra-Sede em relação à disponibilidade orçamentária para execução de obras de infraestrutura em assentamentos, como execução direta, foi priorizada a elaboração de licitação por tomada de preço, visando à contratação de serviços e obras para à implantação de sistemas de abastecimento de água em 13 (treze) projetos de assentamento, que vai beneficiar 633 famílias assentadas.

Em que pese todo esforço das equipes desta Superintendência nas formalidades processuais para definir vencedores do certame licitatório e realizar o empenho orçamentário ainda em 2013, não foi possível pela indisponibilidade orçamentária daquele momento, já que esta Superintendência havia superado as expectativas de investimento para o corrente exercício com obras de infraestrutura, considerando o volume orçamentário que já tinha sido aprisionado nos convênios de infraestrutura viária, responsáveis por praticamente a totalidade dos recursos empenhados para a ação de implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento (Quadro 8).

Contudo, como foi originária de esforços de 2013 e certamente será efetivada a execução em 2014, segue quadro que demonstra os assentamentos e número de famílias a serem contempladas com a ação:

Item	Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias	Região de Planejamento	Nº de Sistemas a Implantar	Preço orçado dos Sistemas
1	Ho Chi Mim	Nova União	37	Central	1	R\$ 104.377,79
2	Comunidade Resistência	Funilândia	20	Central	1	R\$ 109.564,26
3	Olga Benário	Visconde do Rio Branco	30	Central	1	R\$ 92.201,73
4	Paulista	Pompéu	32	Central	1	R\$ 93.408,25
5	Santa Cecília	Campos Altos	24	Alto Paranaíba	1	R\$ 89.502,09
6	Flávia Nunes	Uberlândia	15	Triângulo	1	R\$ 93.698,35
7	Nova Cachoeirinha	Prata	77	Triângulo	1	R\$ 113.698,57
8	02 de Junho	Olhos D'água	100	Norte	1	R\$ 110.903,88
9	Final Feliz	Joaquim Felício	116	Norte	1	R\$ 115.024,96
10	Carlito Maia	Japonvar	48	Norte	1	R\$ 78.820,05
11	União - AC 01	Porteirinha	49	Norte	1	R\$ 81.552,97
12	União - 12	Porteirinha		Norte	1	R\$ 33.145,20
13	União - 32	Porteirinha		Norte	1	R\$ 61.076,70
14	Matão	Urucuia	65	Norte	1	R\$ 86.154,90
15	João Paulo II	Porteirinha	20	Norte	1	R\$ 91.230,82
TOTAIS			633 famílias		15 sistemas	R\$ 1.354.360,52

Também vale mencionar outra obra iniciada em 2013, que será recebida em 2014, que tem por objetivo beneficiar cerca de 49 famílias assentadas no Projeto de Assentamento União, em Porteirinha, foi a proposta de eletrificação de um poço tubular profundo existente no projeto de assentamento, conforme autos do processo administrativo/Incra/SR(06)MG/Nº. 54170.002438/2013-22.

Em relação às atividades iniciadas em exercícios anteriores, em 2013 foram finalizados dois convênios e as obras recebidas beneficiaram 74 famílias assentadas, conforme demonstrado a seguir;

Forma de Execução	Obra	Projeto de Assentamento	Nº de famílias beneficiadas	Recebimento
Convênio nº. 761857/2011	Construção de ponte de 18 mts sobre o córrego ribeirão do MeioD.211A.0008.19	PA Nossa Senhora da Guia/Guarda-Mor	30	Abril de 2013
Convênio nº. 737908/2010	Construção de ponte mista com extensão de 12 metros sobre o córrego Boleira. D.211A.0008.19	PA Ulisses de Oliveira/Jampruca	44	Março de 2013

É importante salientar que um outro convênio realizado entre esta Superintendência e o Município de Lagoa Grande em 2010, com o objetivo de executar obras de construção de uma ponte mista em concreto armado, com 26 metros de extensão sobre o córrego Taboca, no Projeto de Assentamento Barreirão (Processo/Incra/SR(06)MG/Nº. 54170.001796/2010-75 – Siconv nº. 738516/2010, teve que ter seu período de vigência prorrogado até maio de 2014 para sua conclusão, período em que o recebimento das obras deva beneficiar cerca de 26 famílias assentadas no referido assentamento.

Como demonstrado no quadro 9, a execução de restos a pagar inscritos para 2013, num montante de R\$ 1.063.747,03, foram integralmente pagos no exercício, basicamente para garantir a finalização das obras das parcerias citadas.

Em relação à execução física, em que pese não ter havido execução do orçamento do exercício, considerando a evidência que as obras dos contratos iniciados em anos anteriores e finalizados no ano calendário de 2013 trazem benefícios aos assentados, foram atendidas com obras executadas 74 famílias.

Da mesma forma, considerando os esforços do exercício, com obras de infraestrutura viária, objetos das parcerias firmadas, a perspectiva é que sejam beneficiadas até 2015 (prazo de finalização de alguns contratos) no mínimo 602 famílias assentadas.

Em relação à implantação de sistemas de abastecimento de água em projetos de assentamento, com as ações desenvolvidas em 2013, a perspectiva é que sejam beneficiadas diretamente 2.203 famílias com o termo de cooperação com a Codevasf e outras 633 famílias com contratação direta dos serviços e obras necessárias.

Assim, como fruto dos trabalhos de 2013, tem-se como meta física total iniciada no exercício, o montante de 3.438 famílias a serem beneficiadas com as propostas.

Um aspecto importante que merece destaque, e que já vem sendo frisado em outros relatórios de gestão, é o fato de todos os anos anteriores os trabalhos de execução dessa ação ultrapassam o exercício em curso. As obras contratadas e acompanhadas pelo Serviço de Infraestrutura normalmente se iniciam em um ano e terminam no ano seguinte, isso devido ao fato de serem obras de grande complexidade como: construção e recuperação de estradas, perfuração de poços artesianos, equipagem de poços profundos, implantação de sistemas de abastecimento de água, construção de pontes e passagens molhadas e etc.. Além disso, não se pode deixar de comentar a enorme dificuldade que as Prefeituras têm para elaborar os projetos e propostas, necessárias para a efetivação das parcerias, que quase sempre ocorrem e são efetivadas no fechamento do ano calendário, como ocorreu em 2013.

Quanto à execução orçamentário-financeira da ação, observa-se que da provisão planejada na programação operacional foi de R\$ 2.000.000,00, entretanto, devido ao planejamento desta Superintendência e o aumento da demanda vinda dos movimentos sociais, principalmente das famílias assentadas, ocorreu implementação orçamentária que refletiu numa provisão recebida de R\$ 4.034.172,79, dos quais foram efetivamente empenhados e liquidados a cifra de R\$ 4.029.235,87.

Conforme o quadro 8, da provisão recebida e empenhada, R\$ 3.992.815,79 correspondem aos empenhos realizados para os convênios com os Municípios de Manga, Montalvânia, Juvenilha e Ruralminas, como também ao valor de R\$ 9.600,00 empenhados para contratação da eletrificação do poço tubular profundo no Projeto de Assentamento União, em Porteirinha. O restante da provisão recebida e empenhada, ou seja, R\$ 26.820,08, correspondente basicamente ao que foi utilizado no custeio de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores e articulações das parcerias efetivadas no exercício.

210T PO 01 – Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA).

Em 2013 não houve meta prevista para a ação orçamentária 210T Promoção da Educação do Campo, Plano Orçamentário PO 01 – Educação de Jovens e Adultos no Campo. As despesas correntes ocorreram visando novas parcerias e para finalização de acompanhamento de convênio iniciado em exercícios anteriores.

Em 2013 não houve meta prevista para a ação orçamentária 210T Promoção da Educação do Campo, Plano Orçamentário PO 03 Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária. As despesas correntes ocorreram visando novas parcerias e encerramento de ações de exercícios anteriores.

Em 2013 a ação orçamentária 210T “Promoção da Educação do Campo”, Plano Orçamentário PO 02 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social houve meta prevista para o exercício de 85 profissionais capacitados. As despesas correntes ocorreram visando acompanhamento das ações de dois cursos:

O curso de Especialização em “Questão Agrária, Agroecologia e Agroindustrialização” constitui-se em uma das propostas aprovadas na Chamada Pública CNPq/MDA-Incra nº. 26/2012 entre a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, através do Instituto de Ciências Agrárias – ICA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Das 35 vagas oferecidas no Edital do Processo seletivo nº01/2013 da Universidade Federal de Minas Gerais Campus Regional de Montes Claros, 34 educandos efetivaram a matrícula e 31 concluíram a primeira etapa do curso. O Tempo - Comunidade foi realizado nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013.

O Curso de Especialização em Estudos Latino-Americano constitui-se em uma das propostas aprovadas na Chamada Pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012 entre a Universidade Federal de Juiz de Fora -UFJF, através da Escola Nacional Florestan Fernandes -ENFF, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Informamos que a SR-06 tomou conhecimento do curso quando do encaminhamento do Memo Circular DD Nº94/2013 em 18/04/2013. Desta forma, não acompanhamos as duas primeiras etapas do curso (1º Tempo-escola e o 1º Tempo Comunidade). A Divisão de Desenvolvimento do Incra de

Minas Gerais disponibilizou a servidora do PRONERA para realizar o acompanhamento e fiscalização a partir da 3ª etapa do curso (2º Tempo -Escola).

Ação 211A PO 09 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.

A presente ação tem por finalidade prover os projetos de assentamento de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentado. Além de identificar o perímetro e/ou parcelas (lotes) existentes, os trabalhos de demarcação topográfica são realizados no intuito de adequar os projetos de assentamento à legislação vigente, especialmente à Lei nº. 10.267/2001.

Dentro do contexto desta Superintendência, os serviços de demarcação topográfica e georreferenciamento exercem, reconhecidamente, muita importância no ordenamento fundiário dos projetos de assentamento, visto ser necessário para aplicação de outras ações como: os créditos instalação, expedição de contratos de concessão de uso e titulação definitiva das parcelas, além de subsidiar a regularização ambiental dos projetos de assentamento e, as vezes, solucionar pequenos conflitos envolvendo assentados.

Em relação aos indicadores ou parâmetros utilizados para mensurar os resultados ou produto obtido pelo desenvolvimento da ação, destaca-se o número de famílias ou unidades familiares atendidas com serviços de demarcação.

Vale lembrar que a maior parte trabalhos da ação são desenvolvidos por empresas terceirizadas contratadas por meio de licitação, restando para esta superintendência o acompanhamento e fiscalização das obras realizadas.

Para o desempenho das atividades de fiscalização e acompanhamento, a Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos conta com a colaboração direta da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, visto que não dispõe de técnicos com habilitação adequada para tal tarefa.

Como se constou em relatórios de gestão anteriores, igualmente às obras de infraestrutura, é fato que os serviços dessa ação sempre ultrapassam o exercício em curso. Exemplos claros são os contratos de 2011 cujas execuções se iniciaram no exercício de 2012. As causas se devem ao fato da contratação ocorrer sempre ao final do ano corrente, e o início da execução somente se dá no ano seguinte.

Assim, ainda do orçamento de 2011, a execução de alguns contratos se estenderam até 2013 devido a complexidade dos trabalhos que condicionaram aditivos de prazo por problemas na execução, principalmente relacionados à aprovação da localização da reserva legal do assentamento pelo órgão ambiental competente.

Diante das informações do acompanhamento dos contratos de georreferenciamento e demarcação topográfica de projetos de assentamento, segue quadro que demonstra as obras recebidas em 2013 e total de famílias atendidas com a ação.

Projeto de Assentamento	Município	Nº. Famílias beneficiadas	Nº. de parcelas Demarcadas	Nº./Ano do Contrato	Mês/Ano de Receb.
Orion	Capitão Enéas	25	33	15.000/11	6/2013
Oziel Alves Pereira	Governador Valadares	77	81	14.000/11	12/2013
Santa Rosa Córrego das Posses – Gleba Santa Rosa	Itaipé	28	34	13.000/11	11/2013
Santa Rosa Córrego das Posses –	Itaipé	6	8	13.000/11	11/2013

Gleba Córrego das Posses					
Santa Maria Monaliza	Jampruca	20	22	14.000/11	11/2013
Santa Martha	Jampruca	32	36	13.000/11	7/2013
São Francisco II	Januária	60	77	14.000/11	12/2013
Campo Novo	Jequitinhonha	57	69	17.000/11	4/2013
Guanabara	Joaíma	25	30	17.000/11	4/2013
Jardineira	Joaíma	33	78	13.000/11	11/2013
Surpresa	Medina	35	44	13.000/11	11/2013
Ho Chi Mim	Nova União	37	49	16.000/11	4/2013
Santa Cruz	Rio do Prado	40	55	13.000/11	11/2013
Porto Feliz	Santa Vitória	17	19	15.000/11	5/2013
Tanque Rompe Dias	Várzea da Palma	94	100	11.000/11	7/2013
		586	735		

Os serviços dos contratos citados acima foram concluídos satisfatoriamente no exercício de 2013, segundo os termos de recebimento das obras expedidos pelas nomeadas comissões técnicas de fiscalização e recebimento.

Para a execução da ação no ano de 2013, esta Superintendência procedeu adesões a atas do registro de preço de pregões eletrônicos da Superintendência Regional do Incra da Bahia e de Goiás visando a contratação de serviços topográficos, tais como medição, demarcação e confecção de planta e memorial descritivo georreferenciados de perímetro e parcelas em projetos de assentamento em Minas Gerais. Não diferente dos anos anteriores, as adesões às atas de registros de preços só foram efetivadas no final do ano calendário de 2013, o que condiciona a execução dos serviços contratados no ano seguinte.

O contrato nº. 15.000/2013, originado da adesão à ata do registro de preço nº. 6/2013 do Pregão Eletrônico nº. 12/2012 da Superintendência Regional do Incra na Bahia, atenderá cerca de 830 famílias assentadas em 15 Projetos de Assentamento, conforme demonstrado a seguir.

Projetos de Assentamento	Município	Área (ha)	Imóveis	Nº de Famílias beneficiadas	Valores (R\$)
Dois de Julho	Betim/Esmeraldas	670,27	82	63	42.474,36
Dom Mauro	Nova Porteirinha	1.809,18	51	45	26.416,98
Ira Aguiar/Padre Josimo	Santa Maria do Suaçuí	2.674,53	83	71	42.992,34
Dom José Mauro	Uberlândia	4.522,64	266	205	137.782,68
Primeiro de Maio	Buritzeiro	5.243,99	69	68	35.740,62
Guariba	Perdizes	1.338,40	44	42	22.791,12
Queima fogo	Pompéu	1.179,90	44	35	22.791,12
Morro Grande	Ibiá	1.006,39	39	39	20.201,22
Dois de Novembro	Patos de Minas	1.022,67	69	55	35.740,62
Ezequias dos Reis	Araguari	2.199,50	65	58	33.668,70
São Pedro	Patrocínio	890,15	52	41	26.934,96
Veredas	Padre Paraíso	1.199,50	32	28	16.575,36
Eldorado dos Carajás	Uberlândia	596,90	30	24	15.539,40
União II	Januária	334,40	29	26	15.021,42
Irmã Doroty II	Coração de Jesus	1.748,47	36	30	18.647,28
Totais		26.436,87	991 parcelas	830 famílias	R\$ 513.318,18

* Valor de referência da Ata do Registro de Preço nº 06/2013, do Pregão Eletrônico nº 012/2012 da Superintendência Regional do Incra na Bahia.

Assim, o quantitativo contratado de parcelas a serem demarcadas foi de 991, no valor de R\$ 513.318,18 (quinhentos e treze mil, trezentos e dezoito reais e dezoito centavos), que foram integralmente empenhados (Nota de Empeno 2013NE801696), conforme contrato CRT/SR(06)MG/Nº. 15.000/2013 (Processo/Incra/SR(06)MG/Nº 54170.003521/2013-19). Para evitar dúvidas, é importante salientar que o número de parcelas demarcadas é maior que o número

de famílias beneficiadas pelo fato da necessidade de materialização da reserva legal, como também das porções de áreas comunitárias dos assentamentos beneficiados.

Em que pese esta ação ter sido proposta pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos dentro do Plano Orçamentário/PO 09 – Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento –, como não havia saldo para o empenho no referido plano, o mesmo foi realizado com recursos orçamentários do Programa 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária –, Ação 210U – Organização da estrutura fundiária –, Plano Orçamentário/PO 0A – Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.

Assim, como pode ser percebido no quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária, do montante da provisão recebida pela Ação 210U, Plano Orçamentário/PO 0A - Regularização Fundiária - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, de R\$ 541.381,78, o montante de R\$ 513.318,18 foi empenhado para a formalização do contrato CRT/SR(06)MG/Nº 15.000/2013, conforme (Nota de Empeno 2013NE801696 – Processo Administrativo/Incra/Nº 54170.003521/2013-19).

Da mesma forma, em relação ao plano orçamentário em comento, percebe-se no referido quadro 2, que a diferença entre os valores da provisão recebida e empenhada em 2013 (R\$ 540.231,55) e aquela que foi efetivamente paga para a ação (R\$ 26.913,37), corresponde exatamente ao valor de R\$ 513.318,18, que foram empenhados para a formalização do contrato.

Com o mesmo objetivo de atendimento do Projeto de Assentamento Betinho, com área de 24.914,4 ha no Município de Bocaiúva, com serviços de georreferenciamento e demarcação topográfica de 797 parcelas que compõem o imóvel, também foi possível a adesão à ata do registro de preço pregão eletrônico nº. 8/2013 da Superintendência Regional do Incra em Goiás. Como dito, o objeto da presente adesão foi de 797 parcelas, num valor de R\$ 358.650,00 (trezentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais).

Também, pela falta de disponibilidade orçamentária em 2013 no Plano Orçamentário/PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, somente foi possível realizar o empenho de R\$ 161.308,24 (Nota de empenho 2103NC010383 / Processo/Incra/SR(06)MG/Nº 54170.007294/2013-09), parte do recurso necessário à formalização do contrato. Por este motivo, ficou a efetivação do contrato para o exercício de 2014, já que a Ata de Registro de Preço em questão tem validade até meados de 2014.

Do orçamento de 2013 para execução da ação, a Superintendência Regional garantiu recursos no valor de R\$ 219.827,90 para demarcação topográfica e georreferenciamento de Projetos de Assentamento. Do orçamento recebido, foram empenhados R\$ 161.308,24 (Nota de empenho 2103NC010383) referente à adesão a Ata de registro de Preço de Goiás. O Restante, ou seja, R\$ 57.794,62, foram utilizado basicamente para custear as despesas dos trabalhos de fiscalização, acompanhamento e recebimento final dos serviços de demarcação topográfica contratados nos exercícios em 2011, ou para execução direta em atividades de elaboração ou ajustes de anteprojetos de parcelamento em assentamentos criados em anos anteriores.

Nestes termos, embora a meta física de 1.900 famílias não tenha sido realizada no exercício, com as ações executadas em 2013, foi possível atender a 586 famílias cuja execução física originou em exercício pretérito, o que possibilitou o pagamento de R\$ 392.479,36 de despesas empenhadas em 2011 que encontravam-se inscritas em Restos a Pagar.

No exercício de 2013 não foi possível receber todas as obras dos exercícios anteriores, tendo em a falta de aprovação da localização da reserva legal de alguns assentamentos pelo órgão ambiental competente. Isso provocou o registro do cancelamento de alguns serviços de demarcação em alguns projetos de assentamento contratados. Isto justifica o cancelamento de empenhos que originou o montante de R\$ 57.710,73, conforme demonstrado no quadro 8.

Para o exercício de 2014 está prevista a conclusão dos serviços contratados em 2011 e ainda não concluídos, o que esclarece a permanência do valor de R\$ 40.105,27 ainda inscritos em restos a pagar.

Como já comentado, as atividades de fiscalização, acompanhamento e recebimento final dos serviços são realizadas pelo Serviço de Cartografia da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Já as atividades de identificação da demanda, elaboração do projeto básico e acompanhamento dos contratos são realizados pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos. Importante salientar também que o número de famílias nem sempre coincide com o número de parcelas já que, no número de parcelas, estão incluídas, além das parcelas propriamente ditas, as áreas de preservação permanente, de reserva legal, as comunitárias e outras que, também, são demarcadas conforme o definido no anteprojeto de parcelamento.

Para o recebimento e pagamento dos serviços contratados, há a necessidade de acompanhamento e fiscalização por parte dos técnicos da área de topografia e cartografia desta Superintendência. Como em exercícios anteriores, exatamente a falta destes recursos humanos pode ser novamente destacado como um problema crônico vivenciado tanto na execução desta ação como em outras.

Essa situação de deficiência de pessoal gera uma baixa eficiência na execução da ação, no que tange ao acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços, e compromete todo o processo de desenvolvimento dos Assentamentos, haja vista que a efetivação do parcelamento das áreas é um dos condicionantes imprescindíveis para o desencadeamento de várias outras ações.

Ação 211A PO 03 – Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.

Dentro da proposta da Ação Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos rurais, a Ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol – é tida com uma das mais importantes, pois é capaz de viabilizar o incremento de renda dos Projetos de Assentamento com estímulo à produção. Esses incentivos perpassam a implantação ou recuperação de desprendimentos produtivos e de projetos valorização da capacidade dos assentados na gestão de negócios, realização de capacitação de estudos mercadológicos e parcerias visando viabilizar e estruturar os sistemas de produção nos Projetos de Assentamentos. A finalidade principal de ação é de viabilizar o incremento de renda das famílias assentadas, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Em relação aos indicadores ou parâmetros utilizados para mensurar os resultados ou produto obtido pelo desenvolvimento da ação, destaca-se o número de famílias ou unidades familiares atendidas com os investimentos.

Para o desempenho das atividades, a Divisão de Desenvolvimento conta com equipe de servidores que também atuam no Serviço de ATES no acompanhamento, fiscalização dos serviços assistência técnica social e ambiental as famílias no âmbito da Superintendência.

Nos termos dos normativos que regem o assunto e do Manual de ATEs, a aprovação dos projetos apresentados é condicionada à quantificação e apresentação das produções atual e projetada do grupo de assentados a serem beneficiados no(s) Assentamento(s), de modo a justificar o investimento a ser realizado pela Autarquia. Exige-se, também, a comprovação de que o local a receber o investimento da Ação Terra Sol tenha as condições mínimas exigidas para o desenvolvimento da atividade a que se propõe.

Igualmente a outras ações, dada à relevância e a crescente demanda, devido ao montante de trabalho, capacidade operacional e outros entraves que ocorrem em planejamentos dessa natureza, a Ação Terra Sol conta com várias atividades iniciadas em gestões anteriores.

Em 2011, foi celebrado convênio SICONV nº 016289/2011, entre a Superintendência Regional e a Prefeitura Municipal de João Pinheiro, objetivando a construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes, obra complementar à estrutura de um Laticínio localizado no Projeto de Assentamento Fruta D'anta (Processo Administrativo/Incrá/SR(06)MG/Nº 544170.004994/2010-91). A proposta visava beneficiar mais de 200 famílias assentadas, a um custo de R\$ 258.980,26, cabendo ao Incra a importância de 250.000,00. A conclusão das obras estava prevista para 2011, contudo, em 2013 foi instaurada Tomada de Conta Especial devido a não conclusão do objeto da parceria pela Prefeitura de João Pinheiro e, dessa forma, deixou de ser computada como obra recebida no exercício.

Também, como posto no Relatório de Gestão do exercício de 2012, naquele ano foram celebrados 2 (dois) convênios para execução da ação Terra Sol, assim como o acompanhamento, fiscalização e recebimento de produtos contratados em exercícios anteriores.

A primeira parceria foi celebrada em julho/2012, cuja conveniente foi a Prefeitura de Joaquim Felício/MG, objetivou a construção de um centro de comercialização e casa de mel no Projeto de Assentamento Final Feliz. O valor total da parceria foi de R\$ 347.217,14, sendo do Incra/MG o montante de R\$ 339.776,00.

O segundo convênio foi celebrado em dezembro de 2012 sendo a conveniente o Governo do Estado de Minas Gerais, através de sua Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, objetivando o desenvolvimento das cadeias produtivas da cana-de-açúcar e leite nos assentamentos do Estado de Minas Gerais, com valor total de R\$ 1.000.000,00, sendo do Incra/MG o montante de R\$ 900.000,00.

Da mesma forma, outro processo foi iniciado em 2012, e teve por objetivo a aquisição de equipamentos para unidade de processamento de Coco Babaçu, conforme processo nº 54170004031/2011-78. O custo da proposta foi de R\$ 71.300,00, que foram empenhados no exercício de 2012.

Para melhor ilustrar, segue quadro demonstrativo dos processos e propostas da ação Terra Sol:

Nº Processo	Projetos de Assentamento	Projeto Proposto (meta física)	Nº Famílias beneficiadas	PropONENTE	Recurso Empenhado R\$/data	Financeiro Repassado R\$/data	Execução Física (%)	Vigência
54170.0038 12/2009-21	PA Final Feliz	Construção de Centro Comercial e de Casa de Mel	103	Prefeitura de Joaquim Felício	339.776,00 (22/06/12)	339.776,00 (04/07/12)	95%	01/07/2013

5417000691 2/2012-12	Projetos diversos*	Apoio ao Cooperativismo e Gestão de Agroindústrias nas Cadeias Produtivas de Cana de Açúcar e do Leite e Derivados	1.192	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais	403.510,00 (custeio) (07/12/12)	403.510,00 (19/02/13)	0%	19/07/2014
					496.490,00 (investimento) (07/12/12)	496.490,00 (20/08/13)	0%	
5417000403 1/2011-78	PA Vereda Grande	Aquisição de Equipamentos para Unidade de Processamento de Coco Babaçu	76	SR06/M G	71.300,00 (26/09/12)	71.300,00 (28/01/13)	100%	-

* Ho Chi Minh, Dois de Julho, Margarida Alves, Comunidade Resistência, Primeiro do Sul, Santos Dias, Nova Conquista, Olhos D'água, Florestan Fernandes, Emiliano Zapata, Canudos, Eldorado dos Carajás, Dandara, Francisca Veras, Flavia Nunes Zumbi dos Palmares, Paulo Freire, Frei Tito, Ulisses de Oliveira, Manuel Ferreira Alves, Roseli Nunes II, Dorcelina Folador, Gilberto de Assis, Oziel Alves Pereira, Barro Azul, 1º De Junho, Terra Prometida, Ira Aguiar, Liberdade, Olga Benário, Darcy Ribeiro, Estrela do Norte e São Francisco II.

Percebe-se no quadro acima que os montantes pagos em 2013, referentes aos repasses financeiros destinados à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (R\$ 900.000,00) e utilizado no processo de aquisição de equipamentos para Unidade de Processamento de Coco Babaçu, no PA Vereda Grande, somam R\$ 971.300,00, exatamente o volume financeiro inscritos em restos a pagar em 2013 e que também foram pagos e liquidados no mesmo ano, conforme quadro 9.

Em que pese a execução física dos restos a pagar (RAP), mostrada no Quadro 9, ser 0 (zero), conforme informações dos processos listados no quadro anterior, em 2013 foi possível concluir definitivamente somente o processo de aquisição de equipamentos para a unidade de Processamento de Coco Babaçu, que beneficiou 76 famílias assentadas no PA Vereda Grande.

Em relação ao Processo nº 54170.003812/2009-21, iniciado em 2012 com o objetivo de construção de Centro Comercial e de Casa de Mel no PA final Feliz, objeto de parceria com a Prefeitura de Joaquim Felício, em que pese à obra não ter sido recebida definitivamente, 95% das obras já foram concluídas, restando tão somente pequenos ajustes e/ou reparos que a Prefeitura está promovendo a fim de concluir o objeto do Convênio. As obras objeto da parceria, quando recebidas definitivamente, beneficiarão 103 famílias assentadas no referido Assentamento.

Dentro da perspectiva de execução para a referida ação colocada pela programação operacional de 2013, a Superintendência Regional tinha como meta física beneficiar 200 famílias, sendo a provisão recebida para tal execução o montante orçamentário de R\$ 255.637,17. Do montante da provisão recebida, 99,8 %, ou seja, R\$ 255.176,07, foi devidamente empenhado e liquidado, conforme dados do Quadro 8. Em relação ao financeiro efetivamente pago no exercício, tem-se o montante de R\$ 5.254,90, utilizados basicamente para o custeio de deslocamentos para recebimento de matérias adquiridos em licitação, como também em visitas em projetos de assentamento para averiguação da produção atual e projetada da matéria prima necessária para o desenvolvimento e sustentabilidade da proposta, como também verificação das condições mínimas exigidas para o desenvolvimento das atividades propostas.

Conforme demonstrado no quadro a seguir, em 2013 foram iniciados 2 (dois) processos, objetivando a aquisição de equipamentos para Agroindústria de derivados de cana-de-açúcar (Projetos de Assentamentos Darcy Ribeiro, São Francisco II e Irmã Dorothy II), e para

produção, beneficiamento e envase de mel de abelha, no Assentamento Final Feliz. Esta última, para complementação de investimentos anteriores que objetivaram a edificação da casa de mel no Assentamento em comento.

O Quadro a seguir também demonstra que para as atividades iniciadas em 2013, a soma orçamentária empenhada chegou ao montante de R\$ 249.421,17. Da mesma forma, em que pese à meta firmada para o exercício de beneficiar 200 famílias com a ação, não ter sido atingida, é evidente que as ações iniciadas vão beneficiar 211 famílias assentadas quando do recebimento final dos equipamentos, o que corresponde a mais de 105% da meta programada.

Nº Processo	Projetos de Assentamento	Projeto Proposto (meta física)	Nº Famílias beneficiadas	Propo-nente	Recurso Empenhado R\$/data	Financeiro Repassado R\$/data	Execução Física (%)
54170.003813/2012-71	PA Darcy Ribeiro PA São Francisco II PA Irmã Dorothy II	Aquisição de Equipamentos P/ Agroindústria de Derivados de Cana	108	Associações dos PAs	132.016,94 (18/09/13)	-	77,38%
54170.003398/2013-36	PA Final Feliz	Aquisição de Materiais e Equipamentos P/ Produção, Beneficiamento e Envase do Mel	103	Associação Comunitária dos Moradores do Catone Novo	117.404,23 (12/11/13)	-	-

Outras atividades também foram iniciadas no exercício, em que pese não ter sido possível realizar mobilização orçamentária de 2013. Assim, na mesma ótica de se planejar as atividades para o exercício seguinte, não se deve deixar de mencionar essas propostas as quais foram elaborados e/ou avaliados positivamente os projeto de engenharia ou realizado levantamento da documentação necessária a sua contratação, com base nos critérios prioritários estabelecidos e disponibilidade orçamentária para execução da ação planejada.

Nessa ótica, dois processos foram devidamente instruídos visando à realização de obras de reforma e ampliação da Agroindústria de café no Projeto de Assentamento Primeiro do Sul localizado em Campo do Meio/MG, como também para aquisição de equipamentos para funcionamento da Agroindústria. A ação tem o objetivo de beneficiar 38 famílias assentadas.

Nº Processo	Projetos de Assentamento	Projeto Proposto (meta física)	Nº Famílias beneficiadas	Proponente	Valor Proposto
54170.002833/2012-68	PA Primeiro do Sul	Reforma e Ampliação da Agroindústria de Café	38	Associação dos Assentados do Projeto de Assentamento 1º do Sul	R\$ 54.512,37
54170.005615/2013-22	PA Primeiro do Sul	Aquisição de Equipamentos p/ Agroindústria de Café			R\$ 61.773,71

Em que pese todo esforço das equipes da Superintendência nas formalidades processuais para definir vencedores do certame licitatório e realizar o empenho orçamentário ainda em 2013, não foi possível pelo motivo do certame licitatório para contratação das obras de reforma da Agroindústria ter dado deserto, dessa forma, motivando o não prosseguimento do certame do processo licitatório para compra dos equipamentos. Contudo, certamente se realizará no exercício de 2014.

Ação 210S PO 02.03.04 - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária BSM/Geral/Territórios.

Considerada uma das principais ações da Superintendência Regional, a Ates tem finalidade de prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, de forma integral e continuada, com o objetivo principal de tornar as unidades de produção estruturadas ao ponto de ser competitiva no processo de produção, bem como de inseri-las na dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Igualmente, é responsável de elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA – ou Plano de Recuperação do Assentamento – PRA –, bem como de capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

No início do exercício de 2013, esta Superintendência possuía nove contratos de prestação de assistência técnica vigentes. Um desses contratos (CRT/SR(06)MG/Nº. 3.000/2008) foi celebrado em 2008, com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater –, com o objetivo de prestar serviços de assessoria técnica, social e ambiental a 6.325 famílias assentadas em 107 projetos de assentamento do Estado, incluindo aí a elaboração de vários Planos de Exploração Anual – PEA – e PDA. Especificamente a atividade de elaboração de PDA, a qual foi acompanhada em 2013, visava beneficiar mais de 700 famílias assentadas em 16 projetos de assentamento.

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.002558/2008-62	Águas da Prata	Tumiritinga	30	30/06/2013	3.678.708,75
	Alvorada	Pintópolis	38		
	Bela Cruz/Palmeira	Campina Verde	16		
	Cachoeirinha II	Campina Verde	10		
	Cristo Rei	Senador Modestino	34		
	Esperança/Santa Rosa	Almenara	20		
	Inhumas	Campina Verde	40		
	Lagoa Dourada	Pedra Azul	26		
	Mãe D'Água	Várzea da Palma	80		
	Mário Pereira	Brasilândia de Minas	49		
	Nova Aliança	Patrocínio	49		
	Nova Capão Alto	Campina Verde	42		
	Novo Horizonte	Jaíba	54		
	Padre Josino	S. Maria do Suaçuí	51		
	Tanque Rompe Dia	Várzea da Palma	157		
	Terra Nossa	Varjão de Minas	45		
Total			741		

No exercício de 2013, a Emater realizou a entrega de praticamente todos planos contratados, com exceção dos Projetos de Assentamento Cristo Rei e Padre Josino, localizados nos Municípios de Senador Modestino e Santa Maria do Suaçuí, devido a entraves relacionadas a questões ambientais e de definição dos limites da área de um dos assentamentos, que por sua vez não se encontrava georreferenciado/demarcado. Dessa forma, em que pese foram beneficiadas no contrato 593 famílias.

A seguir é demonstrada a situação dos PDA contratados:

Projeto de Assentamento	Município	Famílias	Situação do PDA
Alvorada	Pintópolis	38	Aprovado (18/03/2011 - Ata do CDR nº.07/2011)
Esperança/Santa Rosa	Almenara	16	Aprovado (27/3/2012 - Ata do CDR nº. 3/2012)

Mário Pereira	Brasilândia de Minas	49	Aprovado (19/01/2011 - Ata do CDR nº.01/2011)
Terra Nossa	Varjão de Minas	43	Aprovado (25/9/2012 - Ata do CDR nº. 8/2012)
Águas da Prata I e II	Tumiritinga	30	Aguardando Análise
Bela Cruz/Palmeiras I e II	Campina Verde	16	Aguardando Análise
Cachoeirinha II	Campina Verde	11	Aguardando Análise
Inhúmas	Campina Verde	40	Aguardando Análise
Lagoa Dourada	Pedra Azul	26	Aguardando Análise
Mãe D'água	Várzea da Palma	85	Aguardando Análise
Nova Capão Alto	Campina Verde	42	Aguardando Análise
Novo Horizonte	Jaíba	54	Aguardando Análise
Tanque/Rompe Dia	Várzea da Palma	94	Aguardando Análise
Nova Aliança	Patrocínio	49	Aguardando Análise
Cristo Rei	Senador Modestino	34	Suspensão
Padre Josimo	Santa Maria do Suaçuí	51	Suspensão

Dos outros contratos, um foi iniciado ainda em 2010 (Contrato CRT/MG/Nº. 28.000/2010), com a Empresa Flávio Augusto Amaral Alves (Agrolago Representações), mas foi repactuado em no final de 2012, com o objetivo de prestar serviços de assessoria técnica, social e ambiental a 645 famílias assentadas em 11 projetos de assentamento do Estado, incluindo a elaboração de PDA. O contrato atendeu 545 famílias em 2013, conforme detalhamento a seguir:

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.002144/2010-53	Canudos	Uberlândia	24	24	1º/2/2014	796.231,73
	Emiliano Zapata	Uberlândia	25	25		
	Flávia Nunes	Uberlândia	17	17		
	Florestan Fernandes	Uberlândia	22	22		
	José dos Anjos	Uberlândia	21	21		
	Nova Tangará	Uberlândia	42	42		
	Rio das Pedras	Uberlândia	87	87		
	Dom José Mauro	Uberlândia	200	200		
	São Domingos	Tupaciguara	100	0		
	Palma da Babilônia	Uberlândia	13	13		
	Branca Moura	C. Gomes	94	94		

Ainda em 2011, outro contrato de Ates foi formalizado entre esta Superintendência e a Emater (Contrato CRT/MG/Nº. 18.000/2011), com o objetivo de beneficiar 4.077 famílias em 64 assentamentos em diversos municípios mineiros. A seguir é mostrado o detalhamento do contrato.

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.00532 9/2012-86	Dois de Julho	Betim	50	50	6/7/2013	4.410.956,05
	Dom Orione	Betim	39	39		
	Serra Negra	Betim	26	26		
	Pastorinhas	Brumadinho	20	20		
	Paulista	Pompéu	32	32		
	Queima Fogo	Pompéu	44	44		
	Roseli Nunes	Pequi	24	24		
	Ho Chi Minh	Nova União	42	42		
	Olga Benário	Visconde Rio Branco	30	30		
	Dois de Junho	Olhos D'água	101	101		
	Betinho	Bocaiúva	736	736		

	Final Feliz	Joaquim Felício	110	110		
	Santa Engrácia	Bocaiúva	71	71		
	1º de Maio	Buritizeiro	70	70		
	Santa Helena	Buritizeiro	65	65		
	São Francisco	Buritizeiro	29	29		
	S. Francisco/CEPAV	Buritizeiro	40	40		
	São Pedro das Gaitas	Buritizeiro	31	31		
	Picos Januária	Januária	65	65		
	União II	Januária	26	26		
	Carlito Maia	Japonvar	48	48		
	Rio dos Bois	Chapada Gaúcha	75	75		
	Betânia	Varzelândia	87	87		
	Conquista da Unidade	Varzelândia	40	40		
	Macaúbas	Varzelândia	41	41		
	Campo Belo	Campina Verde	170	170		
	Nova Capão Alto	Campina Verde	47	47		
	Perobas Sanharão	Campina Verde	158	158		
	São José da Boa Vista	Campina Verde	40	40		
	Cachoeirinha II	Campina Verde	11	11		
	Córrego Fundo	Campina Verde	60	60		
	Bela Cruz/Palmeiras	Campina Verde	20	20		
	Inhúmas	Campina Verde	33	33		
	Reserva	Limeira do Oeste	200	200		
	Queixada	São Francisco de Sales	13	13		
	Primavera	Campina Verde	36	36		
	Vargem do Touro	Gurinhatã	21	21		
	Divino Rosa	Gurinhatã	69	69		
	Nova Piedade Barreiro	Gurinhatã	67	67		
	Divisa	Ituiutaba	27	27		
	Douradinho	Ituiutaba	17	17		
	Chico Mendes	Ituiutaba	49	49		
	Engenho da Serra	Ituiutaba	60	60		
	Nova Pântano Mariano	Ituiutaba	17	17		
	José dos Anjos	Uberlândia	24	24		
	Nova Tangará	Uberlândia	208	208		
	Valci dos Santos	Uberlândia	42	42		
	Eldorado dos Carajás	Uberlândia	30	30		
	Zumbi dos Palmares	Uberlândia	22	22		
	Nova Palma	Uberlândia	15	15		
	Paciência	Uberlândia	26	26		
	Bom Jardim	Araguari	44	44		
	Ezequias dos Reis	Araguari	58	58		
	M.gá/Monte Castelo	Uberaba	62	62		
	Tereza do Cedro	Uberaba	30	30		
	Dandara	Uberaba	16	16		
	Itambé	Nova Ponte	11	11		
	Dois de Novembro	Patos de Minas	70	70		
	Cachoeira Dourada	Coromandel	12	12		
	Recanto dos Pássaros	Coromandel	60	60		
	São Pedro	Patrocínio	41	41		
	Nova Aliança	Patrocínio	49	49		
	Santa Maria	Presidente Olegário	41	41		
	Santo Antônio	Presidente Olegário	159	159		

O Contrato CRT/MG/Nº. 19.000/2011, também formalizado em 2011 com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM –, com o objetivo de beneficiar 233 famílias em 6 assentamentos. A seguir é mostrado o detalhamento do contrato:

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.005333/2012-44	Americana	Grão Mogol	76	76	6/7/2013	329.610,93
	Califórnia	Pai Pedro	30	30		
	João Paulo II	Porteirinha	20	20		
	União	Porteirinha	49	49		
	Tapera	R.dos Machados	42	42		
	Vale do Guará	V.G.do Rio Pardo	16	16		

Também de 2011, o contrato CRT/MG/Nº 20.000/2011 foi formalizado com a Empresa Flávio Augusto Amaral Alves – Agrolago Representações –, com o objetivo de beneficiar 327 famílias em 3 assentamentos. A seguir é mostrado o detalhamento do contrato.

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.005332/2012-08	Paulo Faria	Prata	220	220	6/6/2013	269.887,77
	Sidamar	Prata	30	30		
	N. Cachoeirinha	Prata	77	77		

Em relação aos demais contratos, ou seja, 4 (quatro) outros, foram todos firmados com o orçamento de 2012, sendo que 1 (um) deles com a Cooperativa Multidisciplinar de Assistência Técnica e Prestação de Serviços Ltda (Contrato CRT/MG/Nº. 8.000/2012 - Processo administrativo/Incra/SR(06)MG/Nº. 54170.005331/2012-55), para beneficiar 1.183 famílias assentadas em 25 (vinte e cinco) projetos de assentamento. O contrato teve prorrogação de prazo devido à implementação de atividades visando beneficiar famílias assentadas, no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, nos termos das Resoluções Nº. 1 e 2, de 20 de agosto de 2013 (Pg. 46. Seção 1. DOU de 21/08/2013). A seguir é mostrado o detalhamento do contrato.

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.005331/2012-55	Agronorte	Gemeleiras	250	250	26/8/2014	1.700.190,45
	Arapuá	Verdelândia	15	15		
	Arapuim	Verdelândia	22	22		
	Boa Esperança	Verdelândia	30	30		
	Bom Sucesso	Verdelândia	24	24		
	Darcy Ribeiro	C. Enéas	25	25		
	Dividida/Tabuleirinho	Juvenília	42	42		
	Dos Milagres	Itacarambi	80	80		
	Estrela do Norte	M. Claros	31	31		
	Grota do Escuro	Juvenília	80	80		
	Grota do Espinho	Montalvânia	44	44		
	Ipê	M. Cardoso	30	30		
	Irmã Doroty II	C. de Jesus	30	30		
	L. Boca da Caatinga	M. Cardoso	80	80		
	Modelo	Verdelândia	20	20		
	Mucambo Firme	M. Claros	20	20		
	Nova União	Montalvânia	45	45		
	Novo Horizonte	Jaíba	30	30		
	Orion	C. Enéas	25	25		
	Paraíso Salobro	Montalvânia	20	20		
	Poço da Vovó	Jaíba	45	45		
	Posto Agropecuário	S. J.da Lagoa	15	15		

	São Francisco II	S. Francisco	60	60		
	Sol Nascente	C. Enéas	35	35		
	Vaca Preta	Montalvânia	85	85		

Mesmo com o termo aditivo, não foi necessário à implementação de recursos para a prorrogação do contrato pelo fato das atividades orçadas anteriormente serem suficientes para cobrir os custos necessários das atividades descritas na Resolução Nº. 2, de 20 de agosto de 2013, quando da substituição.

Outro contrato de 2012 acompanhado em 2013 foi o CRT/MG/Nº. 9.000/2012, formalizado com a GEOLINE Engenharia Ltda. (Processo Administrativo/Incra/SR(06)MG/Nº. 54170.005330/2012-19), que beneficiou 586 famílias assentadas em 18 (dezoito) projetos de assentamento. A seguir é mostrado o detalhamento do contrato.

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.005330/2012-19	Aruega	Novo Cruzeiro	24	24	14/1/2014	961.852,89
	Bela Vista	Itaobim	39	27		
	Brejão	Jequitinhonha	31	30		
	Campo Novo	Jequitinhonha	56	53		
	E./Santa Rosa	Almenara	19	16		
	Franco Duarte	Jequitinhonha	93	73		
	Futura	Carai	28	27		
	Guanabara	Joaíma	25	23		
	Jardineira	Joaíma	33	30		
	Jerusalém	Rubim	40	37		
	Lagoa Dourada	Pedra Azul	26	24		
	Nova Serrana	Pedra Azul	27	25		
	Santa Cruz	Rio do Prado	40	35		
	S.R./C.das Posses	Itaipé	34	31		
	Surpresa	Medina	35	35		
	Transval	Jequitinhonha	40	40		
	Vargem Formosa	J.de Minas	31	30		
	Veredas	Padre Paraíso	26	26		

O valor inicialmente pactuado no contrato foi de R\$ 961.852,89 (novecentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e nove centavos). Em que pese o contrato não ter sido renovado, famílias atendidas por ele, foram incluídas como beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, nos termos das Resoluções Nº. 1 e 2, de 20 de agosto de 2013 (Pg. 46. Seção 1. DOU de 21/8/2013). Por esse motivo, foi mobilizado o montante de R\$ 73.661,05 (Nota de Empenho 2013NE801736), para garantir a renovação contratual.

Também acompanhado em 2013, o contrato CRT/MG/Nº. 10.000/2012, formalizado com o Centro Agroecológico Tamanduá (Processo Administrativo/Incra/SR-06/MG/Nº. 54170.0005327/2012-97), beneficiou 263 famílias assentadas em 6 (seis) projetos de assentamento, conforme detalhamento a seguir. O contrato teve prorrogação de prazo, devido à implementação de atividades visando beneficiar famílias assentadas, no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, nos termos das Resoluções Nº. 1 e 2, de 20 de agosto de 2013 (Pg. 46. Seção 1. DOU de 21/8/2013). A seguir é mostrado o detalhamento do contrato.

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendidas	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.005327/2012-	Formosa Urupuca	S.J. da Safira	68	68	14/08/14	466.188,89

97	Ira Aguiar	S.M.do Suaçuí	48	48		
	Padre Josino	S.M.do Suaçuí	51	51		
	S.Mar./Monaliza	Jampruca	20	20		
	Santa Martha	Jampruca	32	32		
	Ulisses Oliveira	Jampruca	44	44		

O valor inicialmente pactuado no contrato foi de R\$ 404.803,18 (quatrocentos e quatro mil, oitocentos e três reais e dezoito centavos), conforme Nota de Empenho 2012NE801632. Assim, como o termo aditivo, foi necessário à implementação de recursos para a prorrogação do Contrato, pelo fato das atividades orçadas anteriormente para pagamento da meta, não ser suficiente para cobrir os custos necessários das novas atividades descritas na Resolução Nº. 2, de 20 de agosto de 2013, quando da substituição, considerando que o valor final do contrato passou a ser R\$ 466.188,89. Assim, foi mobilizado o montante de R\$ 61.375,71 (Nota de Empenho 2013NE801711), para garantir a renovação contratual.

O contrato CRT/MG/Nº. 11.000/2012, formalizado com a Emaeter, também foi acompanhado em 2013 e beneficiou 396 famílias assentadas em 4 (quatro) projetos de assentamentos, conforme detalhamento a seguir.

Nº Processo	PA	Município	Famílias atendi- das	Famílias afetivamente atendidas	Vigência	Valor (R\$)
54170.005328/2012-31	Dom Mauro	N. Porteirinha	46	46	27/01/14	466.188,89
	Jacaré Grande	Janaúba	200	200		
	Mãe D'água	V. da Palma	56	56		
	T./Rompe Dia	V. da Palma	94	94		

Conforme informações dos quadros anteriores, dos contratos acompanhados em 2013, 4 (quatro) tiveram os prazos encerrados no exercício, sendo eles: CRT/MG/Nº. 3.000/2008, CRT/MG/Nº. 18.000/2011, CRT/MG/Nº. 19.000/2011, CRT/MG/Nº. 20.000/2011, que beneficiaram um total de 5.230 famílias assentadas.

Em relação aos demais contratos, quais sejam, CRT/MG/Nº. 28.000/2010, CRT/MG/Nº. 8.000/2012, CRT/MG/Nº. 9.000/2012, CRT/MG/Nº. 10.000/2012 e CRT/MG/Nº. 11.000/2012, que estão assessorando um total de 2.973 famílias assentadas, como previsão de término no exercício de 2014.

Em função das especificidades dos serviços de Ates, além da existência de parcelas vagas e/ou com ocupações irregulares dentro dos assentamentos, como também dos resultados dos chamamentos públicos de 2013 que vários núcleos deram desertos, por falta de interesse das prestadoras credenciadas no Estado. entretanto, da meta estimada para 2013 de atender com Ates 3.134 famílias assentadas em Minas Gerais, conforme relação de beneficiários do Sipra, a meta total atingida foi de 8.203 famílias atendidas e contratos firmados em anos anteriores, o que representa cerca de 271,7% da meta planejada. Deixando de considerar o contrato CRT/MG/Nº. 3.000/2008, o número de famílias passa a ser de 7.610 famílias beneficiadas com Ates do Incra em Minas Gerais.

Em relação aos recursos orçamentários provisionados recebidos para o exercício de 2013, o montante foi de R\$ 9.553.614,77 para a execução desta ação. Deste valor, foram emitidos empenhos e liquidado o montante de R\$ 9.547.222,91, equivalente a 99,90% do valor provisionado. Por conseguinte, foram pagos o montante de R\$ 80.482,64 no exercício de 2013, resultando em uma execução orçamentário-financeira de 0,84%, ficando o restante dos recursos inscritos em restos a pagar para 2014. O volume pago em 2013, foi utilizado basicamente para acompanhamentos dos contratos vigentes e/ou para pagamento de serviços prestados no exercício, como por exemplo, das

atividades que beneficiaram famílias assentadas em Minas com Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, nos termos das Resoluções N°. 1 e 2, de 20 de agosto de 2013.

É importante salientar que os empenhos realizados em 2013, foram basicamente para garantir a contratação das entidades selecionadas e homologadas como vencedoras das chamadas públicas n°. 1 e 2, ambas de 2013, conforme demonstrado a seguir, visando garantir o serviço de Ates para 4.426 famílias assentadas.

Lote Chamada N°. 1/2013	Lote Chamada N°. 2/2013	NO	Empresa	Número de Famílias	Valor Na Chamada (R\$)	Nota de empenho
3		Lagoa Grande	Flávio Augusto Amaral Alves – AGROLAGO	302	611.498,94	2013NE801673
11		Ibiá	IBRAGEC	209	619.334,09	2013NE801674
14	10	Belo Horizonte	IPR	448	999.544,80	2013NE801725
16		Uberlândia	Flávio Augusto Amaral Alves – AGROLAGO	416	969.148,83	2013NE801673
18		Campo Florido	Flávio Augusto Amaral Alves – AGROLAGO	292	531.731,06	2013NE801673
22	16	Buritizero	COOMAP	295	595.265,40	2013NE801724
23		Pirapora	COOMAP	314	454.720,08	2013NE801675
24		Porteirinha	CAA/NM	232	507.273,56	2013NE801676
25		Manga	COOMAP	266	554.106,45	2013NE801675
26		Januária	IPR	360	662.730,57	2013NE801677
28		Bocaiúva II	COOMAP	279	433.822,53	2013NE801675
29	18	Urucuia	COOMAP	348	650.189,58	2013NE801723 2013NE801824
31		Governador Valadares I	CAT	295	545.783,70	2013NE801678
32		Governador Valadares II	CAT	370	791.750,74	2013NE801678
TOTAL				4.426	8.926.900,33	

Em relação ao restante dos recursos total empenhados em 2013 (R\$ 9.547.222,91), além daqueles mobilizados para os novos contratos objetos dos resultados das chamadas públicas/SR(06)MG/N°. 1 e 2/2013 (R\$ 8.926.900,33), o montante de R\$ 73.661,05 (Nota de Empenho 2013NE801736) foi mobilizado no Contrato CRT/MG/N° 9.000/2012, formalizado com a Geoline Engenharia LTDA. Da mesma forma, para garantir a renovação do Contrato CRT/MG/N°. 10.000/2012, formalizado com o Centro Agroecológico Tamanduá, também foi empenhado o valor de R\$ 61.375,71 (Nota de Empenho 2013NE801711). Como complemento dos recursos empenhados, percebeu-se que também foi realizado outro empenho de R\$ 404.803,18 em favor do Centro Agroecológico Tamanduá, que corresponde ao valor total do contrato antes do aditivo, nos termos da Nota de Empenho 2012NE801632. Percebe-se que o somatório dos valores citado acima (R\$ 8.926.900,33 + R\$ 73.661,05 + R\$ 61.375,71 + R\$ 404.803,18) com os valores pagos em 2013 (80.482,64), corresponde exatamente à despesa empenhada e liquidada no exercício.

No que tange ao volume de recursos orçamentários inscritos em restos a pagar, deve-se ao fato dos contratos terem sido celebrados em anos anteriores e ainda se encontrarem vigentes, como também dos empenhos realizados no final do exercício, quando foram emitidos. Vale salientar que foram realizados a emissão de notas de empenhos para proporcionar a renovação de alguns contratos antigos cuja vigência expirava no início do próximo exercício. Em relação aos restos a pagar pagos, foram realizados para aqueles contratos de anos anteriores que acabaram seus prazos no exercício de 2013, como também para aqueles que ainda continuam em vigência, como demonstrados nos quadros anteriores, o que também justifica a existência de R\$ 6.464.034,31 em restos a pagar ainda a pagar.

Os restos a pagar cancelados (R\$ 4.718.692,69), correspondem ao orçamento que foi solicitado no final de 2012, visando à repactuação ou renovação daqueles contratos cujo prazo iria terminar no início do exercício de 2013, contudo, não ocorreram algumas renovações devido às especificidades de algumas atividades ou metas que não se enquadravam como continuadas.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento.

Para as ações de supervisão ocupacional priorizou-se o atendimento das demandas do Ministério Público Federal com o planejamento de trabalhos de campo por concentração regional e, após, com a geração de relatórios especificando a situação ocupacional lote a lote de cada Projeto de Assentamento trabalhado, sistematizando-se também os dados de instrução processual.

Nas ações relacionadas ao Crédito Instalação, esta Superintendência iniciou o procedimento de registrar em tabelas próprias o quantitativo de planos de aplicação autorizados, o que se deu até a suspensão das operações, e o quantitativo de créditos aplicados ou monitorados mês a mês.

Com a suspensão dos créditos e com a necessidade de identificar as operações que se enquadravam nos critérios de restabelecimento das operações de Crédito Instalação, foram apuradas as informações constantes dos processos de crédito instalação, sistematizando-se os dados com vistas à posterior atualização do SIPRA e dos processos individuais dos beneficiários, e com vistas também à posterior alimentação do banco de dados que subsidiará o processo de cobrança dos créditos.

Esta apuração continua, ao mesmo tempo em que se está coordenando a organização de peças técnicas do parcelamento de cada Projeto de Assentamento para completar a instrução processual dos processos individuais e atualização dos dados físicos de projetos e parcelas junto ao SIPRA, com vistas à correta emissão/renovação de CCUs.

Para o levantamento de moradias construídas/reformadas, com vistas também à fiscalização da aplicação dos Créditos AMC e RMC e à qualificação de beneficiários aptos a acessarem o PRONAF, foi elaborado um fluxo operacional, composto de procedimentos de campo e administrativos, incluindo, além do acompanhamento dos trabalhos em tabela própria, o preenchimento de relatórios técnicos de fiscalização, com a respectiva juntada aos processos de crédito e aos processos individuais dos beneficiários.

Por fim, ressalta-se que se optou por dar curso de forma simultânea aos procedimentos de controle e de organização das informações referentes às diversas ações, com o objetivo de termos os dados completos de cada Projeto de Assentamento e, assim, poder sanear, de uma só vez, a instrução dos respectivos processos individuais com a totalidade de dados e registros obtidos, evitando-se o retrabalho no manuseio dos processos.

Já a estratégia de promoção do acesso ao Pronaf é a contratação de Ates para o maior número possível de Projetos de Assentamento. Naqueles em que não foi possível a contratação ou renovação do contrato, o Pronaf segue sendo contratado com Empresas de ATER devidamente credenciadas e que atuam no município/região.

A meta é atender a toda e qualquer demanda qualificada proposta ao Incra. Neste sentido, 100% destas demandas têm sido atendidas, desde 2012.

Como esta ação se dá por demanda (dos beneficiários), não há quantificação numérica para esta ação.

A principal ação de responsabilidade desta Superintendência é providenciar, para os beneficiários, a Declaração de Aptidão – DAP –. Neste sentido, esta Superintendência diferentemente de todas as outras, firmou um Ajuste de Cooperação Técnica com a Emater, através do qual se delegou a esta Empresa pública de ATER a competência de emissão de DAP do Grupo A e A/C. A viabilização disso se dá através de autorizações expedidas pela SR, para as DAP's dos Grupos A e A/C, uma vez que os outros tipos de DAP (B, V, Jurídica e todas as outras vinculadas), a EMATER-MG já tem a competência para emissão.

Entende como meta para 2014 e 2015 atender a todas as demandas por DAP A e A/C, acompanhando de perto a qualificação dos assentados para o acesso às modalidades destes dois Grupos (acompanhar o andamento dos parcelamentos, dos recebimentos de casas pelo AMC ou com recursos próprios, licenciamentos ambientais...).

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor.

Manutenção de Planilhas de Controle da Execução Físico-Financeira em cada Serviço relativo as ações orçamentárias sob sua responsabilidade, instrução processual e alimentação dos sistemas eletrônicos do Incra – SIPRA e SIATER.

3.3.6 Indicadores.

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	0%
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo Incra	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo Incra – Fonte Módulo de monitoramento.	23,44%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	545,09%
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. Relatório 233.	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	*

Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	77(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR;	7771/16086 *100= 48,30%
				Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema. Sipra relatório 229 em 12.01.2013	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	53,37%
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo Incra, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo Incra – Sipra Rel 229.	0%

*Não foi possível identificar o número de contratos do PRONAF para o público da Reforma Agrária, pois as informações que estão sendo encaminhadas pelo Banco Central ao MDA não permitem tal nível de segregação.

3.3.7 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul.

Contrato Siater CRT.MG.0028000-10 – 543 famílias estabelecidas em contrato.

Este contrato teve início em fevereiro de 2011, com termos aditivos que proporcionaram que sua vigência fosse estendida até 1º de abril de 2014. Portanto, durante todo o ano de 2013 houve atuação da empresa Agrolago – Flávio Augusto Amaral Alves – ME, CNPJ 00.317.981/0001-03.

Durante as fiscalizações realizadas ao longo do período de vigência, pode-se destacar que os assentados tem reconhecido a empresa como uma boa parceria que vem proporcionando apoio nas atividades produtivas. Do ponto de vista do Incra, é possível afirmar que ao longo do tempo, a empresa se adaptou à forma de se fazer assistência técnica prevista pelo MDA, com o estabelecimento de metas a serem cumpridas. Há uma evolução perceptível no conteúdo dos documentos apresentados que atestam as ações realizadas.

Quanto aos custos, o valor constante no 4º termo aditivo e que compreende o período de 1º de fevereiro de 2013 a 1º de abril de 2014 é R\$ 797.171,74.

Segundo relato da contratada, o principal entrave para o Programa de ATES é a discrepância entre a capacidade dos assentamentos (nº. de famílias) e as famílias efetivas, que estão aptas a receberem a assistência técnica (estão legalizadas junto ao Incra). Neste contrato, a empresa relata que apenas 68% do número de famílias constantes na época da contratação é que são efetivas.

Foram utilizados 6 técnicos, sendo quatro de nível superior e dois de nível médio ao longo do ano de 2013.

Contratos:

Código SIATER CRT.MG.0008000-12 - Cooperativa Multidisciplinar de Assistência Técnica e Prestação de Serviços Ltda (COOMAP) – 1.183 famílias assentadas – vigência inicial 26/12/2012 – 26/1/2014. Aditivo prorrogou a vigência até 26/8/2014 para atendimento com aplicação do Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria para 29 famílias com aporte de recurso de novo empenho de R\$ 20.598,89.

Código SIATER CRT.MG.0009000-12 - Geoline Engenharia – 647 famílias assentadas – vigência 26/12/2012 - 26/1/2014. O contrato previu a inclusão de 124 famílias no Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria, mas não foi possível realizar o aditivo de prazo e valor para atendimento por avaliação da Procuradoria Federal Especializada que com os problemas de execução que vinha sendo avaliados no cumprimento das metas até então deveria ser considerados corroborando pelo não aditivamente. Dessa forma as 124 famílias receberam apenas a primeira parcela do Fomento, que é liberado em 3 parcelas dependendo da avaliação do técnico de ATES sobre o cumprimento das etapas do projeto produtivo para liberação da parcela subsequente.

Código SIATER CRT.MG.0010000-12 - Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) – 263 famílias – vigência inicial 14/12/2012 - 14/1/2014 . Aditivo prorrogou a vigência até 26/8/2014 para atendimento com aplicação do Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria para 102 famílias com aporte de recurso de novo empenho de R\$70.373,83.

Código SIATER CRT.MG.0011000-12 - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) – vigência 2/1/2013 – 20/2/2014.

Todos os contratos em questão tiveram seu empenho feito em 2012, tendo sido feito apenas o empenho complementar para atendimento do Plano Brasil Sem Miséria que incluiu os Assentados de Reforma Agrária através das Resoluções nº. 1 e 2 do Comitê Gestor do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais de 20 de agosto de 2013. Fomento esse no valor de R\$2.400,00 liberados em 3 parcelas (R\$1.000,00 – R\$700,00 – R\$700,00) mediante Termo de Adesão da família ao Programa e Projeto elaborado pela Prestadora de ATES.

Diversas foram as dificuldades durante a execução de 2013, principalmente o fato de 3 das 4 instituições ter esse como o primeiro contrato junto ao Incra, a realização de todas as comprovações de execução através do Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER) e a situação ocupacional dos assentados. De forma geral os assentados tem avaliado bem o trabalho das prestadoras. Durante o exercício 2013 nenhum desses contratos teve a fiscalização de execução feita in loco.

Todos os contratos mantiveram equipe conforme determinação do artigo 5º, parágrafo 1º da Portaria/Incra/P/nº. 581/2010.

Foram realizadas as Chamada Pública Incra/SR-06/MG/Nº. 1 e 2/2013 nos termos da Lei nº. 12.188/2010, com objetivo de selecionar Prestadoras de ATER para atendimento de 10.047 famílias assentadas em 198 projetos de assentamento organizados em 32 lotes para o processo seletivo. Houve o recebimento de 26 projetos, 13 em cada Chamamento, tendo sido classificadas 11 propostas na Chamada nº. 1/2013 e 5 propostas na Chamada nº. 2/2013, num total 105 Projetos de Assentamento com 4.913 famílias.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público.

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo.

Mês	Declarações de cadastro recepcionadas
Jan	162
Fev	222
Mar	295
Abr	396
Mai	274
Jun	291
Jul	314
Ago	296
Set	282
Out	339
Nov	411
Dez	313
Total	3.595

Relatório de Pedidos de Acesso à Informação e Solicitantes

(*) Informações adicionais para o correto entendimento do relatório podem ser encontradas na última seção.

Órgão(s) de referência

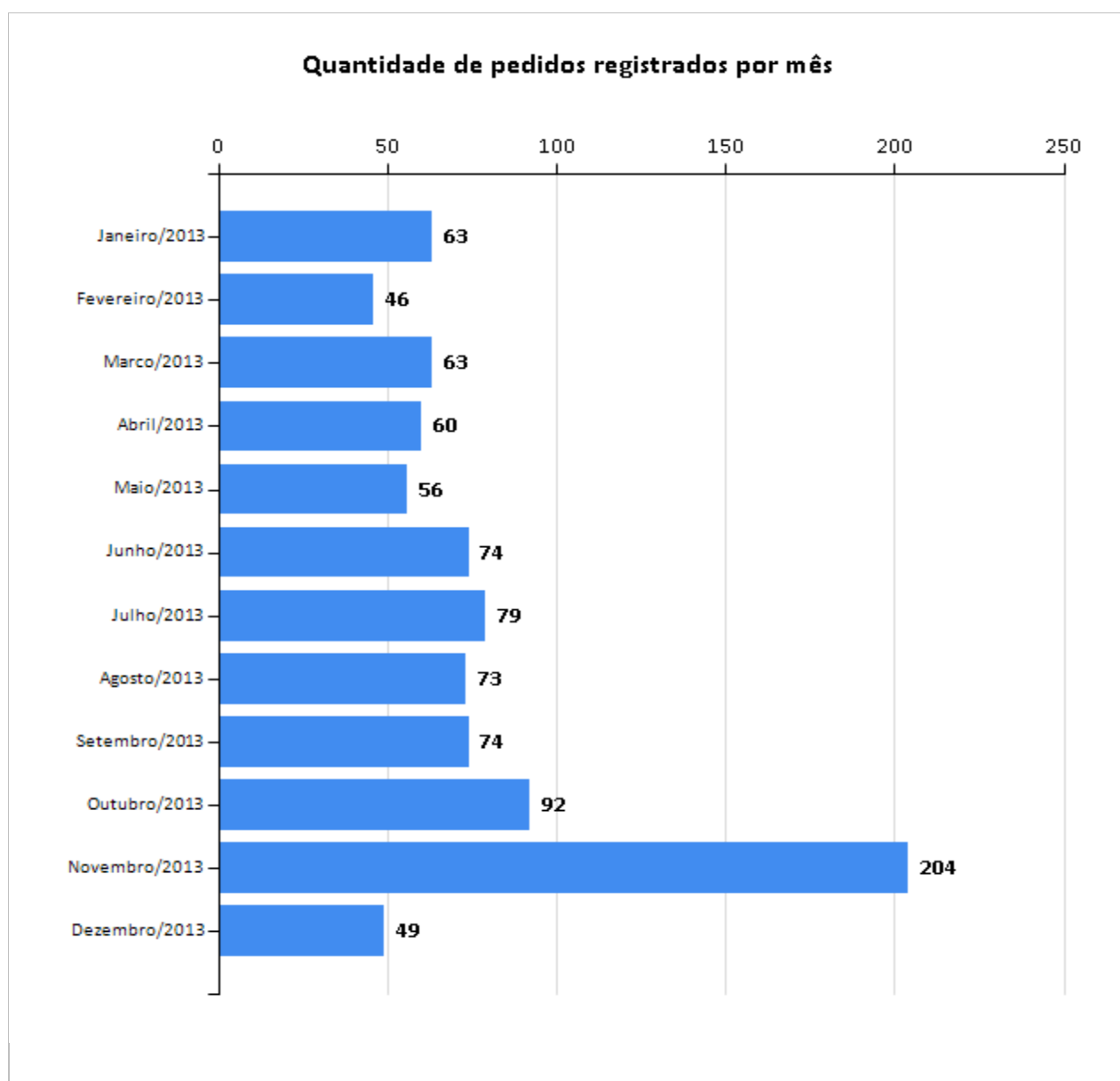
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra

Período de consulta:

1/2013 a 12/2013

1. Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de Pedidos: 933 Média mensal de pedidos: 77,75



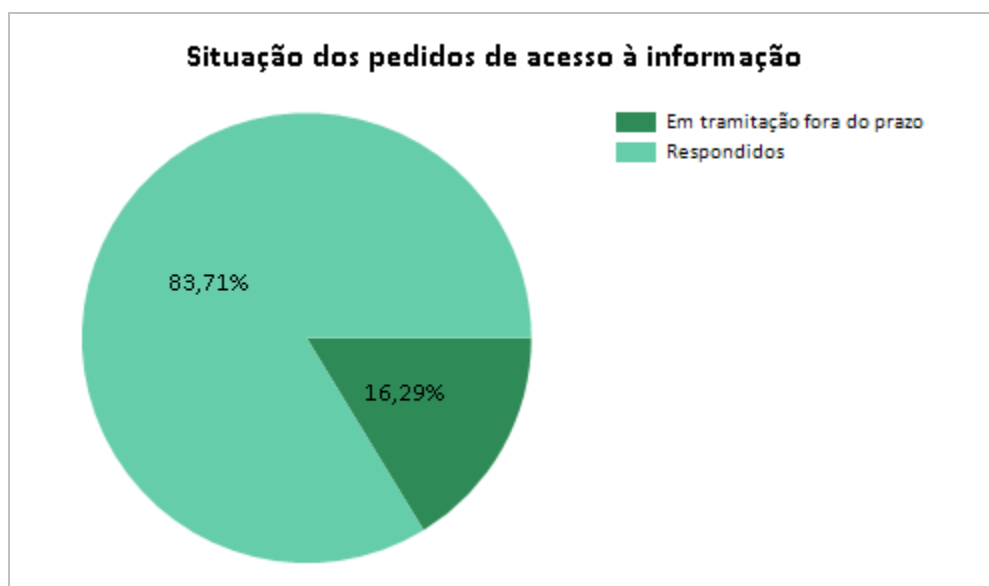
Evolução mensal do número de pedidos de acesso à informação

Mês	Número de pedidos	Evolução mensal
-----	-------------------	-----------------

Janeiro/2013	63	-
Fevereiro/2013	46	-26.98%
Março/2013	63	26.98%
Abril/2013	60	-4.76%
Maio/2013	56	-6.67%
Junho/2013	74	24.32%
Julho/2013	79	6.33%
Agosto/2013	73	-7.59%
Setembro/2013	74	1.35%
Outubro/2013	92	19.57%
Novembro/2013	204	54.9%
Dezembro/2013	49	-75.98%
TOTAL:	933	
MÉDIA:	77,75	

2. Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	781
Em tramitação fora do prazo	152



Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	974	Total de solicitantes:	616
Perguntas por pedido:	1,31	Maior número de pedidos feitos por um solicitante:	127
		Solicitantes com um único pedido:	517

Temas das solicitações (Top 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura familiar	502	53,80%
Agricultura, extrativismo e pesca - Organização agrária	246	26,37%
Governo e Política - Administração pública	22	2,36%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura orgânica	3	0,32%
Agricultura, extrativismo e pesca - Agricultura de subsistência	3	0,32%
Pessoa, família e sociedade - Sociedade Civil - Organização e participação	1	0,11%
Pessoa, família e sociedade - Assistência e desenvolvimento social	1	0,11%
Meio ambiente - Águas	1	0,11%
Economia e Finanças - Encargos financeiros	1	0,11%
Agricultura, extrativismo e pesca - Extensão rural	1	0,11%

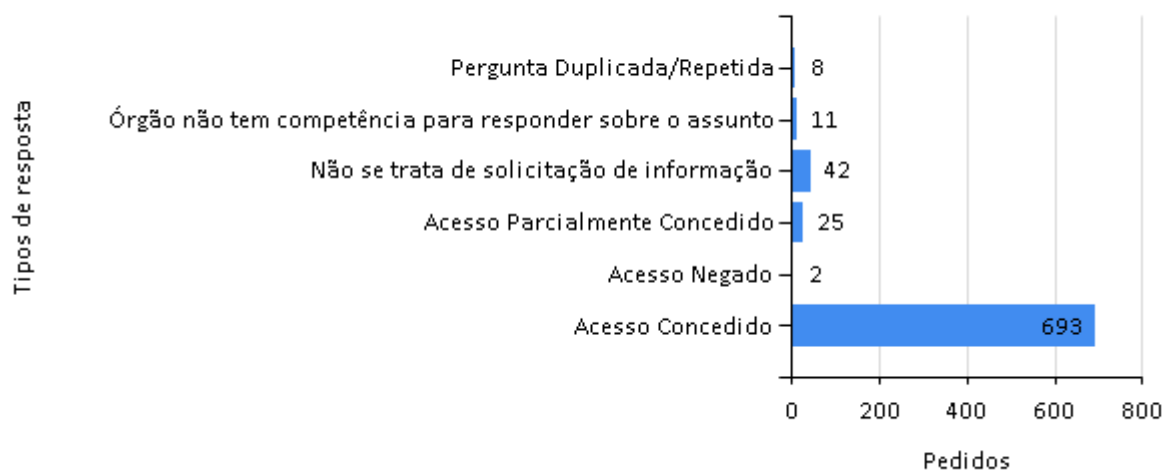
3. Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 64,38dias

Prorrogações:

Quantidade	% dos pedidos
539	57,77%

Pedidos por tipo de resposta



Motivos de negativa de respostas

Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Pedido incompreensível	1	50,000%	0,11%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	1	50,000%	0,11%
TOTAL:	2	100,000%	0,21%

Meios de envio de resposta

Meio	Quantidade	% de pedidos
Pelo sistema (com avisos por email)	666	71,38%
Correspondência eletrônica (e-mail)	249	26,69%
Buscar/Consultar pessoalmente	13	1,39%
Correspondência física (com custo)	5	0,54%

4. Perfil dos solicitantes

Tipos de solicitante

Pessoa Física	585	94,97%
Pessoa Jurídica	31	5,03%

Localização dos solicitantes

Estado	# de solicitantes	% dos solicitantes	# de pedidos
AC	2	0,34%	2

AL	2	0,34%	2
AM	7	1,20%	7
AP	4	0,68%	4
BA	29	4,96%	39
CE	6	1,03%	6
DF	47	8,03%	191
ES	8	1,37%	11
GO	36	6,15%	48
MA	6	1,03%	12
MG	54	9,23%	61
MS	18	3,08%	20
MT	27	4,62%	38
PA	25	4,27%	31
PB	9	1,54%	9
PE	12	2,05%	32
PI	4	0,68%	4
PR	31	5,30%	36
RJ	26	4,44%	30
RN	5	0,85%	6
RO	7	1,20%	7
RR	3	0,51%	4
RS	29	4,96%	32
SC	23	3,93%	24
SE	3	0,51%	5
SP	161	27,52%	219
TO	9	1,54%	15
Outros países	2	0,34%	2
Não Informado	21	3,59%	36

Perfil dos solicitantes pessoa física

Gênero	
M	66,67%
F	30,94%

Escolaridade	
Ensino Superior	38,97%
Ensino	19,32%

Não Informado	2,39%
---------------	-------

Médio	
Pós-graduação	17,44%
Mestrado/Doutorado	8,89%
Ensino Fundamental	7,18%
Não Informado	5,47%
Sem instrução formal	2,74%

Profissão	
Outra	22,56%
Profis. Liberal/autônomo	13,33%
Empresário/empreendedor	13,16%
Não Informado	9,40%
Empregado - setor privado	7,69%
Estudante	6,50%
Servidor público federal	5,98%
Professor	5,30%
Servidor público municipal	5,30%
Servidor público estadual	4,96%
Pesquisador	2,74%
Jornalista	1,71%
Membro de ONG nacional	0,68%
Representante de sindicato	0,51%
Membro de partido político	0,17%

Perfil dos solicitantes pessoa jurídica

Tipo de pessoa jurídica	
Empresa - PME	35,48%
Empresa - grande porte	29,03%
Org. Não Governamental	22,58%
Outro	3,23%
Órgão público municipal	3,23%
Não Informado	3,23%
Sindicato / Conselho profis.	3,23%

4.2 Principais atividades de controle do Gestor.

Esta Superintendência recepcionou em 2013 3.595 declarações de cadastros.

Em relação aos pedidos de acesso à informação, houve 61 pedidos a esta Superintendência.

Embora tenha que 83,71% tenham sido respondidos por todo o Incra, não há controle dos pedidos respondidos por esta Superintendência no exercício de 2013.

Outros 11 pedidos referentes à Lei de Acesso a Informações foram recepcionadas e respondidas por esta Superintendência.

5. Gestão de Pessoas.

5.1 Distribuição de servidores.

Gabinete	5 servidores com vínculo e 1 DAS de servidor sem vínculo
Procuradoria Federal Especializada – PFE –	5 servidores de carreira vinculada ao Órgão e 4 servidores de carreira em exercício descentralizado (AGU)
Divisão de Administração	21 servidores de carreira vinculada ao Órgão e 1 DAS sem vínculo
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	34 servidores de carreira vinculada ao Órgão
Divisão de Obtenção de Terras	32 servidores de carreira vinculada ao Órgão
Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	38 servidores de carreira vinculada ao Órgão

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.

Esta Superintendência promove eventos como café da manhã para comemoração dos "Aniversariantes do Mês" e para celebração de datas comemorativas (Dia das mães, Dia dos Servidores Públicos Federais, Festa de Final de Ano) na tentativa de integração dos servidores.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.

Esta Superintendência consulta periodicamente os servidores sobre as demandas de capacitação.

Sempre que há demanda, formaliza-se processo administrativo conforme determina a Instrução Normativa nº. 52/2009.

Havendo capacitação, o servidor se responsabiliza por “compartilhar os conhecimentos adquiridos, de forma e disseminar as informações no âmbito da Instituição” conforme determina o art. 19 da Instrução Normativa nº. 52/2009.

Em 31 de julho de 2013 emitiu-se o memorando nº. 252, da Diretoria de Gestão Administrativa suspendendo as descentralizações de recursos, prejudicando assim as ações de capacitação no segundo semestre de 2013.

5.4 Recursos humanos da unidade.

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos.

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	143	143	11	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	143	143	11	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	139	139	11	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	2	2	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	2	0	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	147	147	11	9

Fonte: Siape – extrator de dados

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	80	2
1.1 Voluntária	71	2
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	9	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	50	0
2.1 Voluntária	50	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	130	2

Fonte: Siape – extrator de dados

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	53	4
1.1. Integral	36	4
1.2. Proporcional	17	0
2. Em Atividade	17	0
3. Total (1+2)	70	4

Fonte: Siape – extrator de dados

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1	1	9	10	27.317,62
1.1 Área Fim	1	1	9	10	27.317,62
1.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
2. Nível Médio	2	2	4	3	11.924,26
2.1 Área Fim	2	2	4	3	11.924,26
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	3	3	13	13	39.241,88

Fonte: Siape – extrator de dados.

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão	9.402.700,40	240.577,45	818.556,30	265.203,39	1.684.409,59	640.031,79	859,90	41.224,60	4.965,84	13.098.529,26
Servidores com Contratos Temporários					13.133,23					13.133,23
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior		73.471,96	1.228,70		10.397,79					85.098,45
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas		10.279,42								10.279,42

Fonte: Siape – extrator de dados.

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA													
UG/Gestão:373055/37201							CNPJ:00.375.972/0008-37						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contrata-da	Período Contratual de Execu-ção das Atividades Contrata-das		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contrata-dos						Sit.
				(CNPJ)			F		M		S		
					P	C	P	C	P	C			
2011	1-Segurança	Ordinária	CRT 6.000	07.534.224/0001-22	Dez/11	Dez/16			12	12			P
2009	5/12- Recepção/Outros (apoio administrativo)	Ordinária	CRT 14.000	08.139.629/0001-29	Dez/09	Dez/14			20	20			P
2009	12- Outros (Secretária)	Ordinária	CRT 13.000	08.139.629/0001-29	Dez/09	Dez/14			20	20			P
2009	3 - Informática	Ordinária	CRT 12.000	10.704.092/0001-44	Dez/11				4	4			E
2010	7. Telecomunicação	Ordinária	CRT 4.000	33.530.486/0001-29	Dez/10	Dez/15							P
2013	3. Informática	Emergencial	CRT 3.000	08.139.629/0001-29	Fev/13	Jun/13			4	4			E
2011	7. Telecomunicação	Ordinária	CRT 5.000	40.432.544/0001-47	Nov/11	Nov/16							P
2013	12. Outros (Energia Elétrica)	Ordinária	CRT 1.000	06.981.180/0001-16	Fev/13	Fev/18							A
2011	12. Outros (Elevadores)	Ordinária	CRT 1.000	00.028.986/0010-07	Jul/11	Jul/16							P
2012	2. Transporte	Ordinária	CRT 3.000	10.887.637/0001-03	Abr/12	Abr/14							P
2013	2. Transporte	Ordinária	CRT 7.000	17.272.550/0001-62	Dez/13	Dez/18							A
2009	12. Outros (Publicação)	Ordinária	CRT 1.000	09.168.704/0001-42	Mar/09	Mar/14							E
2011	6. Reprografia	Ordinária	CRT 4.000	07.622.737/0001-95	Out/11	Out/16							P
2012	6. Reprografia	Ordinária	CRT 4.000	07.622.737/0001-95	Out/12	Out/17							P
2010	2. Transporte	Ordinária	CRT 22.000	03.202.854/0001-49	Dez/10	Out/15							A
2013	12. Outros - Passagens Aéreas	Ordinária	CRT 2.000	05.120.923/0001-09	Fev/13	Fev/14							E
2011	6. Reprografia	Ordinária	CRT 9.000	03.399.966/0001-31	Dez/11	Dez/16							P
2013	12. Outros (Apoio Administra-	Ordinária	CRT 5.000	09.196.147/0001-73	Ago/13	Ago/18			4	4			P

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício.

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	Não se aplica – Realizado pela Sede
Desligamento	Não se aplica – Realizado pela Sede
Concessão de aposentadoria	2
Concessão de pensão	4
Total	6

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicional. As estratégias de recomposição de pessoal são elaboradas pela SEDE/BSB. Ano passado foram nomeados candidatos do último concurso público realizado pelo Incra, Edital Incra/DA/nº 01/2010, que teve prazo de validade até 28/12/13.

PERSPECTIVA DE APOSENTADORIAS CONSIDERANDO IDADE LIMITE																			
Unidade	Upag	2014		2015			2016			2017			2018			Total (2014/2018)	% Total (2014/2018)	2019 em diante	Total
		Qtd	25%	Saldo	Qtd	25%	Saldo	Qtd	25%	Qtd	Saldo	25%	Saldo	Qtd	25%				
SR-01/PA	418	86	22	65	13	19	58	10	17	51	8	15	44	14	15	87	36,7%	107	238
SR-02/CE	442	59	15	44	7	13	38	6	11	33	15	12	36	8	11	62	52,8%	85	180
SR-03/PE	462	51	13	38	12	13	38	5	11	32	5	9	28	7	9	54	37,0%	136	216
SR-04/GO	483	34	9	26	7	8	24	15	10	30	11	10	30	10	10	47	47,5%	85	162
SR-05/BA	503	47	12	35	5	10	30	9	10	29	6	9	27	5	8	48	37,9%	118	190
SR-06/MG	526	29	7	22	9	8	23	4	7	20	12	8	24	4	7	37	41,7%	81	139
SR-07/RJ	546	24	6	18	6	6	18	4	6	17	6	6	17	6	6	29	41,1%	66	112
SR-08/SP	567	11	3	8	8	4	12	4	4	12	3	4	11	4	4	18	23,3%	99	129
SR-09/PR	587	22	6	17	2	5	14	5	5	14	4	5	14	10	6	25	31,9%	92	135
SR-10/SC	609	11	3	8	2	3	8	7	4	11	6	4	13	3	4	17	33,0%	59	88
SR-11/RS	630	24	6	18	1	5	14	2	4	12	3	4	11	2	3	22	28,6%	80	112
SR-12/MA	650	90	23	68	9	19	57	24	20	61	15	19	57	14	18	99	55,9%	120	272
SR-13/MT	675	77	19	58	26	21	63	19	20	61	17	20	59	17	19	99	47,0%	176	332
SR-14/AC	705	64	16	48	12	15	45	17	16	47	16	16	47	18	16	78	51,2%	121	248
SR-15/AM	735	66	17	50	12	15	46	7	13	40	9	12	37	11	12	69	47,1%	118	223
SR-16/MS	766	34	9	26	8	8	25	17	11	32	6	9	28	11	10	47	38,4%	122	198
SR-17/RO	792	93	23	70	19	22	67	16	21	62	19	20	61	15	19	105	57,7%	119	281
SR-18/PB	825	40	10	30	5	9	26	3	7	22	3	6	19	8	7	39	51,8%	55	114
SR-19/RN	845	29	7	22	4	6	19	3	6	17	2	5	14	6	5	29	38,9%	69	113
SR-20/ES	865	6	2	5	5	2	7	2	2	7	2	2	7	1	2	10	20,3%	63	79
SR-21/AP	885	27	7	20	5	6	19	2	5	16	4	5	15	1	4	27	42,4%	53	92
SR-22/AL	905	14	4	11	2	3	9	4	3	10	4	4	11	2	3	17	37,7%	43	69
SR-23/SE	925	18	5	14	1	4	11	3	3	10	4	4	11	3	3	19	33,7%	57	86
SR-24/PI	945	21	5	16	5	5	16	4	5	15		4	11	2	3	22	26,9%	87	119
SR-25/RR	965	25	6	19	2	5	16	4	5	15	2	4	13	8	5	26	40,6%	60	101
SR-26/TO	989	41	10	31	6	9	28	5	8	24	7	8	24	8	8	43	40,9%	97	164
SR-27/MBA	1012	52	13	39	5	11	33	9	11	32	12	11	33	6	10	55	43,8%	108	192
SR-28/DFE	1037	31	8	23	4	7	20	3	6	18	7	6	18	4	6	32	45,0%	60	109
SR-29/MSF	1057	20	5	15		4	11	5	4	12	4	4	12	2	4	20	37,3%	52	83
SR-30/STM	1077	42	11	32	4	9	27	9	9	27	3	7	22	7	7	43	38,9%	102	167
SEDE	1089	87	22	65	19	21	63	13	19	57	16	18	55	21	19	99	36,5%	271	427
SRFA	1092	30	8	23	5	7	21	7	7	21	7	7	21	9	7	36	36,9%	99	157
TOTAL		1.305	326	979	230	302	907	247	288	865	238	276	827	247	269	1.461	42,6%	3.060	5.327

Observação: QTDE = Quantitativo de servidores que completaram idade limite para aposentadoria (Homem/60 anos e Mulher/55 anos)

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (139) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	28,05
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	31,52

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores.

Segue abaixo quantitativo de servidores desta Superintendência por nível do cargo:

UNIDADE	UPAG	ÁREA FIM			ÁREA MEIO			TOTAL	% TOTAL
		NI	NS	% TOTAL	NI	NS	% TOTAL		
SR-01/PA	000000418	90	73	68,5%	54	21	31,5%	238	4,5%
SR-02/CE	000000442	42	63	58,3%	51	24	41,7%	180	3,4%
SR-03/PE	000000462	66	60	58,3%	66	24	41,7%	216	4,1%
SR-04/GO	000000483	44	54	60,5%	40	24	39,5%	162	3,0%
SR-05/BA	000000503	52	84	71,6%	34	20	28,4%	190	3,6%
SR-06/MG	000000526	38	68	76,3%	16	17	23,7%	139	2,6%
SR-07/RJ	000000546	20	52	64,3%	18	22	35,7%	112	2,1%
SR-08/SP	000000567	23	65	68,2%	25	16	31,8%	129	2,4%
SR-09/PR	000000587	50	53	76,3%	17	15	23,7%	135	2,5%
SR-10/SC	000000609	20	42	70,5%	14	12	29,5%	88	1,7%
SR-11/RS	000000630	27	47	66,1%	14	24	33,9%	112	2,1%
SR-12/MA	000000650	129	54	67,3%	51	38	32,7%	272	5,1%
SR-13/MT	000000675	181	67	74,7%	64	20	25,3%	332	6,2%
SR-14/AC	000000705	121	40	64,9%	72	15	35,1%	248	4,7%
SR-15/AM	000000735	116	50	74,4%	37	20	25,6%	223	4,2%
SR-16/MS	000000766	73	72	73,2%	24	29	26,8%	198	3,7%
SR-17/RO	000000792	178	34	75,4%	56	13	24,6%	281	5,3%
SR-18/PB	000000825	25	47	63,2%	31	11	36,8%	114	2,1%
SR-19/RN	000000845	36	40	67,3%	22	15	32,7%	113	2,1%
SR-20/ES	000000865	14	38	65,8%	14	13	34,2%	79	1,5%
SR-21/AP	000000885	27	21	52,2%	28	16	47,8%	92	1,7%
SR-22/AL	000000905	17	24	59,4%	15	13	40,6%	69	1,3%
SR-23/SE	000000925	21	32	61,6%	22	11	38,4%	86	1,6%
SR-24/PI	000000945	24	57	68,1%	18	20	31,9%	119	2,2%
SR-25/RR	000000965	38	22	59,4%	33	8	40,6%	101	1,9%
SR-26/TO	000000989	70	45	70,1%	27	22	29,9%	164	3,1%
SR-27/MBA	000001012	86	55	73,4%	25	26	26,6%	192	3,6%
SR-28/DFE	000001037	48	28	69,7%	27	6	30,3%	109	2,0%
SR-29/MSF	000001057	26	32	69,9%	15	10	30,1%	83	1,6%
SR-30/STM	000001077	77	50	76,0%	21	19	24,0%	167	3,1%
SEDE	000001089	71	94	38,6%	136	126	61,4%	427	8,0%
SRFA	000001092	74	67	89,8%	12	4	10,2%	157	2,9%
TOTAL		1.924	1.630	66,7%	1.099	674	33,3%	5.327	100,0%
% TOTAL		36,1%	30,6%	-	20,6%	12,7%	-	100,0%	-

Esta Superintendência informa que existem 38 servidores lotados na Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos a qual cuida das condições de acesso aos assentamento e à quantidade de assentados, sendo 23 servidores de NS e 15 NM.

São 39 servidores lotados na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária a qual cuida dos imóveis rurais sob a jurisdição da SR06/MG, sendo 23 NS e 16 NM.

6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil.

6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

No exercício de 2013, as transferências vigentes na Superintendência Regional do Incra de Minas Gerais totalizaram 10 convênios. Em termos financeiros, os recursos repassados até o exercício somaram R\$ 19.153.697,00 (dezenove milhões cento e cinquenta e três mil seiscentos e noventa e sete reais) e o repasse no exercício foi R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Destacamos que ao longo de 2013, não foram firmados pela Superintendência novos convênios, contratos de repasses, termo de parceria ou termo de cooperação.

Dos 10 convênios vigentes no exercício, 6 convênios estão registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, pois foram formalizados sob a égide da IN/STN/01/97 e os outros 04 convênios estão registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

Os registros no SIAFI e no SICONV informam que das transferências vigentes em 2013 há 02 (20%) convênios vencidos que se encontram na situação “A Aprovar”. Um deles teve o prazo de vigência expirado no final do exercício, especificamente, em 30/11/2013. O outro convênio teve sua prestação de contas analisada e esta no estágio de providências saneadoras por parte do concedente, ou seja, o responsável foi notificado para a regularizar as falhas detectadas. Também, durante o exercício, 02 (20%) convênios foram inscritos na inadimplência e 02 (20%) convênios foram aprovados.

Em 31/12/2013, considerando os dois Sistemas, temos 04 (40%) transferências na situação de “A Comprovar”. Dos convênios registrados nessa situação, 03 (30%) ainda estão dentro do período de execução, visto que, a vigência deles só expirará em 2014. Portanto, pode-se concluir que há um passivo de convênios na situação “a comprovar”, ou seja, 01(10%) convênio com o prazo de vigência encerrado e sem a apresentação da Prestação de Contas. Contudo, é preciso acrescentar que esse passivo foi zerado logo no primeiro mês do exercício de 2014, quando a prestação de contas do convênio foi apresentada e relatório técnico foi emitido.

Até o final do exercício de 2013, a Superintendência Regional do Incra Minas Gerais possuía, ainda, 01 convênio encerrados em 2010 e dois convênios encerrados em 2012 que ainda estavam na situação de “a aprovar”. Entretanto, é oportuno citar que essa situação sofreu modificação em janeiro de 2014, haja vista, que todos os três convênios tiveram sua prestação de contas analisada e os respectivos relatórios técnicos foram emitidos. O convênio encerrado em 2010 teve sua prestação de contas aprovada após o responsável ter recolhido ao Tesouro Federal o dano a ele imputado. Um dos convênios encerrados em 2012 foi inscrito como inadimplente e teve a Tomada de Conta Especial instaurada, mas em função de decisão judicial, a inadimplência foi suspensa. O outro convênio, também encerrado em 2012, teve recurso interposto pela Conveniente.

Entraves e dificuldades identificadas no decorrer dos trabalhos:

- ✓ Ausência e/ou deficiências no acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do convênio, e quando realizados não ocorrem durante a execução do objeto;
- ✓ Morosidade por parte dos gestores na tomada de decisão quanto ao registro da conveniente em inadimplência no SIAFI, instauração e conclusão da TCE(IN/TCU/Nº56/97);
- ✓ Celebração de convênios sem atentar para a deficiência na capacidade operacional para executar as fases/etapas do convênio, principalmente no que se refere a fiscalização da execução;
- ✓ Sucessivas prorrogações de prazos, pelo gestor, para as convenientes apresentarem documentação complementar ou recolhimento de recursos, em desacordo ao que prevê legislação (IN/STN/Nº01/97);

- ✓ Existência de reanálise final com pendências apontadas em análise anteriores, reencaminhando cobranças à conveniente, atrasando o processo de aprovação ou reprovação do convênio;
- ✓ Convênios aptos a serem aprovados ou reprovados, sem as devidas providências por parte dos gestores.

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Estadual de Minas Gerais – Incra/SR-06									
CNPJ: 00375972/0008-37					UG/GESTÃO: 373055/37201				
Informações sobre as Transferências									
Mod alida de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	CRT/MG/10000/05 – SIAFI 524814	02.790.714/0001-76	732.611,00	27.104,00	0,00	705.507,00	05/07/05	30/11/13	1
1	CRT/MG/20003/04 – SIAFI 502297	00.319.895/0001-21	1.870.146,00	317.111,00	0,00	834.625,00	01/07/04	31/03/13	2
1	CRT/MG/24000/04 – SIAFI 524815	02.292.707/0001-44	1.097.781,00	205.163,00	0,00	881.772,00	05/06/05	31/08/13	1
1	CRT/MG/1.000/09 – SIAFI 652827	48.856.390/0001-52	15.028.321,00	3.028.321,00	0,00	12.000.000,00	22/07/09	22/01/14	1
1	CRT/MG/4.200/05 – SIAFI 531450	20.083.036/0001-93	3.709.104,00	199.104,00	0,00	2.180.000,00	05/12/05	05/03/13	2
1	CRT/MG/20000/07 – SIAFI 601781	01.440.615/0001-00	1.107.530,00	170.030,00	0,00	937.500,00	31/12/07	28/02/13	4
1	009/2010 – SIAFI 738516	23.097.454/0001-28	207.143,00	4.143,00	0,00	203.000,00	01/07/10	04/05/14	1
1	200/2012 – SIAFI 778771	18.715.573/0001-67	1.000.000,00	100.000,00	900.000,00	900.000,00	31/12/12	19/07/14	1
1	007/2011 – SIAFI 761857	18.277.947/0001-00	195.325,00	23.808,00	0,00	171.517,00	19/01/12	19/01/13	4
1	001/2012 – SIAFI 770656	17.694.878/0001-77	347.217,00	7.441,00	0,00	339.776,00	01/07/12	01/07/13	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: Siafi/Siconv

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome:Superintendência Estadual de Minas Gerais - Incra/SR-06			
CNPJ:		UG/GESTÃO:	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	0	0
	A comprovar	3	16.235.464
	Total	3	16.235.464
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	2	1.830.392
	A comprovar	1	347.217
	Total	3	2.177.609

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR.

No exercício de 2013, esta evidenciado no Balanço Patrimonial da Superintendência Regional do Incra de Minas Gerais, no Ativo Realizável a Longo Prazo, os imóveis desapropriados destinados a reforma agrária. O valor demonstrado é composto pelos Títulos da Dívida Agrária – TDA emitidos, as Benfeitorias e sobras de TDA pagas. Durante o ano de 2013, o total registrado na conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros foi R\$ 50.249.094,77 (Cinquenta milhões duzentos e quarenta e nove mil noventa e quatro reais e setenta e sete centavos).

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA empenhados diretamente pela Unidade Gestora da Sede somaram em 2013 R\$ 33.014.806,42 (Trinta e três milhões quatorze mil oitocentos e seis reais e quarenta e dois centavos). Já as Benfeitorias e sobras de TDA pagas pela Superintendência Regional de Minas Gerais somaram R\$ 17.234.288,35 (Dezessete milhões duzentos e trinta e quatro mil duzentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos).

DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	TDA	BENFEITORIA SOBRA DE TDA
Fazenda São Roque	2.853.820,90	568.129,11
Fazenda Santa Helena/Campanário	4.380.568,70	366,48
Fazenda Santa Helena/Jampruca	0,00	375.544,61
Fazenda Santa Maria	51.535,03	3,30
Fazenda Veneza da Jaíba	87.553,40	0,00
Fazenda Bom Jardim/Araguari	1.137.298,37	90,44
Fazenda Bom Jardim/Teófilo Otoni	3.666.028,91	278.179,86
Fazenda Engenho da Serra	1.140.878,94	222,17
Fazenda Fortaleza de Santana	9.874.106,00	1.637.098,12
Fazenda Sabiá	1.675.313,64	0,00
Fazenda Shalon e Sítio São Joaquim do Salto	458.180,52	136,28
Fazenda Limeira	3.102.219,60	461.355,34
Fazenda Barreirinho	307.028,96	0,00
Fazenda Chácara Chorio Rio Velho	111.763,89	0,00
Fazenda Santa Cruz	2.412.681,30	83,20

Fazenda Sete Irmãos	150.013,70	30,90
Fazenda Lagoa do Belo	1.605.814,56	136.467,34
Fazenda Água Boa/Fortuna	0,00	42,95
Fazenda Tupi	0,00	35,26
Fazenda Ema Buracão	0,00	77,79
Fazenda Ponte de Baixo/Meleiro	0,00	182,76
Fazenda Estância Vanessa	0,00	74,37
Fazenda Go da Varanda	0,00	961.595,62
Fazenda Bonanza Agropecuária	0,00	4.615.825,22
Fazenda Arapua	0,00	2.644.342,30
Fazenda São Miguel	0,00	5.554.243,33
Fazenda Canada	0,00	76,98
Fazenda Roça/Carro Quebrado	0,00	69,95
Fazenda Ramalhudo dos Martinez	0,00	14,68
TOTAL	33.014.806,42	17.234.288,36

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber.

Os créditos a receber registrados no SIAFI, na conta contábil 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, totalizam R\$ 167.771.805,49 (Cento e Sessenta e Sete milhões setecentos e setenta e um mil oitocentos e cinco reais e quarenta e nove centavos). Esse valor representa a concessão de Créditos-Instalação, para as famílias assentadas da reforma agrária, nas modalidades apoio inicial, aquisição de material de construção, fomento, adicional fomento, adicional do semi-árido e recuperação materiais de construção.

Durante o exercício, a Superintendência Regional de Minas Gerais não adotou qualquer ação isolada em relação ao recebimento dos empréstimos concedidos, pois, iniciativas não uniformizadas com a Sede e demais Superintendências poderiam comprometer a confiabilidade da informação. Nesse contexto, levando em consideração a especificidade do assunto é necessário aguardar que o Incra/SEDE crie os critérios técnicos necessários para a realização de tal trabalho.

Até o encerramento do exercício de 2013, a Diretoria de Administração do Incra Sede não se manifestou sobre a situação da cobrança dos créditos instalação e, consequentemente, sobre o andamento da implantação do “Sistema de Cobrança de Crédito Instalação” e demais assuntos pertinentes.

Destacamos, ainda, que a Portaria/Incra/Nº352/2013 determinou que os recursos financeiros dos créditos instalação não aplicado que estavam depositados nas conta das associações e representantes dos assentados fossem recolhidos para a UG 133087/DD/Incra.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR.

Para atender a exigência dos Órgão de controle, O Incra/Sede, através da Diretoria de Gestão Administrativa, juntamente com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, procederá à elaboração de manual contendo o detalhamento da sistemática de cobrança do Crédito Instalação, e ainda, em conjunto com a Diretoria de Gestão Estratégica, esta desenvolvendo um sistema informatizado de Cobrança de Créditos Instalação.

Após a homologação do sistema de cobrança de créditos instalação, a Diretoria de Gestão Administrativa capacitará as Superintendências Regionais para utilizarem o sistema informatizado. Com essa iniciativa, espera-se estabelecer formas de controle administrativo confiáveis e adequados para a cobrança do crédito instalação concedido. Nesse contexto, temos que aguardar o posicionamento do órgão central do Incra sobre quais medidas serão adotadas em relação aos aspectos contábeis dos empréstimos concedidos.

7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão.

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.

Nos termos do Regimento Interno, a Auditoria Interna é órgão vinculado ao Incra. Não há, portanto, órgão com atribuições semelhantes na estrutura organizacional desta Superintendência. Os principais normativos que regulam suas ações são o Decreto nº. 6.812, de 3 de abril de 2009 e o Regimento Interno do Incra.

Segundo o art. 13 da Estrutura Regimental do Incra anexo do Decreto nº. 6.812, de 3 de abril de 2009, à Auditoria Interna compete:

“I – assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do Incra, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.”

O Regimento Interno do Incra, por sua vez, estabelece em seu art. 56 à Auditoria a competência de assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do Incra quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

“I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível e segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;

II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;

III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do Incra;

IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do Incra e nas ações voltadas para a modernização institucional;

V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;

VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e

VII - analisar as contas e o balanço do Incra a serem submetidos ao Conselho Diretor.”

No âmbito desta Superintendência, compete à Assessoria de Planejamento e Controle – Asplan – dar suporte às demandas da Auditoria Interna do Incra sem, contudo, desempenhar as atribuições exclusivas previstas no art. 13 da Estrutura Regimental do Incra anexo do Decreto nº. 6.812/ 2009 e art. 56 do Regimento Interno do Incra:

“Art. 112. As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional possuem as seguintes atribuições:

II – De Planejamento e Controle:

a) coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado;

b) coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária;

c) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional;

d) disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central;

e) coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações;

f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional;

g) coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais;

h) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional;

i) realizar gestão da infra-estrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança;

j) propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infra-estrutura de rede no âmbito da Regional;

k) gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional;

l) promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação;

m) prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos;

n) manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas;

o) realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados;

p) dar suporte às demandas da Auditoria Interna do Incra; e

q) outras atividades compatíveis com suas atribuições.”

Resta claro que as atribuições de planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do Incra cumprem à Auditoria Interna do Incra.

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – Superintendência Regional da Incra em Minas Gerais.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X			
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.						X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X	

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Análise Crítica: Em relação aos sistemas de controle interno desta Superintendência, tem-se que a maioria das ações foram parcialmente aplicadas. Os servidores desta Superintendência, em sua maioria, não percebem adequadamente os mecanismos gerais de controle interno. Tem-se buscado a padronização dos instrumentos e dos procedimentos operacionais desta Superintendência que estão postos em documentos formais em quase sua totalidade. Não se verifica nesta Superintendência o mapeamento dos procedimentos operacionais o que dificulta o entendimento dos trâmites por parte dos servidores. As delegações de autoridade e competência seguem os ditames do regimento interno e quando se destinam a atividades mais específicas são realizadas por meio de Ordens de Serviço ou Portarias.</p> <p>No que diz respeito à avaliação de riscos, tem-se que esse aspecto, em sua ampla maioria, não é aplicado no contexto desta Superintendência. Os objetivos e metas desta Superintendência foram bem definidos no início do exercício de 2013. Todavia, as unidades não realizam identificação de processos críticos para a consecução das metas, tampouco diagnósticos dos riscos em níveis gerenciais, táticos e operacionais. Em algumas situações verifica-se que a fragilidade dos procedimentos propicia a ocorrência de fraudes e desvios. De outro lado, esta Superintendência tem a prática de instaurar processos administrativos, de sindicâncias e tomada de contas especial para apurar as fraudes e desvios que possam ocorrer.</p> <p>Sobre os procedimentos de controle, cumpre informar novamente que a Assessoria de Planejamento e Controle se limita apenas ao suporte das demandas da Auditoria Interna do Inbra. Atualmente, a atividade de maior destaque da Assessoria de Planejamento e Controle, da Superintendência Regional de Minas Gerais, está voltada para o controle das metas físicas e orçamentária/financeira das ações desempenhadas pela Autarquia. Outrossim, as políticas e ações de natureza de controle são definidas pela Auditoria Interna do Inbra. Porém, como informado anteriormente, esta Superintendência planeja adotar ações, fundamentadas nas orientações da Auditoria Interna, para prevenir e detectar riscos, através de atividades de controle, proporcionando o alcance ideal dos objetivos do Inbra.</p> <p>As Informações e Comunicações da Superintendência Regional precisam ser aprimoradas. Os pareceres técnicos, despachos e demais documentos das unidades que compõem a estrutura da Regional, em grande parte, não possuem</p>					

caráter conclusivo, dificultando ao gestor tomar decisões apropriadas. Ademais, verifica-se que a informação no âmbito da Regional carece de tempestividade e de precisão em algumas situações. É preciso que se dê maior publicidade interna de informações. Por fim, a comunicação das informações, em sua grande maioria, não perpassa todos os níveis hierárquicos desta Superintendência.

Por fim, no aspecto do monitoramento, a Assessoria de Planejamento e Controle se limita apenas ao suporte das demandas da Auditoria Interna do Incra. A Assessoria de Planejamento e Controle, da Superintendência Regional de Minas Gerais, está voltada para o controle das metas físicas e orçamentária/financeira das ações desempenhadas pelo Incra.

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.

A execução física, orçamentária e financeira dos programas e ações estabelecidas pelo Plano Plurianual – PPA – é monitorada por meio do módulo de Monitoria e Avaliação do Sistema de Informações Rurais – SIR –.

Os relatórios gerenciais referentes à movimentação orçamentária e financeira extraídos do sistema, bem como da execução das metas físicas propostas são ferramentas importantes para avaliar a execução física, orçamentária e financeira dos programas e ações estabelecidas pelo PPA.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações.

Não há controle instituído pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações lançadas no módulo de Monitoria e Avaliação do SIR.

O controle cabe à Auditoria do Incra.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.

Não há controle instituído pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos.

Por outro lado, preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, o Presidente do Incra determinou o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação – SNCCI –.

Em agosto de 2013, concluiu-se o Módulo Cadastro do SNCCI permitindo às Superintendências iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Trata-se de etapa necessária para iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no siafi.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas dificuldades do Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636 que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida Medida Provisória fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no Siafi "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, o Incra noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU – e ao Tribunal de Contas da União – TCU –, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões nas quais foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, elaborou-se novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA

Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD
---	-------------	-------

Por fim é importante frisa que após a realização do projeto piloto na Superintendência Regional da Paraíba, serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das superintendências que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta 1.2.2.4.9.10.00, manuseio do SNCCI e demais procedimentos.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.

PROCESSO - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - TCE							
SIAMI-SICONV	CONVENIENTE	Instauração TCE	VALOR ORIGINAL	VALOR TCE (CORRIGIDO)	SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO TCE	Arquivado em função do teto mínimo para TCE -75 mil Reais	TCE JULGADA TCU ACORDAO Nº.
469168	Prefeitura Municipal de Buritizeiro/MG	28/12/2004	R\$ 33.999,36	R\$ 135.709,41	Processo arquivado em 29/10/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	Processo arquivado em 29/10/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	-
570448	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu	28/10/2008	R\$ 90.331,09	R\$ 31.472,80	Os autos foram encaminhados para a AUDIN/BSB em 02/05/11.	-	-
512551	Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA/MG	29/04/2010	R\$ 144.337,12	R\$ 229.954,01	Os autos encontram-se na CGU/PR desde 8/12/10.	-	-
521495	Instituto Semente Social – ISS	12/01/2007	R\$ 29.859,66	R\$ 46.407,56	Processo arquivado em 04/06/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	Processo arquivado em 04/06/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	-
487035	Centro de Formação e Assessoria 25 de julho – CEFA	11/08/2010	R\$ 263.581,61	R\$ 700.220,98	Elaborado o Relatório Complementar de TCE e enviado à Auditoria Interna do Incra em 25/09/2013.	-	-
591312	Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA/MG	11/03/2010	R\$ 55.932,49	R\$ 91.961,97	Emitido Certificado de Auditoria nº 1186/2013, pela CGU/PR, em 02/09/2013.	-	-
518468	Cooperativa de trabalhos de Técnicos da Região de Uberlândia – UNIATA	30/01/2009	R\$ 66.750,00	R\$ 107.921,93	Os autos retornaram da CGU/PR em 31/10/2013. Necessidade de retificações e reavaliações das peças processuais.	-	-
531840	Animação Pastoral e Social do Meio Rural – APR	03/11/2010	R\$ 121.028,34	R\$ 203.411,13	Os autos retornaram da CGU/PR em 31/10/2013. Necessidade de retificações e reavaliações das peças processuais.	-	-

538288	Associação Estadual de Cooperação Agrícola – AESCA/MG	18/10/2010	R\$ 22.235,73	R\$ 33.705,49	Processo arquivado em 04/06/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	Processo arquivado em 04/06/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	-
485164	Centro de Formação e Assessoria 25 de julho – CEFA	11/11/2010	R\$ 9.501,72	R\$ 23.838,86	Processo de TC nº 020.823/2013-4, apreciado pelo TCU que decidiu pelo arquivamento, conforme ACÓRDÃO Nº 7136/2013 – TCU – 2ª Câmara, em 26/11/2013.	-	ACÓRDÃO Nº 7136/2013 – TCU – 2ª Câmara
578917	Centro de Formação e Assessoria 25 de julho – CEFA	11/11/10	R\$ 45.366,87	R\$ 74.353,67	Processo de TC nº 020.823/2013-4, apreciado pelo TCU que decidiu pelo arquivamento, conforme ACÓRDÃO Nº 7136/2013 – TCU – 2ª Câmara, em 26/11/2013.	-	ACÓRDÃO Nº 7136/2013 – TCU – 2ª Câmara
517399	Centro de Formação e Assessoria 25 de julho – CEFA	16/11/10	R\$ 81.995,22	R\$ 129.048,00	Encaminhado para a CGU em 23/02/2011 para emissão de Certificado de Auditoria.	-	-
425656	Centro de Formação e Assessoria 25 de julho – CEFA	16/11/10	R\$ 5.941,80	R\$ 20.927,70	Processo de TC nº 020.823/2013-4, apreciado pelo TCU que decidiu pelo arquivamento, conforme ACÓRDÃO Nº 7136/2013 – TCU – 2ª Câmara, em 26/11/2013.	-	ACÓRDÃO Nº 7136/2013 – TCU – 2ª Câmara -
518464	Centro de Formação e Assessoria 25 de julho – CEFA		R\$ 10.233,75	R\$ 19.482,30		-	
514884	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu	15/12/10	R\$ 33.125,42	R\$ 61.738,91	Processo arquivado em 04/06/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	Processo arquivado em 04/06/2013, em decorrência do valor do dano estar abaixo do valor de alçada.	-
540647	Centro de Formação e Assessoria 25 de julho – CEFA	05/07/11	R\$ 405.000,00	R\$ 867.663,33	Elaborado o Relatório Complementar de TCE e enviado à Auditoria Interna do Incra em 21/11/2013.	-	-
600930	Prefeitura Municipal de Bocaiúva	19/07/13	R\$ 189.096,34	R\$ 192.556,51	Valor do débito apurado parcelado pelo responsável. Os autos foram	-	-

					encaminhados para o Gabinete, em 25/02/2011, para baixa da inadimplência e posterior arquivamento, após comunicação ao TCU no Relatório de Gestão.		
534692	Associação do Assentamento Corrente	06/08/13	R\$ 137.617,23	R\$ 141.506,83	Processo sendo instruído com os documentos dispostos na IN/TCU/Nº 71/2012. Agentes responsáveis notificados. Aguardando o prazo para interposição de recurso.	-	-
504353	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Mariana	06/08/13	R\$ 17.800,01	R\$ 20.282,75	Processo sendo instruído com os documentos dispostos na IN/TCU/Nº 71/2012. Agente responsável notificado e está no prazo para interposição de recurso. TCE abaixo do valor de alçada do TCU.	-	-
756512	Prefeitura Municipal de João Pinheiro	13/11/13	R\$ 250.000,00	R\$ 279.025,00	Inadimplência suspensa em virtude da Conveniente ter adotado providências no sentido de responsabilizar o antigo gestor municipal. Elaborando notificação, via Edital, ao agente responsável.	-	-

8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.

8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.

Não houve recomendações do TCU a esta Superintendência no exercício de 2013.

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior.

O Relatório de Auditoria nº. 201305874, referente ao exercício de 2012, apresentou 9 (nove) constatações, totalizando 14 (quatorze) recomendações, que resumidamente estão demonstradas na Tabela abaixo:

Constatações	Recomendações	Providências adotadas (UJ)
Autorização para desenvolvimento de obra de sistema de abastecimento de água no assentamento Estrela do Norte sem prévia análise, por parte da equipe de fiscalização do contrato, das modificações no Projeto Básico.	<u>Recomendação nº. 01:</u> Apurar a responsabilidade pela autorização para desenvolvimento da obra, a partir das alterações propostas pela empresa contratada, sem análise prévia e respectiva aprovação da respectiva Comissão Fiscalizadora do Incra SR-06, constituída pela Ordem de Serviço/Incra/SR.06/MG/nº14/2012.	Por ser questão que envolve ex-superintendente, esta Superintendência encaminhou os autos nº. 54170.003951/2011-79 à Divisão de Procedimentos Disciplinares – Gabt-1 – do Incra em Brasília em 5 de novembro de 2013 para que fosse instaurado processo administrativo disciplinar. Segundo informou o Gabt-1 em 14 de março de 2014, ainda não se constituiu comissão disciplinar investigativa para apurar os fatos.
Atuação intempestiva da Entidade no acompanhamento de contrato relativo a obra de equipagem de poços em projetos de assentamentos e falta de aplicação de penalidade à empresa contratada por inexecução parcial do objeto da avença.	<p><u>Recomendação 1:</u> Formalizar a rescisão contratual no âmbito do Contrato nº CRT/MG/10.000/2011, de forma a garantir o cumprimento do art. 80 da Lei nº 8.666/93.</p> <p><u>Recomendação 2:</u> Dar andamento ao Processo nº 54170.002214/2013-11, o qual foi aberto pelo Incra/SR-06 no intuito de aplicar à empresa contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e no Contrato nº CRT/MG/10.000/2011, observando-se o atendimento ao princípio de contraditório e da ampla defesa;</p> <p><u>Recomendação 3:</u> Apurar a responsabilidade pela intempestividade do Incra/SR-06 no acompanhamento da execução do Contrato nº CRT/MG/10.000/2011, bem como pela falta de aplicação de penalidade à empresa contratada.</p>	<p>A rescisão do Contrato nº. 10.000/2011 se deu por decurso de prazo, já que sua vigência expirou em 28 de dezembro de 2012.</p> <p>Esta Superintendência notificou a contratada em 9 de maio de 2013 por meio do ofício nº. 361/2013 para apresentar justificativas pelo descumprimento integral da cláusula segunda do contrato nº. 10.000/2011. A contratada apresentou defesa prévia em 21 de maio de 2013 requerendo a não aplicação das penas de multa e de suspensão do direito para licitar. Em 8 de junho de 2013, esta Superintendência indeferiu a defesa prévia da contratada e aplicou as penalidades sugeridas pela Divisão de Desenvolvimento de Assentamentos, fixando multa no valor de R\$ 210.368,38 (duzentos e dez mil trezentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos), calculada na forma prevista na alínea “d”, do item 3, da cláusula oitava do contrato em questão e suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Federal pelo prazo de seis meses, em cumprimento ao item 8, da referida cláusula. Informada acerca da decisão em 19 de julho de 2013, a contratada apresentou pedido de reconsideração em 26 de julho de 2013. Os pedidos de reconsideração foram indeferidos pela Superintendência Regional e pela Presidência do Incra. Contudo, a Contratada ajuizou Mando de Segurança – MS nº. 75106-31.2013.4.01.3400. Em síntese o MS, ado de Segurança impetrado por GEO BRASIL SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. – ME em face do Incra objetivando seja determinado à autoridade impetrada a imediata suspensão da cobrança da multa estipulada e que se abstenha de promover qualquer medida restritiva ao nome da impetrante, ou que a impeça de participar de procedimentos licitatórios ou contratar com a Administração Pública, até o</p>

		<p>juízo final da presente ação. Analisando o caso, entendeu 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal por apreciar o pedido de liminar após as informações da autoridade impetrada. Por outro lado, entendeu aquele Juízo que a espera pelo decurso do prazo para as informações pode causar prejuízo de difícil reparação à impetrante, razão pela qual, a fim de se garantir o resultado útil do presente feito.</p> <p>Assim, suspendeu o ato administrativo que aplicou à impetrante a penalidade de multa no valor de R\$ 210.368,38 (duzentos e dez mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos) e de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Federal pelo prazo de seis meses, até ulterior deliberação deste Juízo.</p> <p>Por ser questão que envolve ex-superintendente, esta Superintendência encaminhou os autos nº. 54170.003951/2011-79 à Divisão de Procedimentos Disciplinares – Gabt-1 – do Incra em Brasília em 5 de novembro de 2013 para que fosse instaurado processo administrativo disciplinar. Segundo informou o Gabt-1 em 14 de março de 2014, ainda não se constituiu comissão disciplinar investigativa para apurar os fatos.</p> <p>Quanto à aplicação de penalidade à empresa contratada, esta Superintendência instaurou processo – autos nº. 54170.002214/2013-11 – e decidiu por aplicar pena. Entretanto, a empresa contratada conseguiu judicialmente suspender a aplicação da pena.</p>
Procedimentos disciplinares não registrados no Sistema CGU-PAD.	<p><u>Recomendação 1:</u> Registrar, imediatamente, no Sistema CGU-PAD as informações relativas a todos os procedimentos disciplinares instaurados no Incra-SR/06, encerrados ou em curso.</p> <p><u>Recomendação 2:</u> Implantar rotinas de registro dos novos procedimentos a serem instaurados no Sistema CGU-PAD, de forma a garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos na Portaria 1.043, de 24/07/2007, e Portaria nº 190, de 26/08/2008.</p>	<p>Os processos disciplinares administrativos desta Superintendência Regional que já haviam sido encerrados foram registrados no Sistema CGU-PAD.</p> <p>Esta Superintendência Regional implantou rotinas de registro dos novos procedimentos a serem instaurados no Sistema CGU-PAD, de forma a garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos na Portaria nº. 1.043/2007 e Portaria nº. 190/2008. Foi editada e publicada a Portaria/Incra/SR.06/Nº.25, de 11 de setembro de 2013 que estabeleceu a rotina de procedimentos referentes à política de uso do Sistema da Controladoria Geral da União de Gestão de Processos Disciplinares – GCU-PAD – na Superintendência Regional do Incra em Minas Gerais.</p>
Supressão dos indicadores de desempenho de gestão do Relatório de Gestão do exercício de 2012.	<u>Recomendação 1:</u> Utilizar os indicadores de desempenho de gestão desenvolvidos pelo Incra-Sede, em conjunto com o Tribunal de Contas da União para medir a efetividade dos	Esta Superintendência adotou para este Relatório de Gestão os indicadores de desempenho acordados com o Tribunal de Contas da União – TCU – em 2008, definidos por meio do Acórdão nº. 753 – Plenário, seguindo

	principais processos da Unidade Jurisdicionada, bem como os resultados alcançados pela gestão no exercício.	orientações da Sede desta Autarquia.
Processos de denúncias instaurados no Incra/SR-06 sem a devida apuração de responsabilidade.	<p><u>Recomendação 1:</u> Dar andamento aos processos de denúncias 54170.003913/2007-30, 54170.006114/2006-34 e 54170.002510/2008-54, visando a apuração de responsabilidade e atentando para a realização tempestiva dos procedimentos administrativos, conforme determinação prevista na Lei nº 8.112.1990.</p> <p><u>Recomendação 2:</u> Providenciar a apuração dos valores recebidos indevidamente pelos servidores elencados na denúncia relativa ao processo 54170.002510/2008-54, com a devida notificação dos referidos servidores para a repetição do indébito ou apresentação de razões de defesa.</p> <p><u>Recomendação 3:</u> Apurar responsabilidade pela não instauração de sindicância e falta de providências quanto à reposição ao erário dos valores pagos indevidamente relativos ao processo de denúncia nº 54170.002510/2008-54, em detrimento da recomendação do Parecer Jurídico, por meio do qual a Procuradoria recomendou a apuração de responsabilidade.</p>	Esta Superintendência arquivou os autos dos processos nº. 54170.003913/2007-30 e 54170.006114/2006-34, por não ter sido possível imputar responsabilidade aos servidores envolvidos em virtude dos mesmos terem sido vítimas de crime de furto. Em 31 de maio de 2013, a Presidência do Incra designou, por meio da Portaria/Incra/GAB/Nº. 218, publicada no Boletim de Serviço nº. 22, de 3 de junho de 2013, os servidores que compuseram a Comissão de Sindicância de cunho investigatório para apurar as possíveis irregularidades ocorridas no âmbito desta Superintendência Regional, tratadas no processo administrativo nº. 54170.002510/2008-54, uma vez que a decisão poderá alcançar os Superintendentes negligentes desde a instauração desse processo. O processo de sindicância foi instaurado sob o nº. 54.000.000168/2012-96 e apenso nº. 54000.000167/2012-41. A referida Comissão de Sindicância esteve desenvolvendo seus trabalhos apuratórios nesta Superintendência no período de 11 a 25 de junho de 2013. Portanto, a competência para a conclusão dos trabalhos é do Incra em Brasília.
Falta de reavaliação de imóvel sob responsabilidade da UJ.	<p><u>Recomendação 1:</u> Manter as tratativas com a Sede Nacional do Incra na busca de solução conjunta para a resolução definitiva das pendências quanto à reavaliação de imóvel sob responsabilidade da UJ.</p> <p><u>Recomendação 2:</u> Promover a capacitação de servidores por meio da participação em cursos voltados à avaliação de imóveis.</p>	Um servidor desta Regional recebeu orientações da Secretaria de Patrimônio da União – SPU sobre os procedimentos referentes às atualizações das avaliações dos imóveis no SPIUNet. Portanto, as informações já estão devidamente atualizadas.
Descumprimento, pela Entidade, dos prazos previstos no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007	<u>Recomendação 1:</u> Instituir rotinas/procedimentos que assegurem o cadastro no SISAC e a disponibilização para o órgão de controle interno, no prazo de 60 dias, das informações pertinentes aos atos de aposentadoria e pensão, conforme determinado no art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.	Esta Superintendência está adotando a rotina quanto ao envio e tramitação de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, estabelecida pela Instrução Normativa nº. 55, de 24 de outubro de 2007, do Tribunal de Contas da União – TCU.
Atuação intempestiva do Incra/SR-06 na análise das prestações de contas de transferências voluntárias	<u>Recomendação 1:</u> Implantar novas rotinas, procedimentos e instrumentos de controle de prazos para a análise e manifestação em relação às prestações de contas de convênios, de	A Assessoria de Planejamento e Controle desta Regional elaborou instrumento para implementação de novas rotinas, procedimentos e instrumentos de controle em relação às prestações de contas de convênios.

<p>apresentadas.</p>	<p>forma a cumprir o disposto no art. 31 da IN/STN nº 01/1997, no art. 60 Portaria Interministerial/MP/MF/CGU nº 127/2008 e no art. 76 da Portaria Interministerial/MP/MF/CGU nº 507/2011, conforme a data de celebração dos instrumentos de repasse.</p> <p>Recomendação 2: Apresentar pronunciamento conclusivo sobre a aprovação ou não das prestações de contas dos Convênios nº SIAFI 540690, 502297, 601725, 534692 e 600930.</p>	<p>Tal instrumento se encontra em fase de discussão no âmbito da Regional para fins de aprovação e implementação. (CASO DEFINA NO DIA 13/02 MUDAR A REDAÇÃO PARA IMPLANTADO)</p> <p>No tocante à situação dos Convênios nº. 540690, 502297, 601725, 534692 e 600930 apresentamos os seguintes pronunciamentos:</p> <p><u>Convênio 540690</u>: A Conveniente ajuizou ação ordinária com antecipação de tutela no Tribunal Regional Federal – TRF – da 1ª Região (Ação nº. 43279-63.2013.4.01.3800). O TRF determinou que não fosse registrada a inadimplência, bem como o ressarcimento ao erário pelo dano apurado por esta Regional. O Incra contestou em 30 de setembro de 2013 e agora aguarda decisão do TRF 1ª.</p> <p><u>Convênio 502297</u>: Em 8 de novembro de 2013, esta Asplan recomendou a esta Superintendência reprovando as contas prestadas pela Associação e registrar as informações relativas ao valor do débito e identificação dos responsáveis no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin – e no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi – em atenção àquela Instrução Normativa. Esta Superintendência acatou o posicionamento da Assessoria de Planejamento e Controle e reprovou as contas prestadas pela Associação procedendo ao registro da inadimplência no SIAFI. Deixou-se de instaurar tomada de contas especial – TCE – porque o valor do dano é inferior a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Todavia, tal informação faz parte deste Relatório de Gestão.</p> <p><u>Convênio 601725</u>: Este GTE solicitou a esta Superintendência reprovando as contas prestadas e instaurar Tomada de Contas Especial – TCE – caso o valor do débito atualizado monetariamente exceder R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) ou registrar as informações relativas ao valor do débito e identificação dos responsáveis no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin – e no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi –, bem como atender à Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU – nº. 71, de 28 de novembro de 2012. A conveniente interpôs recurso em 3 de maio de 2013 contra a decisão que reprovou as contas por ela prestadas que deverá ser julgado por esta Superintendência – autos nº. 54170.002166/2013-61 Esta Superintendência não deu provimento ao recurso e manteve sua decisão de reprovação fundamentando-se nos pareceres do Serviço de Contabilidade, da Assessoria de Planejamento e Controle e da Procuradoria Federal Especializada – PFE e, em cumprimento ao disposto no § 1º do art.</p>
----------------------	---	--

		<p>56 da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, encaminhou o recurso ao Presidente do Incra que decidiu manter a reprovação das contas prestadas pela conveniente.</p> <p>Em 14 de outubro de 2013, esta Superintendência solicitou à Divisão de Administração o registro das informações relativas ao valor do débito e identificação dos responsáveis no Cadin e no Siafi em atenção à Instrução Normativa TCU nº. 71, de 28 de novembro de 2012. Esta Superintendência registrou a inadimplência da Fadema, bem como inscreveu seu Diretor Presidente na conta diversos responsáveis do Siafi. E mais, a Superintendência enviou ofício à Fadema em 18 de outubro de 2013 e, assim que decorrido o prazo de 75 dias, registrará os responsáveis pelo dano no Cadin. A conveniente recolheu ao erário o valor do débito corrigido pela taxa Selic. Esta Superintendência aprovou as contas em 20 de dezembro de 2013.</p> <p><u>Convênio 534692</u>: Esta Superintendência instaurou Tomada de Contas Especial – TCE – (54170.003755/2013-66), com registro da inadimplência no Sistema de Administração Financeira – Siafi – em 17 de agosto de 2013.</p> <p><u>Convênio 600930</u>: Esta Superintendência instaurou Tomada de Contas Especial – TCE – (autos nº. 54170.003590/2013-77), com registro da inadimplência no Sistema de Administração Financeira – Siafi – em 29 de julho de 2013. O Município recolheu ao erário o valor do débito atualizado pela Selic. Em 20 de janeiro de 2014, a Superintendência solicitou à Divisão de Administração o registro de aprovação das contas no Siafi, bem como a suspensão da TCE.</p>
Ausência de providências quanto ao descumprimento dos prazos de apresentação das Prestações de Contas pelos convenientes.	Recomendação 1: Registrar a inadimplência dos convenientes no SICONV por omissão do dever de prestar contas e instaurar a devida Tomada de Contas Especial para os Convênios nº 738522, 737795, 737906, 737907, 756512 e 764633.	<p><u>Convênio 738522, 737906 e 737907</u>: Convênios sem execução física e sem liberação de recursos. Esta Superintendência cancelou as notas de empenho indevidamente no Sistema de Administração Financeira – Siafi – o que gerou conflito com o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, inviabilizando o registro de evento de anulação do convênio. Situação já informada ao Ministério de Planejamento e Gestão – MPOG – e à Coordenadoria Geral de Contabilidade – DAC – por meio do ofício nº. 160, de 18 de março de 2013 e memorando nº. 62, de 1º de maio de 2013. Até o momento não se sabe como registrar o evento de anulação do convênio. As instruções dadas pelo MPOG até o momento não permitiram resolver as situações ora mencionadas.</p> <p><u>Convênio 737795</u>: Esta Superintendência registrou a inadimplência do</p>

		<p>conveniente. Todavia, deixou de instaurar Tomada de Contas Especial – TCE – em atenção ao disposto no art. 6º, da Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União – TCU – nº. 71, de 28 de novembro de 2012.</p> <p><u>Convênio 756512</u>: Em 5 de novembro de 2013, esta Superintendência reprovou as contas prestadas pelo conveniente e solicitou instaurar tomada de contas especial – TCE. Entretanto, em cumprimento à decisão judicial favorável ao município, alterou a situação de prestação de contas reprovada para prestação de contas em análise no SICONV.</p> <p><u>Convênio 764633</u>: Esta Superintendência aprovou as contas prestadas pelo conveniente em 23 de outubro de 2013.</p>
Ausência de procedimentos adequados nas fiscalizações a cargo do Incra/SR-06 das transferências voluntárias concedidas.	<p>Recomendação 1: Realizar o planejamento das inspeções físicas, priorizando os convênios que apresentam maior risco em função do objeto, da entidade conveniada, da materialidade e cronograma de execução, de modo a atingir efetividade no acompanhamento e fiscalização dos convênios.</p> <p>Recomendação 2: Implantar ferramentas de controle das notificações e diligências encaminhadas ao conveniente decorrentes de fiscalizações realizadas pelo Incra/MG, de forma a garantir o cumprimento dos ajustes e das providências determinadas na execução dos convênios.</p>	<p>A Assessoria de Planejamento e Controle desta Regional elaborou instrumento para implementação de novas rotinas, procedimentos e instrumentos de controle em relação às prestações de contas de convênios e utilização do SICONV. Tal instrumento se encontra em fase de discussão no âmbito da Regional para fins de aprovação e implementação. As recomendações estabelecidas neste item também serão discutidas com as Unidades Técnicas responsáveis pela fiscalização e acompanhamento dos Convênios para que seja também criada e estabelecida rotinas de inspeções e de controle de notificações e diligências encaminhadas às Convenientes.</p>

9. Ouvidoria.

9.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.

MÊS/ANO	VIAGENS (dias)	ATENDIMENTO	Nº DE FAMILIAS ATENDIDAS
04/13	05	Reunião com acampados para mediar conflitos, reunião com órgãos municipais responsáveis pelo acompanhamento de reintegração de posse, acompanhamento de operação de reintegração de posse, reunião de Comitê de Crise BPM.	106
05/13	02	Reunião da Vara Agrária, Inspeção Judicial, Audiência de Conciliação, reunião com acampados para mediar conflitos.	290
06/13	03	Reunião da Vara Agrária, Inspeção Judicial, Audiência de Conciliação, reunião de Comitê de Crise BPM.	219
07/13	02	Reunião da Vara Agrária, Inspeção Judicial, Audiência de Conciliação, reunião de Comitê de Crise BPM	120
08/13	02	Reunião de Comitê de Crise BPM, reunião com acampados para mediar acompanhar negociação de reintegração de posse.	90

09/13	05	Reunião com acampados para mediar conflitos, reunião com acampados para acompanhar negociação de reintegração de posse, reunião da Vara Agrária, Inspeção Judicial, Audiência de Conciliação, acompanhamento de operação de reintegração de posse, reunião de Comitê de Crise BPM.	120
10/13	03	Reunião da Vara Agrária, Inspeção Judicial, Audiência de Conciliação, reunião de Comitê de Crise BPM, reunião com acampados para atender solicitação do MPF.	240
11/13	02	Reunião da Vara Agrária, Inspeção Judicial, Audiência de Conciliação, acompanhamento de operação de reintegração de posse.	90
12/13	01	Reunião da Vara Agrária, Inspeção Judicial, Audiência de Conciliação, acompanhamento de operação de reintegração de posse	155
Total	24	Total	1.430

10. Correição.

10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.

Esta Superintendência não instaurou em 2013 nenhum processo administrativo disciplinar para apurar responsabilidade de servidores por infração praticada no exercício de suas atribuições.

Por outro lado informa que enviou à Coordenação de Apoio e Procedimento Disciplinares – Gabt – da Presidência dos Inara os seguintes autos para que fossem instaurados processos disciplinares, uma vez que envolviam ex-superintendentes:

- 1) 54170.002510/2008-54 (enviado em 15 de abril de 2013).
- 2) 54170.003951/2011-79 (enviado em 5 de setembro de 2013).

O primeiro tratava de pagamento irregular de auxílio transporte a servidores desta Superintendência.

O Gabt instaurou o processo nº. 54000.000434/2013-61

O segundo, de processo para apurar a responsabilidade pela autorização para desenvolvimento da obra, a partir das alterações propostas pela empresa contratada sem análise prévia e respectiva aprovação da Comissão Fiscalizadora desta Superintendência, constituída pela ordem de serviço nº. 14/2012.

Em resposta à consulta desta Superintendência, o Gabt informou em 14 de março de 2014 que ainda não havia constituído comissão disciplinar investigativa para apurar os fatos.